

# CLIPPING



15/07/2019

Grande Imprensa

**O GLOBO - RJ**

[Novo modelo para os mestres](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[História apagada](#)

[Projeto motiva estudantes](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[De volta do futuro](#)

[Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas](#)

[Previdência é um pequeno passo na história, mas um grande salto para reformas](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Mercosul, UE e a pesquisa científica](#)

[Bloqueio de verbas faz universidades cortarem bolsa, transporte e até bandeirão](#)

[‘Esforço escapou entre os dedos’](#)

[Instituições reduzem atividades e ameaçam parar no 2º semestre](#)

**O GLOBO - RJ**

[Enfim, MEC expõe esboço de plano](#)

Imprensa Estadual

**J. DO COMMERCIO - PE**

[Weintraub : federais continuam gratuitas](#)

**A CRÍTICA - AM**

[MEC vai valorizar ideias inovadoras](#)

**J. DO COMMERCIO - PE**

[Analfabetismo perverso](#)

**O LIBERAL - PA**

[UFPA seleciona docente de pós-graduação com salário demais de R\\$20mil](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA GLOBO**

[Capes permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas](#)

**CORREIO WEB**

[Manifesto de alerta em defesa do ensino superior público e gratuito](#)

**G1**

[Pesquisa da UFU traça perfil de saúde de pacientes transgêneros](#)

**METRÓPOLES**

[Após rumores, ministro da Educação nega cobrança em universidades](#)

**R7**

[Fies deve abrir inscrições para segunda chamada nesta segunda-feira](#)

**TERRA**

[Aluna tem bolsa de intercâmbio suspensa após bloqueio de verba pelo MEC](#)

[Corte de bolsa, transporte e bandeirão: como o bloqueio afeta a vida de universitários](#)

Grande Imprensa

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Após troca mútua de afagos, votação sela fim da lua de mel entre Ciro e Tabata](#)

**O GLOBO - RJ**

[A educação no país dos toscos](#)

Revistas

**CARTA CAPITAL - SP**

## Retorno à sociedade

Agências de notícias e sites

### **CORREIO WEB**

Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos

### **OPINIÃO E NOTÍCIA**

MEC anuncia plano de mensalidade em universidades federais

### **CIDADE VERDE**

Mestrado em Letras da UESPI abre inscrições para seletivo de Pós-doutorado

### **G1**

Denúncias de oferta de falsos cursos superiores são registradas no Sertão da Paraíba

### **GR NEWS**

Pesquisadores produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel

### **NOTÍCIAS DA MANHÃ - SP**

Professora da rede estadual de Uchoa ganha curso para aprimorar inglês nos EUA

### **PORTAL ÉPOCA**

A CIÊNCIA TEM UM COMPONENTE ESPIRITUAL PROFUNDO, DIZ MARCELO GLEISER

### **PORTAL EXAME**

Aula em casa não é evasão escolar, diz Ministério

### **R7**

“Estamos aqui para resistir até o fim”, diz reitor da UFG sobre reforma administrativa nas federais

### **THE WORLD NEWS - BRASIL**

Anísio Teixeira - é a escola pública que constrói e sustenta a democracia

Grande Imprensa

### **FOLHA DE S. PAULO - SP**

MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou

Governo orienta conselho tutelar a não enquadrar homeschooling como evasão

### **O ESTADO DE S. PAULO - SP**

O drama do analfabetismo

Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC

Aula em casa não é evasão escolar, diz ministério

### **O GLOBO - RJ**

MPF denuncia 13 por supostos desvios de verbas da UFSC

Mais um problema a ser resolvido

Imprensa Estadual

### **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

O MEC acordou?

### **GAZETA DE ALAGOAS - AL**

Pontuação do Ideb reflete descaso, com indicadores abaixo da média

Professores cobram mais valorização profissional

### **O TEMPO - MG**

Sem dinheiro, federal de Goiás pode fechar

Agências de notícias e sites

### **CELULOSE ONLINE**

Cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel

### **FOLHA NOROESTE**

[Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos](#)

## **PORTAL ÉPOCA**

[Sidarta Ribeiro : ‘Cientistas brasileiros estão migrando para exterior’](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[O drama do analfabetismo](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[MPF denuncia filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou](#)

[MEC chama reitores de federais para propor novo modelo de financiamento](#)

## **CONFAP**

[Expedição Rio Doce com a Fapemig](#)

## **METRÓPOLES**

[MEC convoca reitores para anunciar “projeto ambicioso de inovação”](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC](#)

## **R7**

[Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro](#)

## **TERRA**

[Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC](#)

[Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MPF acusa 13 por suposto desvio na UFSC; filho de reitor que se suicidou é denunciado](#)

[Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC](#)

[Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa em outubro](#)

Agências de notícias e sites

## **A CIDADE ON**

[Encontro internacional reunirá pesquisadores em São Carlos](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Procuradoria denuncia filho de ex-reitor da UFSC e mais 12 na Operação Ouvidos](#)

[Moucos](#)

## **AGÊNCIA JB**

[MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou](#)

## **DIREITO DESCOMPLICADO**

[MPF ajuíza ação civil pública por oferta ilegal de mestrado no Bico do Papagaio, região norte do Tocantins](#)

## **G1**

[Procuradoria recomenda que governo revogue orientação sobre educação domiciliar](#)

## **GAZETA DO CERRADO**

[Alunos descobrem falta de autorização e oferta ilegal de mestrados é alvo de ação no TO](#)

## **OCP NEWS**

[MPF denuncia professor filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou após operação](#)

[Ouvidos Moucos](#)

## **PIAUI NOTÍCIAS**

[IFPI lança editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica](#)

## **PORTAL DO AGRONEGÓCIO**

[Cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel](#)

## **SÃO CARLOS AGORA**

[Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos](#)

## **ZERO HORA - RS**

[MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou](#)

Imprensa Estadual

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[O MEC nas mãos de um moleque fanfarrão](#)

## **EXTRA - RJ**

[MEC vai implantar 108 escolas militares no país](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Educação, crescimento e igualdade](#)

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

[Ensino, pesquisa e inovação atendem aos desafios da moderna gestão cooperativa](#)

## **O ESTADO - MS**

[MEC pretende implantar 108 escolas cívico-militares](#)

Agências de notícias e sites

## **G1**

[Ouvidos Moucos: conheça os 13 denunciados pelo MPF-SC](#)

## **O PROGRESSO - MA**

[UemaSul abre inscrições para seu primeiro Mestrado](#)

## **PIAUI NOTÍCIAS**

[IFPI lança editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica](#)

## **AGÊNCIA BRASIL**

[MEC firma compromisso para fortalecer a Educação Básica](#)

[Setenta e quatro ônibus escolares serão entregues a municípios de SC](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Governo orienta conselho tutelar a não enquadrar homeschooling como evasão](#)

[MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou](#)

[Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Educadores analisam plano do MEC para educação básica e criticam proposta de escolas cívico-militares](#)

## **AMAZONAS 1**

[MEC quer divulgar 'boas práticas' para professores trabalharem](#)

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[O MEC nas mãos de um moleque fanfarrão](#)

## **DIÁRIO DIGITAL**

[UFMS sediará maior evento científico da América Latina](#)

[MEC pretende implantar no país 108 escolas cívico-militares até 2023](#)

## **G1**

[Aberto período de solicitações de bolsa permanência do governo federal para estudantes de RR](#)

[Pesquisa desenvolvida na UFPB descobre inseticida mais eficiente contra mosquito da dengue](#)

[UFG diz não ter verba para pagar despesas até o fim do ano e pode paralisar todas as atividades](#)

[Pré-selecionados do Fies do segundo semestre de 2019 devem concluir inscrição até esta sexta](#)

## **JORNAL BOA VISTA**



[Administração da FAE conquista nota 4 em avaliação do MEC](#)

**METRO-DF**

[MEC promete criar 108 colégios militares e concluir 4 mil creches](#)

**PORTAL EXAME**

[MEC quer reduzir meta de investir pelo menos 10% do PIB na educação](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[MEC quer criar 103 escolas cívico-militares até 2023](#)

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Novo modelo para os mestres**

**Pela primeira vez, Capes permitirá cursos de pós-graduação à distância**

Pela primeira vez o Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu a distância.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril.

A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância.

De acordo com os critérios avaliativos da **Capes**, para abrir um mestrado stricto sensu a distância, a instituição de ensino já deve ter um programa presencial na mesma área, cuja nota na última avaliação do órgão seja, no mínimo, 4. Além disso, a instituição também deve ser credenciada pelo MEC e ter nota mínima 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pela pasta.

Coordenador do grupo de trabalho do Conselho Técnico-científico da **Capes** que formulou os critérios de avaliação para autorizar os cursos de pós na nova modalidade, Robert Verhine, que é professor da Universidade Federal da Bahia(UFBA), diz ainda que cada área terá requisitos específicos.

— Cada área tem exigências específicas. Medicina tem critérios que são diferentes dos de outras áreas. É por isso que considero que o número de programas aprovados, no início, será bem pequeno. É provável que algumas áreas não consigam ter nenhum programa aprovado nesse primeiro edital — explica Verhine, que é especialista em avaliação do ensino superior.

A **Capes** não informou quantas instituições de ensino já ofereceram propostas desde que as inscrições começaram, no dia 1º de julho. Em resposta à reportagem, o órgão explicou que a decisão de abrir a modalidade foi motivada pelo fato de já existirem inúmeras atividades nesse formato em aulas de pós-graduação. A **Capes** cita como exemplo programas considerados semi-presenciais e utilizados na formação de professores, como o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). A **Capes** diz ainda que a iniciativa pretende interiorizar os cursos de pós no país.

— Nos Estados Unidos, há PhD e doutorado feito a distância. Na Espanha e na China também há essa iniciativa.

Temos que garantir que esses programas terão o mesmo rigor dos presenciais em termos de conteúdo e produção acadêmica. Não temos experiência com educação a distância em nível de pós. A pós exige uma relação muito estreita entre orientador e orientando, teremos que garantir que o aluno vai receber orientação adequada — opina Verhine.

## INTERIORIZAÇÃO DOS CURSOS

Especialista no tema, Betina Von Staa coordena o Censo de Educação a Distância da Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância). Ela afirma que a justificativa da **Capes** sobre a interiorização da pós faz sentido. Mas salienta não ser suficiente levar esses programas ao interior sem garantir a qualidade.

— O Brasil tem dimensões continentais, e só pode fazer mestrado e doutorado quem vai para um grande centro e com bolsa de estudos. A pós-graduação a distância vai atingir muito mais pessoas. No entanto, é preciso verificar se a instituição está mantendo o nível de exigência. Aluno de mestrado e doutorado tem que publicar. Tem que valer o mesmo critério de qualidade de um curso presencial.

Segundo o último Censo da Educação Superior, de todas as matrículas da graduação do país, 21,2% estão na EAD e a maior parte delas nas instituições particulares. A tendência pode se repetir na pós. Assim, a medida acaba sendo mais um aceno da política educacional do governo ao setor privado.

Menina dos olhos das particulares, a EAD é vista como uma opção econômica para tentar compensar o vácuo deixado pela desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Atualmente, o valor médio pago por um aluno de Engenharia de Produção no ensino presencial é de R\$ 960. Na EAD, esse valor é menos que a metade: R\$357. A tendência é que para cursos de pós-graduação a diferença de preços seja semelhante. Nesse sentido, em tempos de crise, a busca de estudantes por esse modelo pode crescer.

— No nosso seminário mensal sobre pós-graduação a distância tivemos mais de 100 instituições de ensino presentes e outras 200 acompanhando pela internet. Há um interesse crescente das universidades privadas no tema. Isso permitiria, por exemplo, programas que melhorem a formação do professor — contou Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), cujo congresso, em junho, contou com a presença do ministro Abraham Weintraub.

Um dos gigantes do setor, o grupo "Ser educacional", presente em todos os estados da federação, submeterá à **Capes** o pedido para credenciar programas em três instituições: a Universidade do Amazonas, a Universus Veritas Guarulhos (UNG) e o Centro Universitário Maurício de Nassau, de Recife.

— De fato, a EAD acaba sendo uma alternativa mais flexível, em termos de horário e deslocamento, permitindo que se possa conciliar mais facilmente estudo e trabalho. Também é mais viável, a dependência de financiamento diminui — defendeu Francislene Hasmann, diretora-adjunta de regulação do grupo.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **História apagada**

Há um mês, estudantes da Escola de Artes e Arquitetura da Universidade Católica de Goiás (UCG) apresentaram o projeto de um memorial, encomendado pela Associação de Moradores do Setor Aeroporto, em Goiânia, com o intuito de erguer o prédio na área do Lote 30 da antiga Rua 26-A, onde ficava o ferro-velho em que Wagner Pereira, então com 19 anos, e Roberto Alves, 22, abriram a cápsula com 19 gramas de césio, em 1987. No entanto, a ideia não tem prazo nem dinheiro para sair do papel e da maquete. Tampouco é a primeira vez que se fala em um prédio para contar a história da tragédia.

Conforme mostrou o Correio em reportagens publicadas há uma semana, autoridades goianas têm feito de tudo para que o maior acidente radioativo do mundo fora de uma usina nuclear caia no esquecimento, enquanto o número de vítimas e o descaso com elas só aumenta. Diversas formas de silenciamento para suprimir a memória dos goianienses sobre o acidente são apontadas em um estudo da Universidade Federal de Goiás (UFG). A pesquisadora Célia Helena Vasconcelos concluiu que os fatos históricos vêm sendo gradativamente retirados da narrativa goianiense. Ela cita alterações em nomes de ruas, como a Rua 26-A, que hoje se chama Rua D. Francisca de Costa Cunha Dom Tita.

“Renomearam a Rua 57, a Rua 26-A. Para encontrá-las, hoje em dia, é preciso ter alguém que conheça a história. E a cartada final foi renomear a SuLeide, tirando o nome de Leide das Neves da superintendência. Ela é um símbolo, um ícone, um signo, o nome de uma criança que morreu no acidente. Silenciar o órgão é silenciar as vítimas, os radioacidentados”, denunciou a pesquisadora ao Correio.

Passados quase 32 anos, não há sequer consenso sobre o número de vítimas do césio 137. Oficialmente, quatro pessoas morreram por exposição excessiva à radiação, mas a quantidade de pessoas contaminadas ainda provoca discussão. O governo federal reconhece 120. O governo de Goiás fala em um número quase 10 vezes maior: 1.032. Entidades que representam as vítimas dizem ser 1,4 mil, sendo que houve 66 mortes. Em termos de contaminação, o desastre de Goiânia perde apenas para o da Usina Nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética, em 26 abril de 1986.

Assim como em Chernobyl, trabalhadores goianos foram expostos à radiação sem a proteção adequada. Muitos sequer sabiam o que manuseavam no processo de descontaminação das áreas por onde a cápsula passou.

A história do césio 137 não é bonita, é dolorida. Mas ela faz parte da história de Goiânia, de Goiás e do Brasil. Não podem, simplesmente, apagá-la ou mudá-la. Preservar histórias como essa por meio de um museu, por exemplo, serve, por exemplo, para prevenir outras tragédias.

Afinal, ainda hoje descartam aparelhos daquele tipo sem vigilância ou fiscalização, como aconteceu em 22 de janeiro, quando a Vigilância Sanitária recolheu uma cápsula de raio x em um ferro-velho de Arapiraca (AL). Por sorte, ela estava intacta.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **Projeto motiva estudantes**

#### **EDUCAÇÃO**

Engajar, incentivar e despertar o interesse de estudantes nem sempre é tarefa fácil para



educadores. Motivado por esse desafio, o professor Ricardo Fragelli, dos cursos de engenharias do câmpus Gama da Universidade de Brasília (UnB), criou o projeto Eight. A proposta alia aprendizado, crescimento individual e soluções para problemas enfrentados pelas comunidades nas quais os alunos estão inseridos. A ideia do mestre goiano deu tão certo que avançou para instituições de ensino de diferentes partes do país.

A metodologia surgiu no primeiro semestre do ano passado e alcança cerca de 130 universitários do primeiro semestre de engenharias a cada seis meses. As atividades ficam a cargo dos próprios estudantes e incluem talk shows, visitas técnicas, intervenções acadêmicas e sociais, além de um evento final intitulado Eight. Nele, os alunos fazem apresentações de até oito minutos, inspiradas no modelo de palestras do TED (sigla para Tecnologia, Entretenimento e Design, em inglês). Tal como a proposta principal da conferência, os estudantes compartilham, em encontros abertos e gratuitos, ideias e histórias de vida que merecem ser disseminadas.

Um dos objetivos do projeto, segundo explica Ricardo, é fazer com que os frutos da metodologia alcancem mais pessoas. “Costumo trabalhar com metodologias ativas, e o Eight envolve deixar a matéria mais empolgante e estimulante para o aluno, para que ele tenha mais engajamento em sala.”

As ações desenvolvidas também requerem um olhar sobre a comunidade. Um suporte para encaixe de guarda-chuva ou guarda-sol em cadeiras de rodas; instalação de armários no câmpus; criação de uma área de jogos em asilos para idosos; ou colocação de redes em árvores para que os universitários tenham um espaço de lazer. Todas essas medidas foram propostas — e executadas — por meio do Eight. Não é necessário que a solução tenha elevado grau de complexidade, mas é fundamental que a iniciativa continue após o fim do semestre, independentemente da presença dos estudantes no local.

Prestes a começar o segundo semestre de engenharias, Adrielle Lopes, 24 anos, conheceu o método com o professor Ricardo, na disciplina de Introdução à Engenharia. Interessada em seguir na carreira aeroespacial, ela ampliou o leque de opções ao participar dos talk shows promovidos. “Não imagino uma matéria de engenharia sem isso. No quarto semestre, precisamos ter definida a área que queremos seguir, então é bom participar desse projeto”, comenta.

Professora do curso de enfermagem na Faculdade de Saúde do câmpus Darcy Ribeiro, a mulher do professor, Thaís Fragelli, também levou a proposta para a sala de aula, na disciplina de Tecnologia de Educação em Saúde. Ela e a turma foram finalistas em um prêmio de educação empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). “Com essa experiência, eles tiveram ganhos de competências, como liderança, planejamento, comunicação”, analisa.

A prática desse princípio inspirou o estudante de enfermagem João Guilherme Alves, 23, a desenvolver interesse pelo ensino na área de saúde. Ele conta que o trabalho com o método permitiu que sentisse mais entusiasmo com a parte teórica da faculdade. “Na universidade, faltam professores que motivem. Temos vários que apontam o erro, cobram. Mas tirar o melhor do estudante é o diferencial dessa metodologia”, avalia.



## Inscrições abertas

No meio do ano passado, Ricardo Fragelli deu início ao curso on-line para professores interessados em aplicar o projeto. Neste semestre, ele abrirá mais 30 vagas para educadores do ensino básico e superior. As inscrições para participar do processo seletivo vão até sexta-feira. O curso é gratuito e as aulas duram um mês. Inscrições pelo site: [fantasticalizando.com/cursos](http://fantasticalizando.com/cursos). Informações: [facebook.com/prof.ricardo.fragelli](https://facebook.com/prof.ricardo.fragelli) ou [instagram.com/ricardofragelli](https://instagram.com/ricardofragelli).

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

### De volta do futuro

#### O que revelam extratos de jornais de 2033

Foi por meio de uma “dobra no tempo” que obtive as informações aqui reveladas. Vêm dos extratos de jornais do ano 2033. Eis algumas mudanças que inferi dessas notícias.

1. O Supremo Tribunal de Justiça havia acolhido algumas atribuições adicionais. Com a inclusão de novos ministros, pastores de igrejas pentecostais, que se tornaram majoritários neste tribunal, ele havia assumido novas responsabilidades e consequentemente mudado a denominação para Supremo Tribunal de Justiça e Inquisição.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/de-volta-do-futuro.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

### Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas

#### Educação em tempo integral, creches, alfabetização e ensino técnico foram afetados

Brasília

O governo de Jair Bolsonaro esvaziou no primeiro semestre deste ano ações voltadas para a educação básica. Foram afetados, por exemplo, repasses de apoio a educação em tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico.

A Folha obteve dados por meio da Lei de Acesso à Informação e do Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-corta-repasse-para-educacao-basica-e-esvazia-programas.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

### Previdência é um pequeno passo na história, mas um grande salto para reformas

#### Mudança nas aposentadorias coloca país na trajetória correta para melhorar tributação, crédito, saneamento, educação e infraestrutura

O Congresso Nacional está prestes a dar um passo histórico e aprovar uma reforma previdenciária, a terceira desde 1988. Será uma importante atualização de regras a trazer mais equidade no contexto do acelerado envelhecimento populacional do país.

O envelhecimento é causa e consequência do desenvolvimento. Decorre de mais acesso

à educação e à saúde e da elevação da renda domiciliar. Reduzem-se mortalidade infantil, taxa de fertilidade e mortes por doenças crônicas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/previdencia-e-um-pequeno-passo-na-historia-mas-um-grande-salto-para-reformas.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO**

### **Mercosul, UE e a pesquisa científica**

**PROFESSOR EMÉRITO DA USP, FOI MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Uma das consequências importantes do acordo firmado pelo Mercosul com a União Europeia (UE) será a de elevar a pesquisa científica e tecnológica do Brasil a um novo patamar. O acordo estabelece que dentro de dez a 15 anos as tarifas de importação de produtos que o Brasil importa da União Europeia, como máquinas, vinhos e cosméticos, serão praticamente eliminadas. O que isso significa é que os produtos importados ficarão mais baratos, competindo fortemente com os produzidos localmente. Hoje muitos deles só sobrevivem porque as tarifas de importação são elevadas, o que protege os produtores nacionais.

Para poderem competir as indústrias locais vão ter de procurar melhores tecnologias e métodos de produção, que se encontram nas universidades e nos institutos de pesquisas do País que foram preparadas para essas atividades, pelas seguintes razões:

- O apoio dado pelo governo de São Paulo às universidades públicas estaduais. O governo paulista dedica cerca de 10% dos recursos do ICMS às três universidades do Estado – USP, Unicamp e Unesp –, o que só ocorre em poucos países do mundo. O governo federal criou, ao longo dos anos, 68 universidades federais.
- O apoio dado pelo governo federal, inclusive no período militar, à pesquisa científica por meio da Finep e do BNDES, como parte de uma visão nacionalista e até de autarquia tecnológica em áreas estratégicas – nuclear, espacial, informática e outras. Essas visões se revelaram, de modo geral, irrealistas como se viu, exceto no caso do petróleo, em que a Universidade Federal do Rio de Janeiro desempenhou importante papel.

O sistema universitário público, no qual se concentra a pesquisa científica e tecnológica do País, beneficiou-se extraordinariamente desse apoio. Até 2014, 120 mil estudantes obtiveram o doutorado e cerca de 300 mil, o mestrado

A julgar pelo número de publicações, formação de mestres e doutores, o setor de ciência e tecnologia (C&T) do Brasil vai bastante bem, principalmente

nas universidades do Estado de São Paulo e em algumas universidades federais, como as do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Minas Gerais (UFMG), e em institutos de pesquisa, como Embrapa e Fiocruz.

Em outras palavras, o sistema de produção de C&T, essencialmente acadêmico, desenvolveu-se bem no Brasil. O que não se desenvolveu bem foi a demanda por conhecimentos científicos e tecnológicos, por causa da natureza do sistema produtivo,

que foi protegido por altas tarifas alfandegárias.

Cerca de 90% dos pesquisadores do País estão nas universidades públicas e privadas. Apenas 10% dos doutores – cerca de 10 mil – se encontram em entidades empresariais, particularmente nas indústrias, que fazem pouco uso da grande capacidade científica que foi desenvolvida nas universidades. Em outras palavras, o sistema científico do País é essencialmente estatal. Nos países industrializados, como os Estados Unidos, cerca de dois terços da atividade de C&T está nas empresas, enquanto no Brasil menos de um terço corre fora do sistema estatal.

O que a experiência mostra é que é ingênua a ideia de que um forte sistema de ciência e tecnologia estatal impulsionaria sozinho a expansão da atividade industrial. Esta é, porém, a situação atual no Brasil, onde as universidades e os institutos produzem ciência de boa qualidade aguardando que a sociedade use sua competência.

Nos países industrializados a demanda por C&T é grande pela forte competição entre as indústrias, que procuram cientistas nas universidades e nos institutos para solucionar seus problemas ou os contratam para trabalharem para elas. Enquanto isso não for feito no Brasil, o setor industrial não se tornará mais competitivo.

A grande exceção é o setor agropecuário, em que as características climáticas favoráveis tiveram papel importante, além do apoio da capacidade técnica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), do Instituto Agrônomo de Campinas, da Embrapa e outros. O sucesso do setor de papel e celulose e o da produção de etanol da cana-de-açúcar são também notórios.

O acordo Mercosul-UE vai acelerar esse processo para muitos outros setores até agora protegidos por altas tarifas: as universidades públicas e os institutos de pesquisas, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que dispõem de forte capacidade instalada, vão ser procurados pelas indústrias para resolverem os seus problemas, o que não se verifica hoje na escala desejável.

Há exemplos de que isso já foi feito no passado. O melhor deles talvez seja o do IPT, que em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, foi utilizado intensamente na produção de armas para o Estado.

Para facilitar a colaboração das indústrias com os institutos e universidades públicas o governo federal já tem instrumentos financeiros, como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Criada em 2013, a Embrapii fomenta a inovação por meio de parcerias diretas: empresas que têm um problema a resolver contratam um grupo nas universidades ou nos institutos de pesquisas para fazê-lo. Os custos do projeto são divididos entre a Embrapii e a empresa. Em São Paulo, a Fapesp atua há anos criando centros de pesquisas em engenharia nas universidades em parceria com as indústrias.

O que vai acontecer também em muitos casos é que as empresas criarão centros de pesquisas próprios para desenvolver as tecnologias de que necessitam e contratarão pesquisadores e consultores das universidades e dos institutos, como já é em alguns setores. A pesquisa nesses centros garantirá às empresas os direitos de propriedade industrial.



O Brasil está em condições de dar um grande salto na modernização do seu sistema produtivo e na inserção nos mercados internacionais, expandindo suas exportações. O acordo com a União Europeia vai ajudar nesse processo.

Para competir, indústria local vai ter de procurar melhores tecnologias e métodos de produção

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Bloqueio de verbas faz universidades cortarem bolsa, transporte e até bandeirão Educação. Alunos de graduação em instituições federais tentam driblar contingenciamento com marmita, vaquinha e empréstimo, mas há impacto na formação. Universidades reduzem serviços e preveem paralisação das atividades, caso a verba não seja liberada**

FLORIANÓPOLIS

O bloqueio de verbas nas universidades federais, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), tem obrigado instituições a cortar bolsa, transporte e até bandeirão. Efeitos são sentidos por alunos.

De falta de bandeirão até viagens técnicas barradas. Os efeitos do bloqueio de verbas nas universidades federais, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), vêm sendo sentidos por aqueles que estão na ponta: os alunos. Em meio aos cortes, as instituições têm anunciado medidas de economia, enquanto que os estudantes, para contornar os problemas, apelam para marmitas, caronas, vaquinhas e até empréstimos.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de verbas discricionárias das universidades. Esses recursos são usados, por exemplo, para o pagamento de terceirizados, contas de água e luz e obras. Universidades ouvidas pelo Estado relatam dificuldades para honrar os contratos de funcionários nas áreas de limpeza e segurança – e algumas preveem até a suspensão das atividades. Bolsas de intercâmbio, iniciação científica e estágio também estão ameaçadas.

Segundo especialistas, a falta de apoio a estudantes – principalmente em um contexto de inclusão de alunos mais pobres nas universidades – tem impacto no engajamento dos universitários nos estudos, reduz possibilidades de dedicação a atividades complementares e contribui para a evasão.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o corte de um programa de intercâmbio surpreendeu o estudante de Economia Vicente Heinen, de 21 anos. Selecionado em primeiro lugar, ele pretendia cursar um semestre em Buenos Aires, na Argentina. “Dois dias após o resultado, recebi a notícia do cancelamento”, reclama. Em junho, a universidade anunciou a suspensão dos programas de mobilidade internacional por causa do contingenciamento.

Por decepção parecida passou a aluna de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Fernanda Vanzeli, de 22 anos, aprovada para viajar a Portugal, com uma bolsa de mérito de R\$ 10 mil, suspensa pelo bloqueio de verbas. Para cobrir o gasto, ela recorreu a uma vaquinha (mais informações nesta página). Estudante de Engenharia Florestal da UFPR, Winicius Schaeffer, de 22 anos, também pretendia viajar: um professor havia organizado uma visita técnica a Urubici (SC) para estudos sobre

infraestrutura, mas foi barrado.

“Não esperávamos que isso fosse atingir a gente dessa maneira”, diz Schaeffer. “É difícil aprender sobre florestas dentro da cidade.” No fim de maio, a UFPR anunciou restrições a viagens para cidades a mais de 300 quilômetros de distância por motivo de economia. Também resolveu suspender, neste mês, os serviços do restaurante universitário. Schaeffer apelou para as marmitas. Com R\$ 400 por mês que recebe do estágio em um laboratório, almoçar na rua estava fora de cogitação.

Agravamento. As dificuldades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) se acirraram com o contingenciamento. Três ônibus que faziam o trajeto entre as unidades de Diadema – há prédios no centro e em um bairro mais afastado – quebraram e a frota não foi recomposta. Segundo a reitoria, a licitação depende da liberação de recursos. “O fretado da universidade tem horário para ser cumprido, que vem sendo reduzido a cada dia”, diz a aluna de Licenciatura em Ciências Andressa da Paz, de 20 anos, que também vê problemas de limpeza e manutenção de laboratórios.

Para o colega de curso Miguel de Lima, de 18 anos, as dificuldades são um banho de água fria. Primeiro da família a ingressar no ensino superior, neste ano, ele se surpreendeu quando conheceu a estrutura física da universidade. “Pensei em um câmpus bonito. Foi uma quebra”, lembra. “Somos obrigados a andar a pé pela cidade e várias pessoas já foram assaltadas.”

Enquanto não tinha resposta se conseguiria uma bolsa de permanência estudantil (não há aumento nesses benefícios, enquanto que o número de alunos de baixa renda só cresce), ele chegou a “escolher os dias para faltar” e a mãe fez até empréstimo para arcar com os gastos do aluno. Segundo a reitoria, não há previsão de redução na assistência estudantil, mas os valores “são insuficientes para atendimento da demanda”. Uma série de “nãos” também está no planejamento da Universidade Federal do ABC (UFABC), que prevê a impossibilidade de manutenção e reformas de prédios e equipamentos. A construção de novos blocos em Santo André, na Grande São Paulo, continua comprometida com o bloqueio de recursos.

Em maio, mudança na contratação de uma empresa de ônibus levou à redução no transporte do câmpus a terminais de transporte público. Também tornou mais difícil atender a todos que precisavam se deslocar entre as unidades. “(O bloqueio) faz com que a UFABC não consiga ampliar a capacidade de transporte, em um cenário de expansão do número de alunos”, informou a universidade.

O resultado é que alunos precisam enfrentar um caminho perigoso e já organizam esquemas de caronas. “Quem chega pelo terminal (Santo André Leste) tem de passar por baixo do viaduto a pé”, diz Andressa Silva, de 22 anos, aluna de Ciência e Tecnologia na UFABC. “Decidi trancar minha matrícula para tirar carta de motorista. Me vi ameaçada de estar sujeita a assaltos”, diz ela, que escuta relatos de violência ao menos duas vezes por semana no trajeto.

Sem poda, o mato alto cria insegurança e a redução de vigias aumenta o risco de furtos na Universidade Federal de Goiás (UFG). A UFG admite atrasos no pagamento de prestadores de serviço e, para economizar, recomendou até desligar o ar condicionado de manhã e à noite. “É um desconforto. A sala foi adaptada, é de tapumes. Temos de ligar

ventiladores, que são lentos, e deixar a janela aberta. Mas o prédio é de frente para um bosque com macacos, que querem entrar na sala”, diz Letícia Scalabrini, de 20 anos, aluna de Ciências Sociais.

Falta de perspectivas

“Não tem questão maior do que nosso medo de fechar a universidade. Começam tirando os terceirizados, deixando de dar bolsas. E, desse modo, a faculdade acaba.” Letícia Scalabrini

ALUNA DA UFG

Critério. Em nota, o MEC informou que o critério para o bloqueio “foi operacional, técnico e isonômico”. Segundo a pasta, o bloqueio no orçamento foi de 3,9%, de um total de R\$ 149,7 bilhões para 2019. Para as universidades, foi 3,4% dos R\$ 49,6 bilhões para o ano, “sem comprometer as despesas obrigatórias”. O MEC informou que está “aberto ao diálogo com reitores”, buscando liberar recursos para questões urgentes. Disse, ainda, que o bloqueio não compromete o Programa de Assistência Estudantil.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **‘Esforço escapou entre os dedos’**

Sempre estudei em escola pública em um bairro periférico de Curitiba e nem pensava que estaria na Universidade Federal do Paraná. No terceiro ano, resolvi me inscrever no intercâmbio. Só tentei porque tinha a possibilidade de uma bolsa de R\$ 10 mil.

Fiz entrevista, análise de currículo. Foram meses de espera. Recebi a resposta da bolsa em fevereiro e a carta de aceite da Universidade do Porto (em Portugal) no início do mês de julho. Minha intenção com o intercâmbio é ter a experiência de morar fora. Faço Pedagogia e quero entender como funciona o sistema educacional de lá.

Quando pedi um comprovante de que havia ganhado a bolsa para dar entrada no pedido de visto, recebi um e-mail (da universidade) falando que a bolsa não seria paga (por causa do bloqueio de verbas). Senti a minha oportunidade, todo meu esforço, escorrendo pelos dedos igual água.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Instituições reduzem atividades e ameaçam parar no 2º semestre Federal da Bahia opera em horário especial em julho; no Acre, 75 bolsas de iniciação científica foram cortadas**

Com verbas restritas, parte das universidades federais prevê suspender atividades. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem R\$ 48 milhões bloqueados, está funcionando em horário especial, neste mês, para economizar água e energia. A instituição suspendeu, ainda, 300 bolsas de monitoria, de R\$ 400, que seriam pagas a alunos no segundo semestre, e reduziu a limpeza de áreas externas.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) também prevê suspensão das atividades caso não ocorra desbloqueio. Audiências públicas serão realizadas pela universidade em agosto para informar estudantes e professores sobre o impacto dos cortes. O bloqueio para atividades de manutenção da universidade, como água, luz e segurança, foi de aproximadamente 34,5%. Na Federal do ABC, os bloqueios deverão “comprometer



fortemente” o funcionamento em 2020. A UFABC teve 30% dos valores bloqueados (R\$ 15,4 milhões para custeio e R\$ 6,9 milhões para investimento).

Na Universidade Federal do Acre (Ufac), que teve R\$ 13,1 milhões bloqueados, 75 das 278 bolsas de iniciação científica foram cortadas e os editais para bolsas de extensão e estágio, suspensos. A Ufac prevê fechar o restaurante universitário. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a obstrução orçamentária foi de R\$ 114 milhões. A universidade informou que fará contato com o MEC para que “não apenas tenha condições de funcionar, mas permaneça na posição de liderança na educação superior brasileira”.

Já a Federal do Amazonas (Ufam), que informa bloqueio de R\$ 38 milhões, prevê pagar terceirizados e fornecedores só até este mês. Também afetada pelo bloqueio, a Federal de Goiás (UFG) disse que estratégias como o corte de ar-condicionado são para prorrogar atividades. Segundo a reitoria, novas medidas de racionamento estão sendo implementadas.

A Federal de Santa Catarina (UFSC) informou que houve redução de verbas de custeio em 35%. “Estamos propondo uma revisão de contratos com as empresas terceirizadas”, disse Áureo de Moraes, chefe de gabinete da reitoria. A Federal do Paraná (UFPR) informou que restrições não afetam apenas as bolsas de mobilidade, mas todos os benefícios de graduação – de iniciação científica ou extensão. Editais de mobilidade acadêmica para 2020 também dependem de condição orçamentária, segundo a reitoria. Eventos como o festival de inverno foram encurtados e a universidade recorre a patrocínios externos.

Prejuízos. Especialista em ensino superior, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Tessler vê com preocupação o cenário. “O que faz a diferença entre uma boa universidade e uma medíocre é que, nas boas, os estudantes têm a oportunidade de aprender muito além da sala de aula, com intercâmbio, iniciação científica”, diz. “A formação é um conjunto de oportunidades que os estudantes têm.”

“O intuito é racionalizar o máximo possível, na tentativa de adiar o momento em que a instituição terá de parar suas atividades.” Robson Maia Geraldine

PRÓ-REITOR DA UFG

topo 

**O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**Enfim, MEC expõe esboço de plano**

Após seis meses repletos de solavancos e desatinos, o MEC finalmente apresentou, na semana passada, o esboço de um plano de ações para a gestão Bolsonaro. É ainda um documento genérico, com pouco detalhamento sobre como será implementado na prática, mas ao menos há uma sinalização das áreas ou programas que serão priorizados.

Há questões que, ao menos nos objetivos descritos no papel, são pouco polêmicas. As metas de universalizar a pré-escola e de colocar 1,7 milhão de crianças em creches, por exemplo, são compatíveis com as do Plano Nacional de Educação, que prevê metade das crianças de 0 a 3 anos atendidas em creches até 2024 e que já estabelecia, baseado em legislação aprovada desde 2013, a obrigatoriedade de matrícula de toda a população de 4 e 5 anos.

Há dúvidas se o programa citado pelo MEC (o Proinfância) é o mais adequado para atingir esses objetivos. Mesmo que a burocracia da pasta ofereça recursos para construção de prédios ou compra de equipamentos, o grande custo que recai sobre os municípios nessa etapa é o de manutenção desses espaços, daí ser tão importante debater a ampliação do repasse da União a Estados e municípios, via Fundeb.

A ampliação da jornada escolar nos ensinos fundamental e médio também está alinhada com o que pedem os municípios e estados. Apenas aumentar a carga horária não é garantia de melhoria na aprendizagem, mas há experiências, como a de Pernambuco, que mostram que o investimento pode ser bem-sucedido.

Aumentar o número de escolas conectadas à internet em banda larga, especialmente em áreas rurais, é também uma meta necessária. Mas aqui, de novo, cabe perguntar se o formato de um programa federal seria o mais apropriado. Vale lembrar que as empresas de telecomunicação são até hoje obrigadas por contrato a manterem orelhões em funcionamento. Se, em vez disso, a exigência fosse conectar escolas, teríamos já uma situação bem melhor, sem que ninguém — além dos fabricantes do equipamento — reclamasse da falta de orelhões nas ruas.

É positivo que um governo que adotou até agora um tom beligerante com o setor educacional tenha se sentado com estados e municípios para começar a articular essas políticas. Se elas serão mesmo colocadas em prática a contento, é algo a ser acompanhado.

A cota de despropósito no compromisso anunciado na semana passada ficou por conta da inclusão de uma meta de implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. A medida é uma promessa de campanha de Bolsonaro, e era esperado que fosse anunciada. Servirão como peça de propaganda do governo, mas vão representar míseros 0,06% do total de 182 mil escolas de educação básica no país.

Ao incluí-las num plano que trata de objetivos maiores, o governo justificou dizendo que os colégios militares têm Ideb superior aos demais da rede pública. É um fato, mas que se aplica também às escolas técnicas federais e aos colégios de aplicação vinculados a universidades públicas, tão atacadas no discurso bolsonarista.

Em comum a todas essas escolas mantidas pela União está o fato de fazerem seleção de alunos, de serem para poucos, e de custarem o triplo por estudante em comparação com as estaduais ou municipais. Por isso é inviável, no atual cenário fiscal brasileiro, massificar o padrão de ensino da rede federal, hoje responsável por menos de 1% das matrículas na educação básica.

[topo](#)

## **J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL**

**Weintraub : federais continuam gratuitas**

**Ministro disse ontem que rumor sobre cobrança de mensalidade não procede**  
**EDUCAÇÃO**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reagiu a um rumor que circulou em blogs e em redes sociais nos últimos dias que dizia que universidades federais passariam a cobrar mensalidades dos alunos. Segundo essas mensagens, o anúncio de um programa

para implementar as cobranças acontecerá em reuniões na próxima quarta (17), para a qual foram convocados representantes de instituições de todo o País.

Em uma postagem no Twitter ontem (14), porém, o ministro disse que as universidades federais continuarão públicas e que os estudantes não pagarão pela graduação, assim como é hoje. Em outras ocasiões, o ministro já defendeu cobrança para alguns cursos de pós-graduação. Segundo informações divulgadas pelo jornal Valor Econômico na última semana, o novo projeto seria chamado Future-se e teria como objetivo o fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos institutos federais, nas palavras do secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

## PÓS-GRADUAÇÃO

Pela primeira vez o Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu à distância. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril. A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância.

De acordo com os critérios avaliativos da **Capes**, para abrir um mestrado stricto sensu a distância a instituição de ensino já deve ter um programa presencial na mesma área cuja nota na última avaliação do órgão seja, no mínimo, 4. Além disso, a instituição também deve ser credenciada pelo MEC e ter nota mínima 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pela pasta. Coordenador do grupo de trabalho do Conselho Técnico-científico da **Capes** que formulou os critérios de avaliação para autorizar os cursos de pós na nova modalidade, Robert Verhine, que é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz ainda que cada área terá requisitos específicos.

topo 

## A CRÍTICA - AM - BRASIL

### MEC vai valorizar ideias inovadoras

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes. De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano. Segundo Mariana, para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse.

Educação visa cumprir metas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que irá buscar o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE). Sobre a meta de investimento até 2024, o ministro



afirmou que não é a favor de aumentar impostos e, para isso, pretende rever o índice definido. De acordo com o PNE, até 2024, o País teria que investir o equivalente a 10% do PIB (Produto Interno Bruto), por ano, em educação pública. "Subir o que é gasto significa que a gente vai aumentar os impostos do Brasil em 10%. Isso a gente muda no PNE, já falou, já fez a solicitação, ou vai caminhar para isso que eu sou contra, aumentar imposto", defendeu. "[O PNE] tem que ser respeitado. Mas o dinheiro pagador também tem que ser respeitado", acrescentou. O PNE, sancionado por lei em 2014, estabelece metas e estratégias para melhorar a educação desde o ensino infantil até a pós-graduação e deve ser integralmente cumprido até 2024. "A gente vai tentar atender as metas, respeitando o plano", disse Weintraub. Destacou a meta de universalizar a pré-escola e de garantir 50% das crianças em creches.

topo ↕

## J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

### Analfabetismo perverso

Qualquer brasileiro que projeta o futuro precisa estar informado sobre retratos do presente. A formação e a qualidade da educação dos jovens gravitam em patamares alarmantes. Não menciono apenas a educação formal e protocolar, mas o analfabetismo funcional. A discussão sobre uma geração de incapacitados tecnologicamente é atual. O distanciamento de milhões de brasileiros da evolução 4.0 e da capacidade de compreensão das mudanças, fundamental para criar um salutar ambiente de desenvolvimento pessoal e profissional, cria uma legião de cidadãos despreparados. Um sistema educacional sucateado também é um freio para a formação de cientistas, inovações e desenvolvimento científico-tecnológico.

No Brasil, são mais de 2,5 milhões de crianças e jovens fora da sala de aula. E, dos que frequentam as escolas, muitos precisam se deparar com problemas básicos, desde professores desvalorizados e desanimados, até estruturas sucateadas. Então, se apresenta outra realidade assustadora: o analfabetismo funcional. Três em cada dez brasileiros, na faixa de 15 a 64 anos, apresentam limitações para ler, escrever e aplicar a matemática em atividades cotidianas. Nesse universo, temos o ingresso da tecnologia. Seja na cidade ou no campo, estamos envolvidos por aplicativos, aparelhos e recursos de última geração. Milhões de pessoas não sabem operar um caixa eletrônico, acessar um site, colocar uma senha num aparelho celular ou comprar um ingresso de cinema usando um aplicativo. Estamos falando de pessoas facilmente manipuláveis, que estarão dependentes de outros para ingressarem no mercado de trabalho. Sem cursos de qualificação, sem a tecnologia presente nas escolas, esse distanciamento será ainda mais perverso.

O isolamento desse público é preocupante. Esse panorama se reflete no mercado formal. Para 53% dos empresários brasileiros, a baixa qualidade da mão de obra é o principal entrave ao aumento da competitividade. São números e estatísticas apresentadas no Anuário Brasileiro da Educação Básica. Mês da Advocacia, que é celebrado em agosto, vamos realizar a "Audiência Pública: Por quais caminhos percorre a educação no RS?" Através da Comissão Especial da Educação da OAB/RS, a advocacia estará presente a este debate. Vamos mobilizar nossas 106 subseções, garantindo força e representatividade às discussões, envolvendo essa temática. Precisamos ter esse olhar diferenciado e trazer contribuições que possam inverter essa triste realidade.

Advogado e presidente da OAB/RS

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - ECONOMIA**

### **UFPA seleciona docente de pós-graduação com salário demais de R\$20mil**

O concurso público da Universidade Federal do Pará (UFPA) vai contratar um profissional na vaga da função de professor titular-livre, para lotação no Instituto de Educação Matemática e Científica, na disciplina de Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática.

O salário será de R\$ 19.985,24, mais auxílio- alimentação no valor de R\$ 458, totalizando R\$ 20.443,24. Para participar, os candidatos precisam ter título de doutor; experiência de orientação principal de dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas e defendidas em Programas de PósGraduação reconhecidos no país ou no exterior; pelo menos dez anos de experiência em pesquisa, atestada por publicação em veículos arbitrados na área da Educação Matemática; e experiência de gestão acadêmica ou científica, atestada pela atuação em instituições de ensino e pesquisa, ou de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

As inscrições devem ser feitas pelo site [www.ceps.ufpa.br](http://www.ceps.ufpa.br), a partir desta segunda-feira, 15 de julho, até 14 de outubro deste ano, pagando taxa no valor de R\$ 180. A seleção será composta por prova escrita, prova didática, defesa de memorial e julgamento de títulos. O calendário completo e os locais de realização das provas serão disponibilizados no site [www.ceps.ufpa.br](http://www.ceps.ufpa.br).

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Capex permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância**

**Medida é vista com bons olhos por especialistas, que ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar discrepância com relação ao modelo presencial**

RIO — Pela primeira vez o Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu a distância. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril.

A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância.

De acordo com os critérios avaliativos da **Capex**, para abrir um mestrado stricto sensu a distância, a instituição de ensino já deve ter um programa presencial na mesma área, cuja nota na última avaliação do órgão seja, no mínimo, 4. Além disso, a instituição também deve ser credenciada pelo MEC e ter nota mínima 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pela pasta.

Coordenador do grupo de trabalho do Conselho Técnico-científico da **Capex** que formulou os critérios de avaliação para autorizar os cursos de pós na nova modalidade, Robert Verhine, que é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz ainda que cada área terá requisitos específicos.

— Cada área tem exigências específicas. Medicina tem critérios que são diferentes dos

de outras áreas. É por isso que considero que o número de programas aprovados, no início, será bem pequeno. É provável que algumas áreas não consigam ter nenhum programa aprovado nesse primeiro edital — explica Verhine, que é especialista em avaliação do ensino superior.

A **Capes** não informou quantas instituições de ensino já ofereceram propostas desde que as inscrições começaram, no dia 1º de julho. Em resposta à reportagem, o órgão explicou que a decisão de abrir a modalidade foi motivada pelo fato de já existirem inúmeras atividades nesse formato em aulas de pós-graduação. A **Capes** cita como exemplo programas considerados semipresenciais e utilizados na formação de professores, como o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). A **Capes** diz ainda que a iniciativa pretende interiorizar os cursos de pós no país.

— Nos Estados Unidos, há PhD e doutorado feito a distância. Na Espanha e na China também há essa iniciativa. Temos que garantir que esses programas terão o mesmo rigor dos presenciais em termos de conteúdo e produção acadêmica. Não temos experiência com educação a distância em nível de pós. A pós exige uma relação muito estreita entre orientador e orientando, teremos que garantir que o aluno vai receber orientação adequada— opina Verhine.

#### Interiorização dos cursos

Especialista no tema, Betina Von Staa coordena o Censo de Educação a Distância da Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância). Ela afirma que a justificativa da **Capes** sobre a interiorização da pós faz sentido. Mas salienta não ser suficiente levar esses programas ao interior sem garantir a qualidade.

— O Brasil tem dimensões continentais, e só pode fazer mestrado e doutorado quem vai para um grande centro e com bolsa de estudos. A pós-graduação a distância vai atingir muito mais pessoas. No entanto, é preciso verificar se a instituição está mantendo o nível de exigência. Aluno de mestrado e doutorado tem que publicar. Tem que valer o mesmo critério de qualidade de um curso presencial.

Segundo o último Censo da Educação Superior, de todas as matrículas da graduação do país, 21,2% estão na EAD e a maior parte delas nas instituições particulares. A tendência pode se repetir na pós. Assim, a medida acaba sendo mais um aceno da política educacional do governo ao setor privado.

Menina dos olhos das particulares, a EAD é vista como uma opção econômica para tentar compensar o vácuo deixado pela desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Atualmente, o valor médio pago por um aluno de Engenharia de Produção no ensino presencial é de R\$ 960. Na EAD, esse valor é menos que a metade: R\$357. A tendência é que para cursos de pós-graduação a diferença de preços seja semelhante. Nesse sentido, em tempos de crise, a busca de estudantes por esse modelo pode crescer.

— No nosso seminário mensal sobre pós-graduação a distância tivemos mais de 100 instituições de ensino presentes e outras 200 acompanhando pela internet. Há um interesse crescente das universidades privadas no tema. Isso permitiria, por exemplo, programas que melhorem a formação do professor — contou Celso Niskier, presidente



da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), cujo congresso, em junho, contou com a presença do ministro Abraham Weintraub.

Um dos gigantes do setor, o grupo “Ser educacional”, presente em todos os estados da federação, submeterá à **Capes** o pedido para credenciar programas em três instituições: a Universidade do Amazonas, a Universus Veritas Guarulhos (UNG) e o Centro Universitário Maurício de Nassau, de Recife.

— De fato, a EAD acaba sendo uma alternativa mais flexível, em termos de horário e deslocamento, permitindo que se possa conciliar mais facilmente estudo e trabalho. Também é mais viável, a dependência de financiamento diminui— defendeu Francislene Hasmann, diretora-adjunta de regulação do grupo.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas**

### **Educação em tempo integral, creches, alfabetização e ensino técnico foram afetados**

O governo de Jair Bolsonaro esvaziou no primeiro semestre deste ano ações voltadas para a educação básica. Foram afetados, por exemplo, repasses de apoio a educação em tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico.

A Folha obteve dados por meio da Lei de Acesso à Informação e do Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo).

Não houve repasse para o apoio à educação integral nos ensinos fundamental e médio. Em todo o ano passado, foram transferidos R\$ 399,6 milhões para 9.197 escolas.

Como os alunos estão matriculados nas redes municipais e estaduais, o governo federal realiza transferências para redes e escolas para apoiar governos e induzir políticas. O fomento para o ensino integral, por exemplo, vinha ocorrendo por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

Não havia expectativa de redução de verba porque o PDDE não está incluído nas rubricas do orçamento que compõem o contingenciamento de R\$ 5,7 bilhões determinado para o MEC (Ministério da Educação) neste ano.

“A descontinuidade gera um desgaste grande para quem está na ponta, pois o gestor tem que justificar para as escolas onde havia tempo integral e deixou de ter”, diz Alessio Lima, presidente da Undime, entidade que reúne secretários municipais de Educação.

A meta do Plano Nacional de Educação é ter ao menos 25% dos alunos em tempo integral até 2024. O país registrou 15% no ano passado. Esse patamar pode cair, pois a falta de verba reduz a capacidade das redes em manter alunos mais tempo na escola.

Não houve ainda repasses de modalidades específicas do PDDE a obras de acessibilidade, fornecimento de água, instalação de internet e apoio a escolas rurais. Em 2018, o gasto federal nessas ações somaram R\$ 129,4 milhões.

O MEC só executou até agora a modalidade básica do PDDE, previsto para pequenas obras e compras. Esses repasses somam R\$ 343 milhões, 18% do previsto para todo o

programa no ano.

Recursos para creches também foram reduzidos. Um terço das crianças de até 3 anos estão nessas instituições, e a meta é chegar a 50% em 2024.

Até abril, foram pagos R\$ 10,3 bilhões para a continuidade da construção de unidades municipais por meio do programa Proinfância. O valor representa 13% do executado no mesmo período de 2018.

O MEC afirmou que, das 9.028 obras aprovadas desde 2007 pelo Proinfância, 4.981 ainda não foram finalizadas.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **Manifesto de alerta em defesa do ensino superior público e gratuito**

Docentes que participam do 64º Conad do Andes-SN acabam de aprovar o “Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”. O documento será distribuído “para que a base siga mobilizada e forte frente aos ataques à educação”, destaca a entidade. No texto, os docentes condenam projeto do governo de cobrar mensalidade e a captação de recursos próprios como forma de financiamento das instituições públicas. Convocam nova greve nacional para 13 de agosto

Veja o Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito:

“Dirigimo-nos à categoria docente, à comunidade acadêmica, aos dirigentes das Instituições Públicas de Ensino e à sociedade brasileira neste momento de grave ataque à educação pública e gratuita.

No âmbito do 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília, os docentes tomaram conhecimento do projeto de reforma da “autonomia financeira” da educação superior pública federal, elaborado pelo Ministério da Educação (Jornal Valor, 10/07/19). Esse projeto será apresentado a reitores e pró-reitores de planejamento das Universidades Federais em reunião institucional no MEC e com a exposição do Programa Ministerial no INEP durante a semana de 15 a 19 de julho.

Diante das difusas informações divulgadas pela mídia, mas considerando o documento intitulado “Financiamento da Educação Superior no Brasil – Impasses e Perspectivas”, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal), o Programa Ministerial poderá promover o mais profundo ataque à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo categoricamente sua privatização.

O documento indica a necessidade de Emenda Constitucional para instituir cobrança de mensalidades e captação de recursos próprios como forma de financiamento das IES públicas. Esse procedimento, significaria a destruição do sistema público e gratuito de educação superior, alterando a atual condição de autarquia das IFES que deixariam de ser subordinadas ao regime jurídico de direito público, o que sinaliza a possibilidade de contratações passarem a ocorrer pelo regime celetista ou de contrato temporário.

Em uma só medida, o Governo pretende: a) pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo

sistema de contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; b) consagrar a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior pública, aprofundando os cortes já iniciados, que alcançam não só a sustentabilidade da pesquisa e da assistência acadêmicas, mas também a infraestrutura dos serviços mais básicos e do funcionamento das instituições de educação; c) deter e reverter a lógica inclusiva da educação superior pública federal, que, em que pese os muitos obstáculos recentes, têm permitido que o espaço das universidades e dos institutos federais se abra progressiva e democraticamente para a entrada de estudantes que expressam a diversidade econômica, racial, e de gênero que caracterizam nosso país.

Essas medidas, se aprovadas, devem se estender aos demais serviços públicos federais assim como à esfera dos Estados e municípios, particularmente às Instituições de Ensino em todos os níveis.

Precisamos estar atentos e preparados para o enfrentamento à altura da gravidade dos ataques anunciados, mobilizando a categoria docente e articulando a luta com todos os segmentos da comunidade universitária, dos IF e CEFET, em articulação com os mais amplos setores sociais para combatermos os ataques deste Programa Ministerial, em defesa da educação pública e gratuita.

Neste contexto, conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto e de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

As Instituições Federais de Ensino são um patrimônio da sociedade brasileira, precisamos defendê-las!”

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Pesquisa da UFU traça perfil de saúde de pacientes transgêneros  
A saúde física, psicológica e comportamental de 400 pacientes da região será avaliada.**

Por G1 Triângulo e Alto Paranaíba

Uma pesquisa de pós-doutorado da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) vai traçar o perfil epidemiológico geral e de saúde bucal de pacientes transgêneros da região. No estudo, serão avaliados cerca de 400 pacientes atendidos pelo Centro de Referência Atenção Integral à Saúde Transespecífica (Craist) do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU/UFU), além de outros atendidos pelo ambulatório municipal.

O projeto do cientista Sérgio Ferreira Júnior é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Odontologia e supervisionado pelo professor Adriano Loyola. A pesquisa deve ser concluída no fim de 2019.

O trabalho começou quando, ao longo de 2018, foram promovidos sete encontros para debater temas relacionados à saúde "transespecífica", mais precisamente sobre as infecções sexualmente transmissíveis.

Em novembro do ano passado, os pesquisadores organizaram uma campanha de



testagem de HIV, sífilis e hepatites virais, que atendeu a 534 pessoas neste perfil. Segundo Sérgio, o estudo promete ir além, com abordagem na saúde física, psicológica e comportamental deste grupo.

“A gente vai aplicar um questionário que vai abordar histórico dos antecedentes de saúde, saúde bucal, processos de transição de gênero, informações sociodemográficas e experiências de preconceito e discriminação nas escolas, banheiros, relação com autoridades policiais, questões de violência e bullying. É uma pesquisa muito ampla”, diz o cientista.

## Saúde bucal

Segundo a UFU, uma parte qualitativa da pesquisa abordará a percepção dos transgêneros sobre a saúde bucal e dos profissionais de odontologia. A outra abordará a percepção dos alunos da Faculdade de Odontologia em relação aos transgêneros.

“O questionário é norte-americano, foi utilizado numa grande pesquisa nos Estados Unidos e consideramos muito importante validar no Brasil justamente porque nós não temos aqui, validado, nenhum outro instrumento para pesquisa com transgêneros”, completa o pesquisador.

## Transgêneros

A pesquisa inédita com pessoas trans observará aspectos da saúde geral, mas é vinculada à Faculdade de Odontologia da UFU. Segundo os pesquisadores, os estudos nessa área são raros e, por isso, não há muitos dados. No entanto, eles partem de hipóteses que consideram as alterações hormonais e a exposição a cosméticos como influenciadores da saúde odontológica.

Um exemplo é o hormônio estrogênio, utilizado na transição do sexo biológico masculino para o gênero feminino. Segundo Adriano Loyola, uma maior quantidade desse hormônio no organismo, como ocorre na gravidez, por exemplo, aumenta o risco de doenças periodontais. A pesquisa tentará responder se isso ocorre também com as mulheres trans.

De acordo com a UFU, o professor Loyola, que atua na universidade desde 1988, acolheu a proposta de Ferreira por considerar que faltam estudos sobre a saúde da população trans e sobre doenças sexualmente transmissíveis na área de atuação.

“Durante o advento da Aids, nas décadas de 80 e 90, a vivência nossa na Odontologia foi limitada. O que se fazia era atender as pessoas que chegavam com determinado diagnóstico, mas não se tinha em cima disso nenhum atendimento sistemático com vistas a orientar a percepção do problema: quais são esses pacientes e os fatores de risco mais importantes”, explica.

Loyola vai além e diz que assunto é multifacetado. “Nós pensamos o seguinte: a saúde bucal e a saúde geral do paciente eram os dois alvos principais do projeto, mas a gente achava que seria muito interessante se conjugasse isso com intervenções periódicas na comunidade e até fora da comunidade para discutir o assunto”, explica.

O professor aponta, ainda, a importância da ciência para combater a discriminação. “O desconhecimento gera preconceito e um afastamento muitas vezes permeado por uma

violência, quer seja verbal, quer seja física. Esse projeto cria mais uma janela para abrir possibilidades para que a população conheça quem são essas pessoas, quais são as suas necessidades”, finaliza.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

**Após rumores, ministro da Educação nega cobrança em universidades  
Na próxima semana, duas reuniões com reitores de instituições federais serão realizadas. Professores e alunos temem diminuição de autonomia**

Após uma convocação enviada pelo Ministério da Educação (MEC) a todos os reitores de universidades federais do país para uma reunião geral, o ministro Abraham Weintraub foi ao Twitter, na noite deste domingo (14/07/2019), comentar o assunto do encontro. O chefe da Pasta negou que o governo federal tenha intenção de anunciar, durante o evento, cobrança de mensalidade dos alunos que atualmente estudam nas universidades federais espalhadas pelo Brasil.

“Manteremos a situação atual, porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida”, afirmou, na rede social. Ainda segundo Weintraub, “há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17”. Veja o tuíte completo abaixo:

Neste sábado (13/07/2019), o Metrôpoles mostrou que duas reuniões entre os reitores e MEC estão marcadas para os próximos dias. Na próxima terça-feira (16/07/2019), às 16h, na sede da pasta; e, no dia seguinte, quarta (17/07/2019), todos são esperados às 10h no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No assunto, o convite, emitido em nome da Secretaria de Educação Superior (Sesu), registra apenas que será uma “reunião institucional”. O MEC, entretanto, prepara a apresentação de algo muito mais ambicioso do que indica a singela definição contida no convite.

A ideia é revelar aos chefes das instituições de ensino superior o planejamento da pasta para o futuro próximo, o que inclui, segundo fontes ligadas ao ministério, uma “reforma administrativa”, com direito a mudanças estruturais. Tudo, porém, está guardado sob grande sigilo e há apenas sugestões sobre o que virá.

“É um projeto muito grande de inovação, que envolve diversos ministérios, e o que se quer é não ter ruído, por isso estamos mantendo a sete chaves”, afirma, mantendo o mistério, um auxiliar próximo do ministro Abraham Weintraub.

Com a tensão existente entre o governo federal e as universidades desde a posse de Jair Bolsonaro, reitores temem que o que eles estão chamando de “pacote Weintraub” inclua tentativas de reduzir a autonomia garantida constitucionalmente às instituições de ensino, hoje constituídas como autarquias.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Fies deve abrir inscrições para segunda chamada nesta segunda-feira  
O MEC (Ministério da Educação) deve liberar a segunda chamada ainda nesta segunda-feira**

Os pré-selecionados para o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) na modalidade Fies juro zero ainda podem participar da lista de espera, desta segunda-feira (15) até o

23 de agosto. O MEC (Ministério da Educação) deve liberar a segunda chamada ainda nesta segunda-feira.

Interessados devem acessar o site do Fies para complementar as informações e garantir o financiamento.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Aluna tem bolsa de intercâmbio suspensa após bloqueio de verba pelo MEC Senti meu esforço escorrendo pelos dedos, diz Fernanda Vanzeli, aprovada com bolsa mérito para viajar a Portugal**

SÃO PAULO - Aluna de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná, Fernanda Vanzeli, de 22 anos, foi aprovada para um intercâmbio com bolsa em Portugal, mas teve o benefício suspenso por causa do bloqueio de verbas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC).

Em nota, a UFPR informou que permanece trabalhando com a previsão original de bolsas para o segundo semestre de 2019, que dependem de confirmação orçamentária. "Por enquanto, essa confirmação não existe devido ao corte no orçamento discricionário da instituição, a partir de abril."

Os editais de mobilidade acadêmica da UFPR para 2020 também dependerão de condição orçamentária, segundo a reitoria. "A situação não afeta apenas as bolsas de mobilidade acadêmica, mas todas as bolsas de graduação da UFPR (seja de iniciação científica ou de extensão)."

Confira o depoimento de Fernanda Vanzeli:

"Sempre estudei em escola pública em um bairro periférico de Curitiba e nem pensava que estaria na Universidade Federal do Paraná. Comecei a trabalhar, o mundo foi se expandindo, entrei na universidade e passei a descobrir as oportunidades que existiam lá dentro. Quando estava no terceiro ano, resolvi me inscrever no intercâmbio porque já tinha feito iniciação científica, publicação de artigos, então, dava para tentar a sorte. Só tentei porque tinha a possibilidade uma bolsa de R\$ 10 mil.

Fiz entrevista, análise de currículo. Foram meses de espera. Recebi a resposta de que tinha conseguido a bolsa em fevereiro deste ano e a carta de aceite da Universidade do Porto (em Portugal) no início do mês de julho. Quando pedi um comprovante de que havia ganhado a bolsa para dar entrada no pedido de visto, recebi um e-mail (da



universidade) falando que a bolsa não seria paga (por causa do bloqueio de verbas). Senti a minha oportunidade, todo meu esforço, escorrendo pelos dedos igual água. Bateu um desespero, o sentimento de desistir porque sem os R\$ 10 mil ficaria inviável.

Minha intenção com o intercâmbio é ter a experiência de morar fora. Faço Pedagogia e quero entender como funciona o sistema educacional de lá, fazer comparações, conhecer metodologias, visitar escolas de educação básica de lá. Esses espaços, como estudar em uma universidade na Europa, por exemplo, não são ocupados por pessoas como eu. Sou a primeira da família a entrar em uma universidade federal pública, filha de mãe servente e pai porteiro e zelador."

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **Corte de bolsa, transporte e bandejão: como o bloqueio afeta a vida de universitários**

#### **Alunos de graduação em universidades federais tentam driblar contingenciamento com marmita, vaquinha e empréstimo, mas há impacto na formação**

SÃO PAULO e FLORIANÓPOLIS - De falta de bandejão até viagens técnicas barradas. Os efeitos do bloqueio de verbas nas universidades federais, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC), vêm sendo sentidos por aqueles que estão na ponta: os alunos. Em meio aos cortes, as instituições têm anunciado medidas de economia, enquanto que os estudantes, para contornar os problemas, apelam para marmitas, caronas, vaquinhas e até empréstimos.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de verbas discricionárias das universidades. Esses recursos são usados, por exemplo, para o pagamento de terceirizados, contas de água e luz e obras. Universidades ouvidas pelo Estado relatam dificuldades para honrar os contratos de funcionários nas áreas de limpeza e segurança - e algumas preveem até a suspensão das atividades. Bolsas de intercâmbio, iniciação científica e estágio também estão ameaçadas.

Segundo especialistas, a falta de apoio a estudantes - principalmente em um contexto de inclusão de alunos mais pobres nas universidades - tem impacto no engajamento dos universitários nos estudos, reduz possibilidades de dedicação a atividades complementares e contribui para a evasão.

"O que faz a diferença entre uma boa universidade e uma medíocre é que, nas boas, os estudantes têm a oportunidade de aprender muito além da sala de aula, com intercâmbio, iniciação científica", diz o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Tessler, especialista em ensino superior. "A formação é um conjunto de oportunidades que os estudantes têm."

Em nota, o MEC informou que o critério para o bloqueio "foi operacional, técnico e isonômico". Segundo a pasta, o bloqueio no orçamento do MEC foi de 3,9%, de um total de R\$ 149,7 bilhões para 2019. Para as universidades, foi 3,4% dos R\$ 49,6 bilhões para o ano, "sem comprometer as despesas obrigatórias". O MEC informou que está "aberto ao diálogo com reitores", buscando liberar recursos para questões urgentes. Disse, ainda, que o bloqueio não compromete o Programa de Assistência Estudantil.

Veja os efeitos do bloqueio de verbas em universidades federais do País:  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o corte de um programa de intercâmbio surpreendeu o estudante de Economia Vicente Heinen, de 21 anos. Selecionado em primeiro lugar, ele pretendia cursar um semestre em Buenos Aires, na Argentina. "Dois dias após o resultado, recebi a notícia do cancelamento", reclama.

Em junho, a universidade anunciou a suspensão dos programas de mobilidade internacional por causa do contingenciamento. Intercâmbios para o ano de 2020 também não serão liberados até que os bloqueios sejam revistos.

A UFSC informou que houve redução de verbas de custeio em 35%. "Estamos propondo uma revisão de contratos com as empresas terceirizadas", disse Áureo de Moraes, chefe de gabinete da reitoria. Segundo Moraes, além da suspensão dos editais da Secretaria de Relações Internacionais, houve suspensão de passagens e diárias para cursos e eventos, a não ser em casos extremos.

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A aluna de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Fernanda Vanzeli, de 22 anos, foi aprovada para viajar a Portugal, com uma bolsa mérito de R\$ 10 mil, mas teve o benefício suspenso por causa do bloqueio de verbas. Para cobrir o gasto, ela recorreu a uma vaquinha.

Estudante de Engenharia Florestal da UFPR, Winicius Schaeffer, de 22 anos, também pretendia viajar, para mais perto. Um professor havia organizado uma visita técnica a Urubici (SC) para estudos sobre infraestrutura, mas foi barrado. "Não esperávamos que isso fosse atingir a gente dessa maneira", diz Schaeffer. "É difícil aprender sobre florestas dentro da cidade."

No fim de maio, a UFPR anunciou restrições a viagens para cidades a mais 300 km de distância por motivo de economia. Também resolveu suspender, neste mês, os serviços do restaurante universitário. Schaeffer apelou para as marmitas. Com R\$ 400 por mês que recebe do estágio em um laboratório, almoçar na rua estava fora de cogitação.

A UFPR informou que restrições não afetam apenas as bolsas de mobilidade, mas todas as bolsas de graduação - de iniciação científica ou de extensão. Os editais de mobilidade acadêmica para 2020 também dependem de condição orçamentária para serem implementados, segundo a reitoria.

Além disso, eventos institucionais, como o festival de inverno, foram encurtados e a universidade recorre a patrocínios externos.

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

As dificuldades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) se acirraram com o contingenciamento. Três ônibus que faziam o trajeto entre as unidades de Diadema - há prédios no centro e em um bairro mais afastado - quebraram e a frota não foi recomposta.

Segundo a reitoria, a licitação depende da liberação de recursos. "O fretado da universidade tem horário para ser cumprido, que vem sendo reduzido a cada dia", diz a aluna de Licenciatura em Ciências Andressa da Paz, de 20 anos, que também vê

problemas de limpeza e manutenção de laboratórios.

Para o colega de curso Miguel de Lima, de 18 anos, as dificuldades são um banho de água fria. Primeiro da família a ingressar no ensino superior, neste ano, ele se surpreendeu quando conheceu a estrutura física da universidade. "Pensei em um câmpus bonito. Foi uma quebra", lembra. "Somos obrigados a andar a pé pela cidade e várias pessoas já foram assaltadas."

Enquanto não tinha resposta se conseguiria uma bolsa de permanência estudantil (não há aumento na quantidade de benefícios, enquanto que o número de alunos de baixa renda só cresce), ele chegou a "escolher os dias para faltar" e a mãe fez até empréstimo para arcar com os gastos do aluno. Segundo a reitoria, não há previsão de redução na assistência estudantil, mas os valores "são insuficientes para atendimento da demanda".

A Unifesp prevê suspensão das atividades caso não ocorra desbloqueio. Audiências públicas serão realizadas pela universidade em agosto para informar estudantes e professores sobre o impacto dos cortes. O bloqueio para atividades de manutenção da universidade, como água, luz e segurança, foi de aproximadamente 34,5%, segundo a universidade.

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Por causa do bloqueio de verbas, a Universidade Federal do ABC (UFABC) prevê a impossibilidade de manutenção e reformas de prédios e equipamentos. A construção de novos blocos em Santo André, na Grande São Paulo, segue comprometida com o bloqueio de recursos, segundo a universidade.

Em maio, mudança na contratação de uma empresa de ônibus levou à redução no transporte do câmpus a terminais de transporte público. Também tornou mais difícil atender a todos que precisavam se deslocar entre os câmpus. "(O bloqueio) faz com que a UFABC não consiga ampliar a capacidade de transporte, num cenário de expansão do número de alunos", informou a universidade.

O resultado é que alunos precisam enfrentar um caminho perigoso e já organizam esquemas de caronas. "Quem chega pelo terminal (Santo André Leste) tem de passar por baixo do viaduto a pé", diz Andressa Silva, de 22 anos, aluna de Ciência e Tecnologia na UFABC. "Decidi trancar minha matrícula para tirar carta de motorista. Me vi ameaçada de estar sujeita a assaltos", diz ela, que escuta relatos de violência ao menos duas vezes por semana no trajeto.

"O transporte já era muito precário, os estudantes já sofriam muito", diz Marcos Carvalho dos Santos, de 19 anos, aluno do 2º ano de Economia. Por causa da mudança, ele paga R\$ 35 mensais a um colega por três caronas por semana, em média. Nos outros dias, ele vai até o terminal Sacomã e, de lá, usa corridas de Uber que custam entre R\$ 21 e R\$ 28 - ou cerca de R\$ 7 se conseguir outros colegas para dividir a corrida.

Na UFABC, os bloqueios deverão "comprometer fortemente" o funcionamento em 2020, segundo a reitoria. A universidade teve 30% dos valores bloqueados (R\$ 15,4 milhões para custeio e R\$ 6,9 milhões para investimento). "A UFABC deve manter as atividades até o final do ano, com o pagamento das despesas previstas e o cumprimento dos contratos vigentes, mas com limitações severas à qualidade desses serviços."



Universidade Federal de Goiás (UFG)

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), há incômodo com a infraestrutura. Sem poda, o mato alto cria insegurança e a redução de vigias aumenta o risco de furtos. A UFG admite atrasos no pagamento de prestadores de serviço e, para economizar, recomendou até desligar o ar-condicionado durante a manhã e à noite.

"É um desconforto. A sala foi adaptada, é de tapumes. Temos de ligar ventiladores, que são lentos, e deixar a janela aberta. Mas o prédio é de frente para um bosque com macacos, que querem entrar na sala", diz Letícia Scalabrini, de 20 anos, aluna de Ciências Sociais.

"Não tem questão maior do que nosso medo de fechar a universidade. Começam tirando os terceirizados, deixando de dar bolsas. E, desse modo, a faculdade acaba", diz Letícia. A UFG informou que estratégias como o corte de ar-condicionado são para prorrogar a paralisação. Segundo a reitoria, novas medidas de racionamento estão sendo implementadas.

"O intuito é racionalizar o máximo possível, na tentativa de prorrogar o momento em que a instituição terá de parar suas atividades", diz Robson Maia Geraldine, pró-reitor de Administração e Finanças da UFG. "Os atrasos no pagamento de fornecedores e prestadores de serviço já começam a incomodar as empresas."

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem R\$ 48 milhões bloqueados, está funcionando em horário especial, neste mês, para economizar água e energia. A instituição suspendeu, ainda, 300 bolsas de monitoria, de R\$ 400, que seriam pagas a alunos no segundo semestre, e reduziu a limpeza de áreas externas.

Universidade Federal do Acre (Ufac)

Na Universidade Federal do Acre (Ufac), que teve R\$ 13,1 milhões bloqueados, 75 das 278 bolsas de iniciação científica foram cortadas e os editais para bolsas de extensão e estágio, suspensos. A Ufac prevê fechar o restaurante universitário.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a obstrução orçamentária foi de R\$ 114 milhões. A universidade informou que fará contato com o MEC para que "não apenas tenha condições de funcionar, mas permaneça na posição de liderança na educação superior brasileira".

Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que informa bloqueio de R\$ 38 milhões, prevê pagar terceirizados e fornecedores só até este mês.

**FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

**Após troca mútua de afagos, votação sela fim da lua de mel entre Ciro e Tabata  
Deputada era promessa do PDT, mas agora tem sua expulsão defendida pelo líder da legenda**

São Paulo

Quase um ano atrás, o então presidente Ciro Gomes almoçava na casa da família de

Tabata Amaral, na Vila Missionária, bairro periférico da zona sul de São Paulo. Era agosto de 2018, e o ex-ministro se dizia emocionado por estar ali para o lançamento informal da candidatura da novata a deputada federal.

PSD e Cidadania já relataram a ela interesse em acolhê-la. O governador de São Paulo, João Doria, fez proposta ainda mais explícita e, de Londres (onde estava em viagem de trabalho), mandou dizer que "ela é rosto, alma e coração do novo PSDB".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/apos-troca-mutua-de-afagos-votacao-sela-fim-da-lua-de-mel-entre-ciro-e-tabata.shtml>

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS**

### **A educação no país dos toscos**

Veja como o sucateamento da educação brasileira acaba afastando das licenciaturas -ou seja: os futuros professores -os alunos com os melhores resultados na escola. No Enem, quem você acha que deveria ter a nota mais alta em Língua Portuguesa? Um vindouro professor da disciplina ou um universitário prestes a se formar em Economia? Pois concluintes em Língua Portuguesa, acredite, tiveram notas piores no Enem em Linguagens (média de 543) do que futuros economistas (595). O mesmo aconteceu com os próximos professores de Matemática: no Enem, tiveram nota média de 563, ante 642 dos concluintes em Economia, segundo levantamento da consultoria IDados.

topo ↕

## **CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS**

### **Retorno à sociedade**

### **NORDESTE No Ceará, um programa que traz cientistas para atuar no governo dá novo sentido à pesquisa de ponta das universidades**

"Pode parecer meio pedante, mas eu sou o cientista-chefe da Educação", diz o matemático Jorge Lira, detentor de dois pós-doutorados e ganhador de prêmio internacional. Há cerca de um ano, ele divide o dia a dia entre a Universidade Federal do Ceará e as demandas da Secretaria de Educação do estado. E, apesar da modéstia, carrega uma missão grandiosa: usar big data, inteligência artificial e ciência para transformar o ensino de matemática nas escolas públicas da região.

Na contramão da melancolia econômica, da crise fiscal dos estados e do obscurantismo dos novos donos do poder em Brasília, o Ceará vem aumentando o investimento em pesquisa e tecnologia. O exemplo mais frutífero é o programa Cientista Chefe, que há dois anos traz os melhores pesquisadores do estado para dentro dos gabinetes da gestão pública estadual. Seis secretárias foram contempladas até agora: Segurança Pública, Recursos Hídricos, Saúde, Infraestrutura, Agricultura, Pesca e Aquicultura, além da Educação. Cabe a esses acadêmicos convertidos em gerentes descobrir problemas, montar equipes e apresentar soluções para as respectivas pastas, para melhorar os serviços públicos.

Lira coordena um time de 50 pessoas, entre estatísticos, físicos, educadores e programadores dedicados a ajudar o estado a recompor os mecanismos das avaliações de desempenho educacional. Esses profissionais trabalham em quatro grandes frentes: minerar dados, formar professores, redigir materiais didáticos e digitalizar todo o processo. Munidos dessas informações, os cientistas descobriram, por exemplo, que entre, alunos do quinto e do sexto ano, prevalece uma dificuldade de calcular frações. E

que, nas mesmas regiões que pontuavam mal nas avaliações tradicionais de desempenho, como as do Programa Internacional de Avaliação Básica (Pisa) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), choviam menções honrosas na Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. “A criança”, diz Lira, “não reconhece na escola aquela matemática prazerosa e divertida que ele vê na Olimpíada.”

“Na contramão da crise fiscal dos estados e do obscurantismo em Brasília, o estado vem aumentando o investimento em pesquisa”

Segundo os critérios do Pisa, apenas 4% dos estudantes brasileiros sabem o mínimo para seguir carreira no ramo das ciências exatas. As dificuldades com a matemática, afirma Lira, passam principalmente pela maneira como o conteúdo didático é repassado aos alunos em sala de aula. “O livro-texto é medíocre e apresenta a matemática de forma que nada tem a ver com a pesquisa e com as suas aplicações.” Como o professor da matéria não é um matemático, mas tampouco é estritamente pedagogo, esses livros se tornam a pedra angular do ensino nas salas de aula. “Já que o professor está desaparelhado, o que a gente faz é tentar interferir na prática dele em serviço.”

Recentemente, a equipe de Lira colocou em prática uma experiência até então inédita no estado: definir as competências de um professor de matemática do Ensino Médio. Implementou-se, então, um teste que não objetivava mensurar se o professor sabia matemática – mas se conseguia reagir a situações comuns em sala de aula, como tirar dúvidas, reforçar o conteúdo e corrigir provas. “A maioria não foi bem”, avalia. “A gente olha muito para a base dos alunos, mas é necessário ter uma ação urgente em relação aos professores.”

Está em fase inicial uma solução para o problema. Na cidade de Sobral, foi oferecida aos professores da rede municipal uma pós-graduação, com métodos e conteúdos montados especialmente para aplicação na sala de aula. A iniciativa chefiada pelo matemático agora caminha para se transformar em um plano de gestão dentro da Secretaria da Educação. O grande objetivo para o próximo ano é transformar as avaliações gerais em testes personalizados. No futuro, cada prova devolverá aos professores e técnicos da Educação um histórico detalhado do desempenho acadêmico de cada estudante. “Assim, conseguimos aplicar o remédio certo para cada doença.”

Para que serve a tecnologia em um estado que tem tantas questões óbvias e urgentes para resolver? Muitos políticos e uma parcela da população sustentam que os grandes problemas nada têm a ver com ciência. “Mas alguns problemas têm a ver, sim, e nos interessa atuar neles”, rebate Tarcísio Pequeno, presidente da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), a grande fiadora do programa. “Não podemos dormir quietos, se há uma comunidade científica local capaz de ajudar nas soluções.”

O programa também deu um novo sentido às atividades da Funcap. Como as várias outras agências públicas de incentivo à pesquisa, a entidade fundada em 1990 tentava manter as contas em dia sob um orçamento minguado e o pouco interesse da sociedade e do governo. Mesmo antes da ascensão do governo Bolsonaro, virou lugar-comum a crítica às universidades públicas. “Lá não se produz nada de útil”, arremeda Pequeno. “Um bando de desocupados que deu as costas à sociedade e só faz o que gosta.”



Para ele, o desejo de aliar a produção científica acadêmica com as necessidades das empresas e do setor público sempre existiu. O que faltavam eram mecanismos inteligentes que trouxessem uma parceria ganha-ganha. Há três anos, uma iniciativa parecida chegou a ser aventada pelo governo de São Paulo, mas acabou não indo adiante.

Manter o professor na universidade foi essencial para que o projeto prosperasse. “É como faz o Google quando quer uma equipe, monta o instituto de pesquisa ao lado da universidade e contrata todo mundo, mas exige que o cara continue na academia”, compara Pequeno. Em paralelo ao cargo na universidade, o cientista-chefe recebe uma bolsa de 8 mil reais pelo trabalho extra, pagos em parte pela Funcap. E pode trazer para o projeto seus colaboradores, orientandos, recém-doutores. Para o estado, a vantagem é atrair para a sua esfera inovação de ponta gastando muito menos do que custariam consultorias badaladas e softwares projetados por grandes empresas. E, ao pesquisador, a chance de aproximar suas pesquisas da sociedade e aumentar o alcance e a relevância do próprio trabalho.

“No futuro, o ‘Big Data do Ceará’ deverá integrar informações de todas as secretarias da administração estadual”

Depois de costurar um acordo com o Tribunal de Contas do Estado, o governador Camilo Santana (PT) sugeriu garantir à Funcap um aumento gradativo no orçamento para que, em 2027, o repasse finalmente alcance os 2% garantidos pela Constituição estadual. Entre 2015 e 2018, o orçamento mais que duplicou – saltou de 33,7 milhões de reais para 87 milhões. Para este ano, a verba prevista é de 109 milhões. Ainda é pouco, menos de 10% do orçamento da prima rica paulista, a Fapesp (1,5 bilhão em 2019), mas trata-se de um passo importantíssimo em direção à excelência em pesquisa científica na região. O investimento estadual na Funcap tem compensado os cortes nas federais **Capex** e **CNPq**.

Há dez anos, o Ceará não tinha nenhum curso de pós-graduação e apenas uma universidade federal. Agora tem oito: três federais e cinco estaduais. São 182 cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado stricto sensu, além do mestrado profissional, em todas as áreas do conhecimento definidas pela **Capex**, sendo 12 programas de doutorado com notas 6 e 7. A longo prazo, a missão é impedir que o talento científico se perca. “Nosso maior recurso natural são os cérebros”, diz Pequeno. “A universidade fez um investimento enorme nesses cientistas. Formou, pagou salários, deu condições de trabalho. Nós estamos colhendo o pessoal pronto, é praticamente um assalto”, brinca. Agora, diz ele, há planos de exportar o modelo para outros estados e incluir a iniciativa privada. Já houve conversas com o Insper, prestigiada universidade paulista, e com o governo de Alagoas.

Todos os núcleos do programa Cientista Chefe estão vinculados a outro grande projeto dentro do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). No futuro, o Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (apelidado de ‘Big Data do Ceará’) deve integrar informações de todas as secretarias da administração estadual. O primeiro conjunto de dados compreende as notas fiscais emitidas no estado nos últimos nove anos. A análise desses mais de 5 bilhões de documentos permitiu detalhar, por exemplo, os fluxos de compra e venda entre setores econômicos e a oscilação no

preço de itens básicos. Também deu origem ao mapa econômico das rodovias: a partir do volume de transações entre uma cidade e outra, é possível descobrir em qual estrada vale mais a pena investir. Se a estatística é útil para montar o plano de voo, os dados abrem caminho para que as eventuais correções de rota ocorram em tempo real. •

## POLÍCIA (CADA VEZ MAIS) CIENTÍFICA

Tempos antes de o programa Cientista Chefe ganhar esse nome, a ideia embrionária já era testada na mais estratégica das secretarias do governo cearense, a da Segurança Pública. Há três anos, em 2016, o estado viveu uma queda bruta na taxa de homicídios. No ano seguinte, porém, as mortes voltaram a disparar, crescendo 47% em relação ao ano anterior. A disputa entre facções criminosas e a violência nos presídios espalharam-se em insegurança nas ruas da capital, Fortaleza – naquele ano, a cidade foi palco da mais sangrenta chacina da história do Ceará, que deixou 14 mortos, e em 2019 houve ataques a prédios públicos, pontes e torres de comunicação. Sob esse cenário nada alentador, a secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado passou a pensar em como usar tecnologia para fazer com que o crime deixasse de compensar.

Há dois anos, passou a atuar nesta questão uma equipe coordenada pelo professor José Macedo, do Departamento de Computação da Universidade Federal do Ceará. Estreante na área de segurança pública, mas com larga experiência em Tecnologia da Informação dentro e fora da universidade, o pesquisador ganhou a missão de organizar essa barafunda de dados e apresentá-la aos gestores e policiais numa plataforma fácil e intuitiva. Com a ajuda de cem pesquisadores e o envolvimento de outras duas dezenas de colaboradores, nasceu então um sistema de big data chamado Odin, que armazena e cruza dados obtidos por mais de 50 sistemas dos órgãos de segurança e de entidades parceiras. Todas as informações podem ser vistas em tempo real dentro de um painel que simplifica os processos de investigação e de tomadas de decisão, o Cerebrum. “O sistema cruza mais de 3 mil informações”, diz Macedo, “mas foi desenvolvido para funcionar mesmo em celulares mais simples.”

Nessa esteira surgiu também um sistema que permite a checagem em tempo real de placas de veículos que passam pelos radares instalados. O Spia tem 3,3 mil câmeras integradas. As imagens são repassadas a um banco de dados que indica a possibilidade de crimes ao operador policial mais próximo.

Os dados ajudaram, por exemplo, a colocar bases de policiais a pé nas regiões onde ocorrem mais roubos. Essas informações foram cruciais para diminuir o tempo de captura de um veículo. “Hoje conseguimos reagir em seis ou sete minutos”, diz o policial rodoviário Aloísio Lira, chefe do Departamento de Pesquisa e Estratégia da secretaria. A resposta ágil dificulta também que o veículo seja utilizado para cometer outros crimes, quebrando a cadeia de infrações. Com isso, o roubo de carros caiu 48% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

A secretaria estima que o projeto poupou aos seus cofres algo em torno de 120 milhões de reais. A meta agora é concluir até 2020 o processo de integração da plataforma. O acesso a esses dados, calcula Lira, terá um grande impacto nas iniciativas futuras de combate ao crime no estado. “As grandes polícias do mundo têm cientistas de dados em suas equipes. Queremos criar essa carreira por aqui.”

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos**

O evento celebrará o aniversário dos pesquisadores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln. A taxa de inscrição varia de US\$ 150 (para pesquisadores estrangeiros) até R\$ 85 (para estudantes de graduação brasileiros)

Referência mundial nos estudos da álgebra comutativa, os professores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln, dos Estados Unidos, serão homenageados na segunda edição do International Meeting in Commutative Algebra and its Related Areas (IMCARA), no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, de 22 a 26 de julho.

O encontro tem como objetivo contribuir para a formação de mais pesquisadores nesta área do conhecimento no Brasil e na América Latina, criando uma atmosfera oportuna de cooperação, de acordo com o ICMC. As atividades acontecerão no auditório Fernão Stella de Rodrigues Germano, no bloco 6 do ICMC. Estão previstos três minicursos, uma sessão de pôsteres e de 12 plenárias, uma delas ministrada pelo homenageado da primeira edição, o professor emérito Aron Simis, da Universidade Federal de Pernambuco.

As inscrições podem ser feitas até o primeiro dia do evento por formulário eletrônico: [icmc.usp.br/e/f750b](http://icmc.usp.br/e/f750b). A taxa de inscrição varia de US\$ 150 (para pesquisadores estrangeiros) até R\$ 85 (para estudantes de graduação brasileiros). Para conferir os valores exatos, acesse o site do evento: [simcara.wixsite.com/2imcara](http://simcara.wixsite.com/2imcara).

#### **Os homenageados**

A homenagem é um reconhecimento às pesquisas na área de álgebra comutativa dos professores Sylvia e Roger. Os dois têm contribuições significativas para o crescimento do Grupo de Álgebra Comutativa do ICMC. “Por exemplo, recentemente Roger, Sylvia e eu estamos desenvolvendo projetos de pesquisa em conjunto”, ressaltou o professor Victor Hugo Jorge Pérez, um dos coordenadores do evento.

Filha e neta de matemáticos, Sylvia é professora emérita da Universidade de Nebraska-Lincoln, autora de 53 artigos e tem mais de 300 citações. Trabalhou na edição de renomados periódicos internacionais e faz parte da publicação Notable Women in Mathematics: A Biographical Dictionary, além de ter presidido a Association for Women in Mathematics entre 1997 e 2000. Com atuação constante pela representatividade das mulheres na matemática, foi agraciada com o prêmio University of Nebraska's Outstanding Contribution to the Status of Women Award, em 2000.

Também professor emérito da Universidade de Nebraska-Lincoln, Roger é citado em mais de 900 publicações, além de ser autor de 82 artigos e coautor, com seu aluno Graham Leuschke, do livro Cohen-Macaulay Representation, publicado pela American Mathematical Society em 2012. Editor associado do Journal of Commutative Algebra, é colaborador da Simons Foundation, organização voltada para a pesquisa avançada em matemática e ciências básicas.

O Encontro Internacional de Álgebra Comutativa e Áreas Correlatas (IMCARA 2019) tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Matemática (INCTMat) e do departamento de Ciências Matemáticas do Instituto Politécnico de Turim (Politecnico di Torino).

Fonte: Assessoria de Comunicação do ICMC/USP

topo ↕

## **OPINIÃO E NOTÍCIA - TEMPO REAL**

### **MEC anuncia plano de mensalidade em universidades federais**

#### **Anunciado em evento privado, o programa 'Future-se' reduz o orçamento da União para o setor e cria programa de mensalidades**

O Ministério da Educação (MEC) anunciou na última sexta-feira, 12, em um evento privado, o lançamento do programa "Future-se".

Voltado ao ensino superior, o programa visa reduzir o orçamento da União voltado para o setor e prevê uma política de cobrança de mensalidades em universidades federais.

Segundo noticiou o jornal Valor Econômico, o programa foi apresentado na Conferência Internacional de Financiamento Vinculado à Renda – evento promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Universidade Nacional Australiana e a Embaixada da Austrália no Brasil.

No evento, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, afirmou que o programa visa "fortalecer a autonomia financeira das universidades e dos institutos federais" e que um dos eixos da medida é promover a "internacionalização" do ensino superior brasileiro.

O programa anunciado é inspirado em um modelo adotado na década 1980, por universidades australianas, que fez com que o ensino superior naquele país deixasse de ser totalmente gratuito para se tornar híbrido (com parte do curso sendo custeada pelo estudante).

Críticos veem no lançamento do "Future-se" o primeiro passo para a privatização do ensino superior federal. A Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj) apontou que o programa foi elaborado sem a participação de entidades do setor, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) e comitês da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Segundo a Adufrj, até o momento, as entidades não têm qualquer informação mais profunda sobre o programa, além de que ele existe.

A Adufrj também destacou que a privatização do ensino superior federal é uma bandeira defendida pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. "No mês passado, ao discursar na abertura do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte, o ministro defendeu o crescimento do ensino privado. Na ocasião, ele disse que o MEC vai dar ao ensino privado superior 'liberdade para produzir e trabalhar', completando que o ministério será um 'aliado nesse processo'".

topo ↕

## **CIDADE VERDE - TEMPO REAL**

### **Mestrado em Letras da UESPI abre inscrições para seletivo de Pós-doutorado**

A coordenação do Mestrado Acadêmico em Letras (ML) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo de um (1) bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito deste Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, com bolsa mensal no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), com vigência inicial de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

O candidato interessado em participar da seleção deve encaminhar à Secretaria do Mestrado Acadêmico em Letras até o dia 24 de julho de 2019, via serviço de SEDEX ou na coordenação do curso, no Núcleo de Pós-Graduação (NPG) do campus Poeta Torquato Neto, no horário de 8h às 13h30, a documentação seguinte exigida no ato da inscrição:

- a) Projeto de pesquisa e plano de trabalho a ser desenvolvido no período de vigência da bolsa;
- b) Currículo Lattes para pesquisadores brasileiros com documentos comprobatórios, atualizado em 2019; para estrangeiros, verificar o formato disponibilizado pela CAPES, Portaria Nº 086/13;
- c) Cópia autenticada do diploma de Doutor em Letras ou Doutor em Linguística;
- d) Cópia autenticada do RG e CPF para pesquisadores brasileiros;
- e) Cópia autenticada do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) para pesquisadores estrangeiros residentes no Brasil; passaporte para pesquisadores estrangeiros não residentes no Brasil;
- f) Ficha de inscrição (encontra-se no Edital).

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Denúncias de oferta de falsos cursos superiores são registradas no Sertão da Paraíba**

#### **Pelo menos três cidades da região tiveram denúncias registradas contra instituições de ensino que vendiam cursos superiores, mas que não tinham autorização do MEC.**

Pelo menos três cidades da região do Sertão da Paraíba registraram denúncias contra instituições privadas de educação por supostamente oferecerem cursos de ensino superior sem possuírem autorização no Ministério da Educação (MEC). Um levantamento feito pelo G1 apontou que as cidades de São Bento, Paulista e Pombal tiveram denúncias registradas no Ministério Público Federal (MPF) e no Procon da Paraíba contra instituições de ensino entre 2014 e 2019.

A denúncia, em via de regra, é a mesma. Aparece uma instituição oferecendo curso aos finais de semana, com uma aula semanal e mensalidades com preços atrativos. Por conta da publicidade confusa e da vontade de profissionalização, muitas pessoas iniciam os cursos na expectativa de saírem diplomadas, mas no final acabam frustradas porque a instituição em alguns casos não tem sequer registro no MEC como Instituição de Ensino Superior (IES).

E essa foi a suspeita de irregularidade alvo do inquérito aberto no último dia 5 de julho pelo MPF. A denúncia feita à Procuradoria da República na Paraíba informava que um estabelecimento de ensino, identificado como Instituto Belchior, teria supostamente oferecido um curso de extensão, que não prevê emissão de diploma, como curso superior. De acordo com o MPF, o Instituto Belchior não possuía registro no MEC para

ofertar curso superior e emitir diploma.

Uma nota técnica emitida pelo MEC e anexada ao inquérito do Ministério Público, que o G1 teve acesso, explicou que a IES precisa constar no site do E-MEC como ativa para que tenha autorização para oferecer cursos superiores. Não bastando a autorização para operar, as instituições precisam de novas permissões para atuarem além do estado de origem ou para manterem cursos a distância.

A suposta irregularidade contra o Instituto Belchior ocorreu na cidade de Pombal, a 371 km de João Pessoa, mas outra denúncia semelhante, desta vez envolvendo outro estabelecimento de ensino, foi registrada a cerca de 39 km, ou cerca de 33 min de viagem, na cidade de Paulista.

## Caso em Paulista

A estudante Bruna Oliveira, moradora de Paulista, contou que uma faculdade que dizia ser do Piauí ofereceu entre 2015 e 2017 o curso de licenciatura em pedagogia na modalidade semipresencial. Ela conta que as aulas aconteciam sempre aos sábados nas dependências de uma escola pública da cidade.

No período de três anos, a instituição, identificada como São Judas Tadeu com sede no Piauí, chegou a formar três turmas na cidade de Paulista. Ela ingressou no suposto curso de licenciatura em pedagogia em 2017. Bruna Oliveira lembra que notou que poderia ter sido enganada quando assistiu a uma reportagem do Fantástico, da Rede Globo, sobre um caso parecido no Piauí.

“A gente até então desconfiava de que essa faculdade poderia não ser válida. O curso era um fim de semana por mês, uma coisa mais fácil, um valor mais acessível. Mas um dia passou uma situação parecida com a nossa no Fantástico, quando a gente assistiu, foi como se tivesse vendo a nossa história”, contou Bruna sobre a reação dela e das colegas.

Após a reportagem, Bruna e algumas colegas da turma leram os contratos firmados com a instituição e viram que o curso ofertado era na verdade uma curso de extensão, e que, por conta disso, não teriam um diploma após conclusão. O estabelecimento cobrava uma mensalidade de R\$ 160 pelo suposto curso de licenciatura.

“Ligamos para eles, falavam que só iria aparecer como curso de graduação no 7º período, foi quando entramos em contato com o MEC que nos confirmou que o curso era mesmo de extensão e não teríamos diploma, mas um certificado. Foi quando procuramos nossos direitos”, relata a estudante.

Os estudantes se reuniram e formalizaram uma denúncia junto ao Procon da Paraíba contra a Sociedade de Educação Superior São Judas Tadeu (SJTD). A coordenadora do Procon-PB, Kessia Liliana, confirmou a denúncia e explicou que o procedimento de investigação segue aberto. Kessia contou que após pesquisa efetuada pelo Procon ficou constatado que não havia autorização para que nenhuma instituição operasse cursos superiores em Paulista.

Bruna Oliveira explicou que representantes da faculdade chegaram a ir até Paulista e



ofereceram transferência dos matriculados nos cursos livres, que é como os cursos de extensão são reconhecidos pelo MEC, para outra instituição. A estudante contou que não aceitou a proposta, embora algumas colegas tenham acordado passar a estudar em outra instituição. Os matriculados que não aceitaram a transferência receberam a promessa da devolução do dinheiro, segundo Bruna Oliveira.

“ Fizemos sem nem pesquisar direito, e daí fomos todas lesadas, destruímos sonhos de várias pessoas, perdemos muito tempo, muito dinheiro e a destruição de um sonho”, lamentou Bruna Oliveira.

O promotor da região, Osvaldo Lopes Barbosa, comentou que a denúncia do caso de Bruna e dos colegas ainda não tinha sido formalizado junto ao Ministério Público da Paraíba, embora ele tivesse conhecimento de práticas semelhantes à denunciada ao Procon na região.

“No final de 2018 tivemos muito trabalho com uma denúncia parecida na cidade de Conceição. Convocamos o diretor da escola onde o curso de extensão operava, teve acordo, dinheiro devolvido. Um fato idêntico”, comentou o promotor.

Bruna Oliveira e colegas chegaram até a mandar confeccionar fardamento do curso de pedagogia — Foto: Arquivo Pessoal/Bruna Oliveira  
Bruna Oliveira e colegas chegaram até a mandar confeccionar fardamento do curso de pedagogia — Foto: Arquivo Pessoal/Bruna Oliveira

Bruna Oliveira e colegas chegaram até a mandar confeccionar fardamento do curso de pedagogia — Foto: Arquivo Pessoal/Bruna Oliveira

Para Bruna, após o sonho desfeito, a missão é ajudar para que outras pessoas não passem pelo que ela passou. “A gente sabe que cursos semelhantes foram oferecidos nas cidades vizinhas como São Bento e Brejo do Cruz. A gente agora só quer expor o caso para que as pessoas não sejam mais enganadas”, lamentou.

O G1 tentou entrar em contato por telefone com a São Judas Tadeu, mas as ligações não foram atendidas. Um email foi enviado para a instituição, mas até a publicação desta reportagem não tinha sido respondido.

#### Denúncia em São Bento em 2014

A primeira denúncia envolvendo o Instituto Belchior na Paraíba surgiu em março de 2014, quando um estudante de um curso na modalidade EAD representou duas instituições à MPF por suspeitas de irregularidades. A Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR), com sede no Piauí, e o Instituto Belchior foram investigados a partir de um procedimento instaurado pelo procurador Djalma Gusmão Feitosa entre 2014 e 2015.

Em uma nota técnica, emitida pelo próprio Ministério da Educação em março de 2015 e anexada ao inquérito publicado nesta sexta-feira (5), o MEC confirma que não havia registros na data que o Instituto Belchior tivesse autorização para oferecer cursos superiores, nem autorização para que a Faculdade Evangélica Cristo Rei operasse cursos na modalidade a distância, nem no Piauí, nem em outros estados.

Em ofício enviado em abril de 2014, a FECR informou por meio de um ofício enviado para o MPF que os cursos ministrados em São Bento eram cursos de extensão

universitária e que em nenhum momento ofereceu cursos na modalidade EAD. Por sua vez, o Instituto Belchior se manifestou nos autos do processo enviado a documentação para realização dos cursos livres, inclusive com artigos de incorporação e cópias de certificados emitidos pela instituição.

topo ↕

## GR NEWS - TEMPO REAL

### **Pesquisadores produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel**

Pesquisadores da Embrapa Agroenergia (DF) estão usando a glicerina gerada no processo de produção de biodiesel para obter compostos químicos valorizados pela indústria. O coproduto é usado por microrganismos como fonte de carbono para a produção de ácidos orgânicos e outras substâncias (polióis, dióis e cetonas) que podem ser vendidas para indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas e químicas. Isso significa que, com o aproveitamento desse coproduto, a indústria poderá lucrar entre dez e 100 vezes mais do que comercializar a glicerina bruta, a depender do composto químico produzido e para qual finalidade.

Trata-se de um destino mais nobre e uma forma de valorizar a glicerina, que costuma ser vendida em sua forma bruta ou purificada, ou ainda queimada nas próprias usinas de biodiesel para gerar energia. A glicerina é gerada na produção do biodiesel e provém da mistura de um álcool com um óleo vegetal ou gordura animal, reação que é acelerada com a adição de um catalisador químico para formar o combustível. Dessa reação surge um volume composto aproximadamente de 90% de biodiesel e 10% de glicerina.

#### Projeto Bioglic

Os trabalhos de pesquisa fizeram parte do projeto Bioglic – Aproveitamento da glicerina coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos visando agregar valor à cadeia produtiva do dendê. Além da Embrapa Agroenergia, participam pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (AM) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2018 foram produzidos mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de biodiesel.

O projeto de pesquisa teve duração de quatro anos e obteve bons resultados ao avaliar gliceras oriundas do biodiesel fabricado a partir de soja e dendê. “Conseguimos mostrar que esses processos de bioconversão são viáveis tecnicamente e que é possível produzir compostos químicos de interesse comercial a partir da glicerina bruta com um rendimento igual ou até mesmo superior ao obtido com a glicerina pura”, destaca a pesquisadora da Embrapa Agroenergia Mônica Damaso, que coordenou os trabalhos. Com o projeto, foi possível selecionar microrganismos que conseguem utilizar a glicerina bruta e convertê-la em diferentes compostos químicos. “Vários microrganismos podem ser utilizados no processo, como bactérias, leveduras ou fungos filamentosos”, informa a pesquisadora.

Em busca de parceiros

Damaso conta que a próxima etapa do projeto envolve a busca de parcerias com a

iniciativa privada. Com isso, os pesquisadores querem aumentar a escala de produção dos compostos químicos para uma etapa em biorreator em bancada. Segundo Mônica Damaso, posteriormente, pretende-se fazer testes para obtenção desses compostos químicos em escala-piloto, que futuramente possam ser produzidos comercialmente por empresas parceiras.

A pesquisa se fundamentou em três pilares: seleção de microrganismos, métodos analíticos para identificação e quantificação dos compostos e processos de biotransformação da matéria-prima nos compostos químicos.

O primeiro grupo envolve a seleção de microrganismos, sejam aqueles isolados da natureza durante o projeto ou os já pertencentes à coleção da Embrapa Agroenergia. Eles são avaliados quanto à capacidade de produção dos compostos químicos de interesse a partir da glicerina.

Como uma grande quantidade de compostos é gerada, é fundamental o desenvolvimento de métodos rápidos e sensíveis para identificar esses produtos e quantificar o nível de produção. Os pesquisadores conseguiram elaborar um método capaz de aumentar em doze vezes a velocidade de identificação dos compostos.

No início do projeto, apenas 24 amostras eram analisadas por dia. No fim dos trabalhos já era possível analisar 288. Isso se tornou possível porque o método – que era totalmente manual para as etapas de injeção, calibração e limpeza – tornou-se totalmente automatizado.

Em relação à quantificação dos compostos químicos, foram desenvolvidos dois métodos. Um possibilita identificar e quantificar até dez ácidos orgânicos e o outro, até 11 polióis em apenas 20 minutos.

“É importante desenvolver novos métodos capazes de processar uma quantidade maior de amostras em menor tempo justamente pela economia de tempo dos equipamentos e diminuição dos resíduos gerados durante o processamento dessas amostras. Além de serem mais rápidos, os métodos criados são mais ecológicos, gerando menor impacto para o meio ambiente”, explica o analista da Embrapa José Antônio Ribeiro.

No processo de produção por biotransformação da glicerina, são estudados os fatores que aumentam o rendimento da produção dos compostos químicos de valor agregado. “Conseguimos produzir alguns compostos utilizando glicerina bruta, seja a comercial produzida no Brasil, que utiliza 75% de soja, ou também a produzida a partir do dendê, que era a biomassa foco do projeto”, revela Damaso. Com informações da Embrapa

topo ↕

## NOTÍCIAS DA MANHÃ - SP - TEMPO REAL

### **Professora da rede estadual de Uchoa ganha curso para aprimorar inglês nos EUA**

Cerca de 40 professores de inglês da rede estadual de São Paulo embarcaram no final de junho para 14 cidades dos Estados Unidos para um curso de aprimoramento da língua inglesa com duração de seis semanas. Os docentes foram contemplados pelo Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI), da **Capes**, ligada ao Ministério da Educação. Há representantes que atuam em escolas da Capital, Litoral e Interior de São Paulo.



Uma das selecionadas foi a professora Leticia Fonseca Borges, que dá aulas na EE Professor Pedro Elias, em Uchoa, da Diretoria Regional de Ensino de São José do Rio Preto. O intercâmbio de seis semanas ocorre na Michigan State University em East Lansing, Michigan, Estados Unidos.

Ela conta que a experiência tem sido muito enriquecedora porque proporciona imersão total na cultura americana. “Tanto em termos de vivências diárias – como ir ao supermercado, pegar ônibus ou conversar com alguém em fila – quanto em termos de aulas com professores nativos. Poder fazer essa troca de experiências tem sido sensacional”, afirma.

Desenvolvido em parceria com a Comissão Fulbright e a Embaixada dos Estados Unidos e promovido pelas Diretorias de Relações Internacionais (DRI) e de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), o PDPI é destinado aos professores de inglês em efetivo exercício na rede pública de ensino. O programa conta com atividades acadêmicas e culturais que promovem o fortalecimento do domínio de habilidades linguísticas, a imersão no cotidiano de um país de língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

Os docentes foram selecionados a partir da nota no teste de proficiência Toefl ITP que serviu também para os organizadores definirem em qual modalidade de curso o candidato será incluído, além de uma prova. Durante os últimos três anos, quase três mil professores foram capacitados por meio do PDPI. A atual edição do programa selecionou 486 profissionais, além de 15 suplentes.

Da Redação

topo ↕

**PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

**A CIÊNCIA TEM UM COMPONENTE ESPIRITUAL PROFUNDO, DIZ MARCELO GLEISER**

**Em entrevista, premiado físico discute os limites da ciência e da religião e o futuro da ciência no Brasil**

A união ou separação da ciência e da religião provoca discussões acaloradas na comunidade científica há pelo menos um século, e elas têm sido adotadas pelo grande público também. Especialista no tema, o físico brasileiro Marcelo Gleiser é pesquisador da prestigiosa Faculdade de Dartmouth, nos Estados Unidos, e tem uma série de livros publicados, pelos quais já recebeu dois Jabutis. No início deste ano, ele foi o primeiro latino-americano a receber o prêmio Templeton, dado a quem "deu uma contribuição excepcional para afirmar a dimensão espiritual da vida".

Em visita ao Rio de Janeiro, onde falou em palestra na Casa Firjan, Gleiser acaba de lançar seu mais recente livro, "O Caldeirão Azul", uma reunião de artigos publicados em diversos veículos. Nele, o cientista discute como a ciência e a religião não são áreas excludentes; fala criticamente sobre as chamadas "teorias de tudo" e sobre a divulgação científica em geral. Em conversa com o site da ÉPOCA, Gleiser discute os temas do livro e comenta sobre o estado atual da ciência no Brasil.

Em seu novo livro, "O Caldeirão Azul", você diz que a religião e a ciência não são excludentes. Você pode elaborar mais sobre essa relação?

A percepção tradicional é de que ciência e religião são duas coisas completamente diferentes. De que a ciência tenta entender como funciona o mundo e a religião fala sobre o espírito do homem e questões existenciais, morais e de valor. Mas não é bem assim, e eu não sou o primeiro a falar isso. Talvez apenas toque no assunto de maneira mais contundente. Para citar um nome famoso, o Einstein dizia que o questionamento científico é o engajamento com o Mistério, de M maiúsculo. O que ele queria dizer com isso?

Essencialmente, é a ideia de que enxergamos uma parte muito pequenininha do mundo. Quando vemos as nuvens, o céu e as árvores, por exemplo. E o que a ciência faz é tentar ampliar essa nossa visão do que é o mundo. É uma viagem ao desconhecido, ao que a gente ainda não conhece.

Então gosto de dizer que, de certa forma, a ciência é um flerte com o mistério. E isso tem um componente espiritual muito profundo, pois é como nos relacionamos com algo muito maior do que nós somos. É óbvio que a ciência tem uma metodologia e quando escrevo meus artigos sobre estrelas e partículas, sou bastante rigoroso quanto a isso. Mas se você pensa no contexto cultural e emocional do processo científico, existe uma componente que eu diria ser essencialmente religiosa.

Em um dos seus artigos, você fala de um debate com o cardeal Gianfranco Ravasi. Como você enxerga o diálogo entre representantes da ciência e religião?

Quero que as pessoas se interessem, gostem e sejam estimuladas pela ciência. Quero levar isso ao maior número possível de pessoas, de uma maneira efetiva. E a verdade é a seguinte: a maioria das pessoas no mundo tem uma fé. Você irá olhar para o mundo de uma forma espiritualizada. Então assumir a posição do cientista meio arrogante, de falar que a “religião é uma bobagem”, para mim é profundamente errado. Por tudo que falamos antes, sobre o engajamento com o mistério.

A palavra religião vem de religare, do latim, e significa se reconectar. Para mim, é uma reconexão com o mundo e a natureza. Onde você quer encontrar Deus é um problema seu. Mas o fato é que somos criaturas feitas de partes de estrelas que morreram há bilhões de anos e mesmo assim questionam a própria existência. “Quem somos, para onde vamos...”. Isso mostra que não é possível olhar o ser humano apenas através de uma lente científica, mas de forma plural. Como um ser que filosofa, faz arte e que tem algum tipo de fé.

E no caso dos ateus?

Mesmo os ateus. Falo isso e eles ficam chateados comigo. Mas o ateísmo mais radical é inconsistente com o método científico. Depende do tipo que você é, mas se você faz uma declaração categórica negando a existência de qualquer tipo de divindade, é uma asserção da fé na descrença. Você não tem como saber. É o que exploro em um dos meus livros, “A Ilha do Conhecimento”.

O que a gente conhece da natureza está crescendo e é bárbaro. Mas é limitado. Não dá para cravar, com o que não sabemos do mundo, que “Deus não existe” (e não interessa que Deus seja). É possível, porém, dizer que não se vê nenhuma necessidade ou evidência para acreditar em divindades. O importante é entender que não se sabe tudo

sobre o universo ou quem somos. Então, essa conversa entre a ciência e a religião só pode enriquecer o espírito humano, contanto que seja feita de uma forma honesta, aberta e com respeito. Que foi como aconteceu com o cardeal.

E quando se trata do outro lado, quando religiosos atacam a ciência? Essa coexistência é possível quando, por exemplo, a ministra Damares Alves [do ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] diz que “deixamos a evolução entrar nas salas de aula”?

A coexistência só é possível se não existe radicalismo. Se você assume uma postura radical, você automaticamente fecha as portas para o resto. Não é possível reconciliar se a pessoa acha que você é um louco ou que você tem intenções nefastas. Acho que esse tipo de atitude é meio irremediável. A única maneira de combater isso é uma exposição, em todas as mídias, de muita ciência.

Uma crítica que faço aos cientistas, não só brasileiros, é de que existe um certo comodismo com relação ao engajamento deles como atuadores sociais. Você e seus alunos do doutorado podem sair da universidade para visitar uma escola pública na sua região. Para conversar com as crianças sobre o que é ser cientista, qual a diferença entre um biólogo, químico e físico, ou qual é a sua tese de doutorado. As crianças precisam ver que ciência não é só coisa de Einstein, Hawking e outras figuras super famosas — e que, inclusive nunca são brasileiras. Temos sim ciência no Brasil, e a fazemos muito bem feita. Precisamos criar um evangelismo científico nos grupos de base. Que seja construtivo e democrático. Não só para formar futuros cientistas, mas cidadãos que sabem sobre ciência.

Outro ponto de crítica no seu livro é contra as teorias totalizantes da ciência, que tentam encontrar uma explicação que abarque todos os fenômenos da natureza. Por que essas teorias são perigosas?

A ideia de uma teoria única, que explica tudo, é meio antiga e está viva até hoje. É a “teoria de tudo”. Ela diz, basicamente, que por trás de todas as grandes variações e diferenças, a natureza é regida por leis fundamentais que são as mesmas. Em um dos meus livros, o “Criação Imperfeita”, digo isso: “A gente nunca pode ter informação suficiente sobre o mundo e a natureza para dizermos que chegamos a uma teoria final de tudo”. Para mim, se trata de uma posição filosoficamente errada. Podemos é dizer que, com o que sabemos hoje, temos uma teoria que unifique várias outras. Mas isso não impede em nada que daqui dez, vinte anos, um sujeito faça uma nova experiência e descubra uma nova força da natureza, uma partícula que não se encaixe nesse esquema...

Até porque a ciência não é a natureza em si, mas a leitura do homem sobre como ela opera...

Sim, exatamente. A ciência é uma descrição humana do mundo.

Pensando ainda nas teorias de tudo, o criador do Facebook, Mark Zuckerberg, disse certa vez que gostaria muito de descobrir o algoritmo por trás da interação social das pessoas. O que você acha de um objetivo desses?



Seria profundamente trágico. Achar o algoritmo de funcionamento humano acabaria com o mistério. E o mais interessante da vida é o que a gente não sabe sobre ela, não o que sabemos. A dúvida é essencial para a existência.

Do outro lado da moeda, o que você acha das pessoas que se aproveitam do fato de que a ciência não é absoluta e gera dúvidas para tentar desmoralizar e distorcer seus resultados?

A gente bota tudo no mesmo saco, mas são problemas diferentes. No caso do aquecimento global, existem ataques como se a questão fosse inventada pelos cientistas. Isso, para mim, é propaganda dos grupos que não querem que a gente desenvolva novas tecnologias renováveis e de sequestro de carbono. Grupos que, aliás, contrataram os mesmos mestres de ideologias por trás da defesa dos cigarros nos anos 60 e 70. Eles criam um clima de desconfiança, de que o aquecimento global seria uma invenção. E isso não é só assustador como é também trágico. Porque obviamente está acontecendo, os dados são claros e diretos. O aquecimento global não só acontece, como é acelerado pela industrialização humana.

E no caso de movimentos como os de anti-vacina e terraplanistas?

Bem, a diferença é que estar contra vacinas mata, e a terra plana não. Mas ambos fazem parte de um movimento infeliz de resistência ideológica contra o controle da ciência na vida das pessoas. E vivemos numa era onde a ciência controla nossos dados, quem somos. Tudo através da tecnologia de informação. Então as pessoas se sentem meio ameaçadas. Mas fico em dúvida sobre o quanto pessoas que dizem acreditar na terra plana estão sendo sinceras.

De qualquer maneira, é triste. Pois é possível fazer críticas legítimas à ciência. Nós acabamos de fazer. Mas Eratóstenes provou que a Terra era uma circunferência em 300 antes de Cristo. Negar isso é triste. Quer criar uma resistência? Ótimo. Mas que seja construtiva e não ignorante ao que já sabemos.

Muitos pesquisadores se debruçaram sobre a dimensão social da ciência no século passado. Sobre como ela é uma prática humana, movida por forças sociais. Um deles, o francês Bruno Latour, chegou a ser acusado de ser 'responsável' pelo boom de movimentos negacionistas como esse. Ele, porém, se defende dizendo que apenas constatou a dinâmica da ciência e que não se trata de um defeito. O que você acha dessa questão?

Concordo com o Bruno Latour. No "A Ilha do Conhecimento", eu exploro exatamente a ideia das limitações do conhecimento científico. Mas isso não é uma crítica à ciência. É uma demonstração de como ela funciona. Não significa que se eu pegar um avião eu devo ter medo que ele caia. Os caras que acreditam em terra plana pegam avião. Como é? Para mim é uma inconsistência ridícula.

Mostrar que, sim, a ciência é uma criação humana e portanto não é infalível, não significa que o que aprendemos sobre o mundo está errado. Mas que a ciência pode corrigir seu rumo. Por exemplo: as ideias de éter vital e do éter luminoso foram aceitas por muito tempo. Mas a ciência se corrigiu. Ela tem essa capacidade. Mesmo que a gente pegue uma vertente errada por um tempo, não vamos continuar nela para sempre.

E por isso vivemos em um mundo de computadores, aviões e vacinas.

Justamente por ela ser humana, a ciência pode se corrigir...

É pensar na questão do fracasso, outra que eu toco no livro. Sem o fracasso não vamos para frente. Então faz parte de toda criação humana errar. Você erra e acerta. Eventualmente você encontra sua sinfonia. Tudo bem. Mas achar que tudo que a gente faz tem que sair perfeito de saída é uma grande ilusão.

O novo governo do Brasil tem tido uma relação conturbada com diversos setores da ciência nacional. O que você acha que vem para o futuro da ciência do Brasil?

Em uma palavra, acho isso tudo trágico. O ministro Marcos Pontes disse que o CNPq só tem dinheiro para pagar bolsas até setembro. Isso é absolutamente devastador para a ciência brasileira. E, pra mim, é trágico por vários motivos.

Primeiro, você olha para o mundo. Nos anos cinquenta, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. E hoje? Todo mundo tem Samsung, LG, Kia... Eles apostaram direto na educação, na engenharia, na ciência e na matemática. Vamos olhar para a China e Índia, hoje. A Índia investe bilhões e bilhões em ciência, constrói parques universitários e de tecnologia, estão repatriando todo mundo. Os chineses e indianos estão trazendo os cientistas de volta pois sabem muito bem que quem vai determinar o futuro da humanidade são os países que detêm a tecnologia de ponta em ciência e engenharia. Ponto final. não tenho dúvida disso.

E o que Brasil está fazendo? Está se condenando a continuar sendo aquele país de extrativismo colonial, que é desde a época dos portugueses. O que se faz no Brasil? Temos agropecuária, petróleo, gás, ouro e ferro. Uma economia de extração, ao invés de ser uma de criação, de geração de informação. É um país que está olhando para o passado. Tudo bem ter uma agropecuária forte, não tem nada errado nisso. Não é nem oito nem oitenta. É preciso um equilíbrio, e isso não está acontecendo. Para mim, isso vai gerar uma dependência tecnológica seríssima do Brasil no futuro.

O filósofo francês Bruno Latour. Ele é um dos principais nomes a estudar a dimensão social da ciência. Foto: Louis MONIER / Gamma-Rapho via Getty Images

O filósofo francês Bruno Latour. Ele é um dos principais nomes a estudar a dimensão social da ciência. Foto: Louis MONIER / Gamma-Rapho via Getty Images

Triste, também, pois vai comprometer essa geração que hoje tem de 20 a 30 anos. Ela é super criativa, cheia de inovação e não poder competir com o resto do mundo. E o que ela vai fazer? Querem que todos se tornem fazendeiros ou trabalhem na Petrobras? Não dá.

Você acha que essa desvalorização pode levar a uma fuga de cérebros do país em curto prazo?

Vários já estão indo ou já foram. Eu sou de uma geração mais antiga, mas tem uma moçada jovem que já foi. Como você vai ficar aqui? Para que você vai ficar aqui? É meio heróico. Os meus colegas brasileiros que estão aqui são heróis e tenho muito respeito por eles. E cá entre nós, as pessoas não sabem porque ninguém fala sobre isso, mas o Brasil tem cientistas de excelente nível. Em todas as áreas. Pessoas que podiam

estar em qualquer outro lugar do mundo. Não estão porque voltaram, porque tem uma filiação emocional, social, cultura, familiar com o Brasil.

Eu sempre recebi um monte de mensagem de pessoas jovens do Brasil. Mas, de seis meses para cá, recebi uma enxurrada de e-mails principalmente de jovens, até de 14 anos, que não sabem o que fazer para serem cientistas ou continuarem a carreira. É desesperador.

E se você pudesse dar um recado a esses jovens cientistas? Qual seria?

Eu diria que você precisa depender menos dos seus professores e instituições. É preciso ser o mais auto suficiente e autodidata possível. Você tem que pegar seu destino com as suas próprias mãos. Se o seu professor está te ensinando tal matéria, vá para a biblioteca, faça um grupo de estudos e aprenda mais do que é ensinado na sala de aula. Fique independente intelectualmente, de forma a traçar o seu futuro.

Obviamente as faculdades do Brasil não vão fechar, espera-se. Mas, dá até vontade de chorar, se o governo deixa de financiar as instituições, ele vai decretar a falência da ciência no Brasil. Para mim, uma forma de morte nacional. E aí o que essa moçada vai fazer? Sair fora. E os que realmente querem fazer ciência, que foram atrás na faculdade, então vão para o exterior. Inteligência é inteligência aonde for.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Aula em casa não é evasão escolar, diz Ministério**

#### **Ministério orientou conselhos tutelares a não considerar como evasão escolar crianças e adolescentes que são educadas em casa**

Ainda sem a aprovação de lei que regulamente o ensino domiciliar no país, o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alvares, orientou os conselhos tutelares a não considerar como evasão escolar os casos de crianças e adolescentes que não estejam matriculadas em escolas e são educadas em casa, o homeschooling. O Ministério Público Federal (MPF) pediu imediata suspensão da ordem por entender que desrespeita a legislação.

O ofício com a orientação aos conselhos foi enviado no fim de maio, um mês após a gestão Jair Bolsonaro ter encaminhado projeto de lei (PL) sobre o tema ao Congresso – ainda não há previsão para que a matéria seja apreciada. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2018, a regulamentação do homeschooling deve ser aprovada pelo Legislativo, já que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A pasta orientou que, enquanto o projeto estiver em tramitação, os casos não sejam considerados como abandono intelectual. Também pede aos conselheiros que procedimentos em apuração sejam interrompidos até a votação do projeto.

Anteontem, o MPF recomendou a suspensão imediata por considerar que “nenhuma norma do ordenamento jurídico pátrio que define a obrigação dos responsáveis legais de zelar pelo bem-estar do educando foi revogada, principalmente aquela que determina a obrigatoriedade de promover a matrícula”.

Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, diz que também



encaminhou ofício a todos os conselhos orientando sobre a ação correta nesses casos. [OFÍCIO] Questionado pelo Estado sobre o pedido do MPF, a pasta não respondeu até as 21 horas.

Promessa

Bandeira de campanha de Bolsonaro, a regulamentação do homeschooling foi colocada como uma das ações prioritárias dos cem primeiros dias de governo – a liberação da modalidade é demanda antiga de grupos conservadores religiosos. A ideia inicial do governo era editar uma medida provisória (MP), que tem tramitação mais rápida. Com receio de a MP ser rejeitada, o governo recuou e enviou o PL.

A proposta prevê o cadastro de alunos e avaliações anuais do Ministério da Educação. Caso o aluno seja reprovado por dois anos seguidos, perderá o direito de estudar nesse modelo. Segundo o projeto de lei, as famílias terão de apresentar documentos como antecedentes criminais, caderneta de vacinação atualizada e plano pedagógico individual.

Quem defende o modelo diz que os pais têm o direito de decidir como e onde os filhos vão receber o ensino. Já especialistas em educação veem prejuízo em privar a criança do convívio à diversidade. Também dizem que a prática não tem eficácia comprovada nem em países onde foi regulamentada, como os Estados Unidos.

topo 

## R7 - TEMPO REAL

### “Estamos aqui para resistir até o fim”, diz reitor da UFG sobre reforma administrativa nas federais

O MEC irá se reunir com reitores das universidades federais na quinta-feira, 18, para apresentar o programa Future-se, com foco no Ensino Superior. A informação foi dada pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, ao jornal Valor Econômico.

Ao Jornal Opção, o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira, revelou que até o momento apenas houve a chamada para essa reunião e o Governo não lhes adiantou nada sobre o que será discutido ou quais propostas serão apresentadas nessa reforma.

“A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) jamais se negou a dialogar e não fomos chamados para nada. Sempre discutimos em conjunto com os governos e dessa vez só iremos tomar conhecimento no dia da apresentação”, disse.

Segundo o reitor, com isso, a Andifes irá se reunir na terça, 16, para se preparar para o encontro e, também, após a reunião de quinta-feira, 18, no intuito de avaliar o que foi proposto.

Ao Valor Econômico, o secretário adiantou que um dos focos será a “internacionalização” do ensino superior, que não estará mais subordinado ao regime jurídico de direito público. Segundo Arnaldo, a cobrança de mensalidades ainda será implantada, e as contratações passarão a ocorrer pelo regime celetista ou de contratos temporários.

O projeto tem base uma ação do governo australiano dos anos 80. O ensino do país deixou de ser totalmente gratuito para se tornar híbrido, com o estudante arcando por parte dos custos de sua formação ao longo da vida.

Quanto a essa possibilidade de se cobrar mensalidade, o reitor da UFG disse duvidar que isso seja colocado e que, por enquanto, só se lê isso na imprensa. “Afinal de contas está na Constituição que o ensino federal será gratuito, teria, portanto, que haver uma emenda aprovada no Legislativo para mudar isso. Por ora, nós estamos aqui para resistir até o fim”, pontuou.

topo ↕

## **THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL**

### **Anísio Teixeira - é a escola pública que constrói e sustenta a democracia**

Nascido a 12 de julho de 1900, em Caetité-Ba, Anísio Spínola Teixeira é considerado o educador que mais contribuiu para a renovação educacional e cultural brasileira.

Principal mentor e organizador da luta pela escola pública, gratuita, universal e laica, entre nós, sua presença na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1946 a 1961 assegura-lhe a posição de principal responsável pela implantação, na prática, do lema republicano da separação entre Igreja e Estado no Brasil.

Os pontos mais elevados de sua contribuição para a educação brasileira estão no apego a princípios de natureza política, com os quais balizava as lutas que empreendia com todo vigor pela escola pública, universal e gratuita, e pela universidade em comunhão com o fortalecimento da cultura e da soberania nacional. A isso ele se entregou de corpo e alma, sem tréguas, como se pensar e agir fosse uma espécie de continuum, a moldar a reflexão e a ação, por todo o tempo. Ele deu corpo à luta concreta pela construção da democracia, pela via da educação, no Brasil, de 1924 a 1971 quando morreu em circunstâncias bastante intrigantes, em plena ditadura militar, cuja verdade somente agora se encaminha para ser desvendada completamente.

É voz corrente que Anísio, desde cedo, vinculou-se ao pensamento avançado de John Dewey (1859-1952), o educador e filósofo estadunidense do pragmatismo, de grande projeção internacional, que influenciou, não somente a educação em sua pátria, EUA mas, também, a da URSS e da China, no início de suas caminhadas revolucionárias. Foi a obra de outro educador que, com Dewey, também atuava no Teachers College da Univeridade Colúmbia, na qual Anísio obteve sua pós-graduação, em 1929, porém, que lhe deu a principal fundamentação para a construção do vínculo entre educação e democracia. Trata-se de William Heard Kilpatrick (1871-1965), autor da obra Educação para uma civilização em mudança ( São Paulo, Melhoramentos, 11ª ed., 1973), lançada nos EUA, em 1926, que alcançou grande repercussão no mundo, no auge do movimento da Escola Nova.

Afirma Anísio: “Há quatro tipos de governo, dizia-nos o Prof Russel, da Universidade Colúmbia: há o governo dos ignorantes pelos ignorantes que é a tirania; há o governo dos que sabem, pelos ignorantes, que significa revolução próxima; há o governo dos ignorantes pelos que sabem, que é despotismo benevolente; e há o governo dos que sabem pelos que sabem, que é a democracia. Que tivemos até hoje? Quando muito, despotismo benevolente. E isto por quê? Porque não fizemos da educação o serviço fundamental e básico do Estado”.

Ao justificar que a educação deve, cada vez mais, vincular-se à construção e consolidação dos princípios democráticos, Kilpatrick explica a conceituação precisa de democracia que emprega no contexto educacional: “Tal como deve ser concebida, a democracia é um esforço para fundar a sociedade num princípio moral: a cada um deve oferecer-se a oportunidade de desenvolvimento e expressão individual simultânea, até o máximo em que isso seja possível. A despeito das ditaduras, do proletariado ou do capitalismo, a despeito do egoísmo monopolizador, onde quer que ele se encontre, parece razoável dizer-se que o homem não se satisfará permanentemente com qualquer regime social que negue, fundamentalmente a democracia. A tendência é por demais profunda. Qualquer medida social que não se baseie na justiça é de equilíbrio instável. A democracia oferece, por isso, o único programa que pode ter apoio permanente” (grifo no original).

O ataque generalizado que o governo atual, de essência fascizante, promove contra a educação pública no Brasil, tem a ver com a compreensão acima exposta. A razão explicitada pelos seguidores de Abraão (Weintraube) pode ser, às vezes, de natureza ideológica (combate ao marxismo cultural), ou neoliberal (contenção de despesas públicas em áreas sociais), mas a questão de fundo é que a escola pública universal e gratuita é a “máquina que constrói a democracia”, nas palavras de Anísio Teixeira.

No discurso que fez perante a Constituinte Baiana, em 1947, quando defendeu a inovadora tese da autonomia para a educação no estado (a educação deveria ser dirigida por um conselho, não pelo secretário estadual de educação), Anísio fez um extenso diagnóstico das dificuldades a serem superadas, para a implantação da escola pública universal e gratuita no Brasil. Suas palavras, há mais de setenta anos, teriam certamente a concordância do autor do best-seller atual *Elite do Atraso*. Dizia Anísio: “Sabemos que somos um país de distâncias físicas, sabemos que temos uma geografia que nos espanta e nos separa em suas imensas distâncias. Mas, o Brasil não é apenas um país de distâncias materiais, o Brasil é um país de distâncias sociais e de distâncias mentais, de distâncias culturais, de distâncias econômicas e de distâncias raciais. E nas dificuldades que todos sentimos em compreendê-lo, não devemos esquecer esse fato.

É por causa dessas distâncias que temos tantas linguagens pelo Brasil afora. Falamos uma língua em voz alta e e outra em voz baixa. Temos uma língua para festas e outra para a intimidade. Uma para o povo, outra para o estrangeiro e outras para os nossos iguais. Um certo temor, uma certa incompreensão em relação ao povo, nome que pronunciamos sempre como se fosse entre aspas, provém, a meu ver, da existência dessas distâncias. Em virtude delas, tudo, no país, fica esgarçado, frágil, tênue. Só tem uma força que vence esse distancialismo brasileiro, força que, se não existisse, tornaria bem difícil explicar a existência e a unidade do país a despeito de sua constituição ganglionar e esparsa. Só uma força vence este distancialismo, procurando unir debilmente a gigantesca talagarça nacional – o sentimentalismo. Só isto nos une em nosso imenso esfacelamento institucional, mas une, corrompendo, deformando, viciando e destruindo o vigor dos órgãos e dos tecidos nobres e criando, em seu lugar, um monstruoso tecido conjuntivo, em que órgãos e funções desaparecem na massa informe e sentimental do falso corpo nacional”.

Criador da primeira universidade com pesquisa em todas as áreas no Brasil, em 1935, Anísio é o fundador da **Capes**, com Rômulo Almeida., instituição que dirigiu de 1951 a 1964, quando foi aposentado compulsoriamente do serviço público pela ditadura



militar. Acumulava com o cargo na **Capes** a direção do Inep (1952-1964) e a função de reitor da Universidade de Brasília, da qual foi violentamente retirado, em 09 de abril de 1964. Também foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 1955 a 1959. Morreu em 12 de março de 1971

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou**

#### **Filho de Luiz Cancellier é acusado de peculato; advogado de Mikhail fala em ataque à memória do pai**

São Paulo

O Ministério Público Federal de Santa Catarina denunciou o professor universitário Mikhail Vieira Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) por participação em um suposto esquema de desvio de verbas federais de programas de educação à distância.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/mpf-denuncia-sem-provas-filho-de-ex-reitor-da-ufsc-que-se-suicidou.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Governo orienta conselho tutelar a não enquadrar homeschooling como evasão**

#### **Procuradoria recomendou suspensão do ato por não existir lei que regule o ensino domiciliar**

Brasília

Mesmo sem haver uma lei que regule o ensino domiciliar no país, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PSL) encaminhou um ofício para os conselhos tutelares em que pede que casos de crianças e adolescentes que estudem em casa não sejam considerados evasão escolar.

O MPF (Ministério Público Federal), contudo, recomendou a suspensão do ato nesta quinta-feira (11).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-orienta-conselho-tutelar-a-nao-enquadrar-homeschooling-como-evacao.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES**

### **O drama do analfabetismo**

Enquanto o governo federal se preocupa em combater o chamado “marxismo cultural” nas escolas e universidades do País – “ameaça” que só existe nas cabeças mais aluadas do bolsonarismo –, a batalha real contra o analfabetismo vem sendo fragorosamente perdida. Segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua sobre educação divulgados pelo IBGE, há 11,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais que não conseguem ler ou escrever um texto simples.

O resultado de 2018 aponta uma pequeníssima queda em relação ao ano anterior – 6,8% no ano passado, ante 6,9% de analfabetos em 2017. É superior à meta de 6,5% estipulada para quatro anos atrás pelo Plano Nacional de Educação. Nesse ritmo de queda no número de analfabetos, o Brasil não conseguirá atingir o objetivo de erradicar

o analfabetismo em 2024. Uma tragédia social e econômica.

A Pnad Contínua mostra que o desafio ainda é muito maior na Região Nordeste, onde há 13,9% de analfabetos, número quatro vezes maior do que o da Região Sudeste, com 3,5%. Na Região Norte, o percentual de analfabetos é de 8% e nas Regiões Centro-Oeste e Sul, 5,4% e 3,6%, respectivamente.

A chaga do analfabetismo também expõe o abismo que há entre brancos e negros no

País, passado mais de século da abolição da escravidão. Entre a população negra, há mais do que o dobro de analfabetos em relação à população branca: 9,1% e 3,9%, respectivamente. Entre os mais velhos, acima dos 60 anos, o analfabetismo alcança 10,3% dos brancos e 27,5% dos pretos ou pardos.

A taxa de analfabetismo no País está relacionada à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. De acordo com a Pnad Contínua, há 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, taxa de analfabetismo de 18,6% para este grupo etário.

Um dado positivo revelado pela Pnad Contínua é o aumento, ainda que ténue, do percentual de crianças entre 6 e 14 anos na escola: de 99,2% em 2016 para 99,3% em 2018. Ou seja, o Brasil atingiu a meta de universalização do ensino básico e a tendência é que a taxa de analfabetismo continue a cair. A grande questão é o ritmo dessa queda e os danos sociais e econômicos que o analfabetismo continuará produzindo até que seja erradicado. “A taxa de analfabetismo vem caindo, a situação melhorou para o Brasil todo. O que se observa é uma questão de idade importante, um componente demográfico. À medida que os mais velhos falecem, a tendência é o percentual cair ainda mais”, disse Marina Águas, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento (Coren) do IBGE.

Embora quase a totalidade das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos esteja estudando, ainda há um importante descompasso entre idade e etapa de ensino adequada. Entre as crianças de 6 a 10 anos, 96,1% estão na série indicada para a faixa etária. A discrepância é maior entre os jovens de 11 a 14 anos: 86,7% estão na etapa indicada para a faixa etária. São resultados melhores dos que os observados na Pnad Contínua de 2016, mas deixam claro que ainda se trata de um problema a ser resolvido.

Outro aspecto positivo a ser destacado é o aumento do acesso à educação básica, um imperativo constitucional. A taxa cresceu de 45% em 2016 para 47,4% da população de 25 anos ou mais em 2018.

Os dados da Pnad Contínua sobre educação permitem concluir que o País avançou em dois anos, mas muito pouco para um setor determinante para o sucesso de um projeto de crescimento do País. Ainda há muito a ser feito na educação e o governo do presidente Jair Bolsonaro fará melhor ao Brasil se concentrar energias nos problemas reais que reclamam solução, como analfabetismo, desvalorização de professores, abandono e evasão escolar, não em estultices como a declarada guerra ao “marxismo cultural”, seja lá o que isso signifique.

Jair Bolsonaro será o presidente do Brasil no bicentenário da Independência, em 2022.

Se quiser, pode corrigir rumos e contribuir para que mais brasileiros sejam independentes por meio da educação.

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC**

#### **Entre os denunciados no caso está o filho do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina que se suicidou em 2017**

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Mucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada ontem, após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.

A Ouvidos Mucos foi deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2017 e prendeu o então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. No mês seguinte, ele se suicidou em Florianópolis. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz, ex-coordenador-geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores (setor responsável pela captação e execução dos projetos de educação a distância), foram denunciados.

Segundo o Ministério Público, na análise das contas bancárias de Gilberto Moritz foram detectadas em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Cancellier, “sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira – repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moritz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail – valor: R\$ 7.102,00)”.

Os investigadores afirmaram que “foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final A investigação que deu origem à Ouvidos Mucos começou em março de 2014, a partir de representação que relatava irregularidades na aplicação de recursos federais recebidos pela UFSC para o Ensino a Distância (EaD), ligado ao curso de Física. As investigações se expandiram e apontaram para um suposto esquema criminoso mais amplo. da Polícia Federal”. A primeira, segundo o MP, se refere a “ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia”. A segunda seria ligada à locação de veículos, que, informa o a Procuradoria, “deve ter denúncia ajuizada em breve”.

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, se deveu à “complexidade dos fatos e a uma sobrecarga” de trabalho.

A reportagem não localizou a defesa dos denunciados.

topo ↗



## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Aula em casa não é evasão escolar, diz ministério**

**Mesmo sem lei que regulamente a prática, ministra Damares enviou orientação a conselhos tutelares; MPF pede que ofício seja suspenso**

Ainda sem a aprovação de lei que regulamente o ensino domiciliar no País, o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos (MMFDH), comandado por Damares Alvares, orientou os conselhos tutelares a não considerar como evasão escolar os casos de crianças e adolescentes que não estejam matriculadas em escolas e são educadas em casa, o homeschooling. O Ministério Público Federal (MPF) pediu imediata suspensão da ordem por entender que desrespeita a legislação.

O ofício com a orientação aos conselhos foi enviado no fim de maio, um mês após a gestão Jair Bolsonaro ter encaminhado projeto de lei (PL) sobre o tema ao Congresso – ainda não há previsão para que a matéria seja apreciada. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2018, a regulamentação do homeschooling deve ser aprovada pelo Legislativo, já que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A pasta orientou que, enquanto o projeto estiver em tramitação, os casos não sejam considerados como abandono intelectual. Também pede aos conselheiros que procedimentos em apuração sejam interrompidos até a votação do projeto.

Anteontem, o MPF recomendou a suspensão imediata por considerar que “nenhuma norma do ordenamento jurídico pátrio que define a obrigação dos responsáveis legais de zelar pelo bem-estar do educando foi revogada, principalmente aquela que determina a obrigatoriedade de promover a matrícula”.

Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, diz que também encaminhou ofício a todos os conselhos orientando sobre a ação correta nesses casos. Questionado pelo Estado sobre o pedido do MPF, a pasta não respondeu até as 21 horas.

Promessa. Bandeira de campanha de Bolsonaro, a regulamentação do homeschooling foi colocada como uma das ações prioritárias dos cem primeiros dias de governo – a liberação da modalidade é demanda antiga de grupos conservadores religiosos. Deborah Duprat A ideia inicial do governo era editar uma medida provisória (MP), que tem tramitação mais rápida. Com receio de a MP ser rejeitada, o governo recuou e enviou o PL.

A proposta prevê o cadastro de alunos e avaliações anuais do Ministério da Educação. Caso o aluno seja reprovado por dois anos seguidos, perderá o direito de estudar nesse modelo. Segundo o projeto de lei, as famílias terão de apresentar documentos como antecedentes criminais, caderneta de vacinação atualizada e plano pedagógico individual.

Quem defende o modelo diz que os pais têm o direito de decidir como e onde os filhos vão receber o ensino. Já especialistas em educação veem prejuízo em privar a criança do convívio à diversidade. Também dizem que a prática não tem eficácia comprovada nem em países onde foi regulamentada, como os Estados Unidos.

“O envio do ofício configura desrespeito à legislação e ao STF, que foi claro ao definir

que o homeschooling só deve ser liberado após lei específica sobre o tema.”

PROCURADORA FEDERAL

topo ↕

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

### MPF denuncia 13 por supostos desvios de verbas da UFSC

**Entre os citados está o filho do ex-reitor da universidade, que se suicidou após ser preso durante as investigações; defesa diz que denunciado já provou sua inocência**  
SÃO PAULO

O Ministério Público Federal (MPF) de Santa Catarina denunciou 13 pessoas por supostos desvios de verbas federais de cursos de ensino a distância na UFSC, no âmbito da Operação Ouvidos Moucos. Entre os denunciados está Mikhail Vieira Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da universidade que se suicidou em 2017 após ser preso pela Polícia Federal na mesma operação.

De acordo com o MPF, as verbas para programas de ensino a distância que chegavam ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) eram aproveitadas por outros cursos. O órgão destaca o curso de Ciências da Administração, que concentraria o maior volume de recursos disponíveis para o programa. Os recursos, então, teriam sido apropriados indevidamente por professores.

Recursos destinados para o sistema UAB, segundo o MPF, eram parcialmente executados por fundações de apoio e com baixa transparência na organização das despesas. As prestações de contas divulgadas por essas fundações em seus sites não demonstravam a destinação integral dos recursos.

A atividade ilícita do grupo, de acordo com o MPF, passava por manter o controle das atividades ligadas ao ensino a distância, principalmente no curso de Administração. "Desta forma, o grupo teria a gestão dos recursos de custeio e seria responsável tanto pelo encaminhamento dos projetos como também pela execução financeira do custeio e das bolsas", informa.

### RELATÓRIO DA PF

A investigação se restringiu ao pagamento de bolsas e custeio de cursos, a que se refere a denúncia, e ainda despesas com locação de veículos com motorista. Esta segunda investigação ainda não teve a denúncia ajuizada. Os fatos investigados ocorreram de 2008 a 2017.

O relatório final da Polícia Federal (PF) informa que o envolvimento de Mikhail Cancellier no esquema se deu por meio de repasses no total de R\$ 7.102. Ele recebeu a quantia de Gilberto Moritz, professor na UFSC, assim como Mikhail. O documento considera que o denunciado "não apresentou justificativa para o constatado".

— É uma vergonha. É um assassinato moral do reitor

— afirmou Edward Carvalho, advogado de Mikhail Cancellier. — Disseram que ele (Mikhail) não soube explicar (o motivo dos repasses). É uma inversão de ônus de prova. Que processo penal é esse? Ele é acusado de, em três meses, ter recebido R\$ 7 mil de

uma conta de um amigo do pai dele, não era nem da faculdade. E aí ele é denunciado por ter se apropriado de dinheiro público? — acrescenta o advogado.

Ainda de acordo com o advogado, Mikhail já tinha provado a inocência dele na investigação e, agora, vai ter que provar de novo durante o processo. Para o advogado, "em vez de pararem e refletirem na tragédia que eles causaram, a polícia "insiste ??

no erro .

— Eu não tenho nenhuma outra expectativa senão pela absolvição nesse caso — afirmou Carvalho.

A operação Ouvidos Moucos foi promovida pela PF em 14 de setembro de 2017. O objetivo era apurar supostos desvios de verbas que, agora, levaram à denúncia. O então reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, pai de Mikhail, e outros seis professores foram presos, mas libertados no dia seguinte.

A repercussão do caso se ampliou quando o reitor, acusado de obstruir a investigação, se matou ao se jogar do sétimo andar de um shopping em Florianópolis.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - ESPECIAL**

### **Mais um problema a ser resolvido**

#### **Alunos pedem ajuda para participar de evento**

raças ao ótimo desempenho na última edição da Olimpíada Internacional de Matemática sem Fronteiras, em abril, com 64 medalhistas do Colégio Pedro II, os 15 mais bem colocados foram convidados a participar da Asia International Mathematical Olympiad (Aimo), que será realizada em Taiwan, de 4 a 8 de agosto. Os alunos devem pagar a inscrição até a próxima segunda-feira para garantir a vaga. Antes, porém, precisam ter certeza de que o colégio vai financiar as passagens. A poucos dias do prazo, no entanto, o problema ainda não foi resolvido.

—O colégio já disse que não tem dinheiro. Alegou que estava esperando uma verba complementar do MEC, mas já soubemos por um coordenador que o ministério também não tem como bancar. Precisamos de uma resposta urgente —afirma Davi Pestana, de 15 anos, do 1º ano do ensino médio.

Para participar, os alunos precisam pagar R\$ 3.800 à vista ou R\$ 4.800 parcelados, valor para despesas com hotel, traslado e alimentação. Bárbara Vieira Ribeiro, mãe de Victor Hugo, do 9º ano do ensino fundamental, está com receio de desembolsar essa quantia e perder dinheiro.

— Preciso da garantia que o colégio vai ajudar com as passagens. Sem essa certeza, eu não vou pagar a inscrição. Pior é que, além disso tudo, eles ainda precisam tomar as vacinas para a viagem. A vacina da febre amarela, que é a exigida para entrar em Taiwan, muitos já tomaram. Mas dependendo do país em que fizerem a escala, pode ser que tenham que tomar outra. Se fizerem parada em Dubai, por exemplo, onde vi uns valores mais em conta, eles precisam tomar outra vacina. Mas sem os bilhetes aéreos, não temos como saber. O Brasil foi o único país fora da Ásia a ser convidado, isso é ótimo para o Pedro II —ressalta.



Procurado pela equipe do GLOBO, o Pedro II não deu um posicionamento sobre a compra das passagens para Taiwan.

topo ↕

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO

### O MEC acordou?

Nas últimas semanas alguma coisa começou a sair de dentro dos gabinetes do MEC e merece alguma reflexão por parte de todos. Duas já foram anunciadas e uma deverá sair em breve de forma organizada.

A primeira delas é o Enem Digital, que propõe substituir gradativamente o modelo de aplicação de provas ao final do ensino médio, como já é feito com alguns exames em outros lugares do mundo. A segunda é o chamado “Compromisso Nacional pela Educação Básica”, com uma série de medidas de apoio aos estados e municípios na formação de base. Junto com este plano veio a proposta de construção de 108 escolas militares. Por fim, está sendo apresentado aos reitores uma proposta de mudança profunda no sistema universitário, aproximando empresas e remunerando por produtividade. O programa deverá ser lançado na próxima quarta-feira, e por enquanto as informações ainda estão desencontradas.

Em relação ao Enem Digital, a proposta é extremamente bem-vinda e pode simplesmente derrubar esta movimentação tenebrosa de estudantes para exames exaustivos e majoritariamente conteudista. No auge do Enem Digital (ainda não foi colocada explicitamente esta possibilidade), estudantes poderiam agendar e realizar a prova em locais determinados, que poderiam até ser terceirizados. Temos vários exemplos de exames como este, como o GMAT, o GRE e o TOEFL, realizados para entradas em universidades americanas. Tira do aluno a pressão da prova e possibilita que faça várias vezes.

Apenas para o leitor entender, há uma extensa base de questões onde historicamente são avaliadas (e pontuadas pela dificuldade) e ao final é calculada uma média semelhante à que temos hoje no Enem, onde o resultado (a pontuação) é dado por uma distribuição normal. Lógico que o caminho a ser percorrido para isso ainda é longo, mas pode mostrar uma forma mais eficaz de aplicação de prova. Mas não custa lembrar: isto é apenas para a aplicação da prova, não muda efetivamente a educação. Já o Compromisso Nacional pela Educação Básica foi algo negociado com os secretários estaduais, no primeiro movimento decente feito pelo MEC junto à grande rede de parceiros.

Como até agora nada foi apresentado pelo Ministério, nos parece um sopro de sensatez, já que a educação pede socorro pelos péssimos resultados. Se a deficiente qualidade do ensino básico não pode ser atribuída a esta gestão, a ausência de qualquer plano já assusta, pois em sete meses nada de efetivo foi construído.

O Governo promete ajudar na construção de 4 mil creches, que é uma medida necessária dada a demanda de famílias por este apoio educacional. Além disso, falou de conectividade e apoio ao ensino médio nas redes estaduais. No meio do plano ficou evidente a construção de 108 escolas militares, que na prática seria algo feito pelos militares para os civis. No fundo isso é apenas simbólico, já que 108 escolas não passam de um projeto piloto. Por fim, os reitores das universidades federais foram chamados a Brasília para a apresentação de um novo plano que me parece algo inexecutável, quando

falamos de instituições federais de ensino superior.

O MEC gostaria de contar com a adesão das IFES para um projeto de “modernização administrativa” (podemos chamar assim?), onde os professores e departamentos receberiam por produtividade efetiva. Quando falamos nisso, estou me referindo a resultados claros de inovação e produção, como patentes e publicações que tenham algum impacto. É importante diferenciar isso, já que a grande maioria das publicações não serve para absolutamente nada, a não ser o recheio dos Currículos Lattes dos professores. Seria dada também maior autonomia a departamentos produtivos, além da ajuda financeira para o pagamento de “bônus”. Não é preciso ser especialista em educação superior para saber que isso será rechaçado pela grande maioria dos reitores (caso seja realmente isso), já que muitos estão comprometidos ideologicamente com um modelo extremamente ineficiente e burocrático.

Além disso, o próprio MEC seria massacrado pelos órgãos de controle, mais preocupados com o processo do que com o resultado. E precisamos ter em mente que o proponente não goza de prestígio nem confiança para propor algo tão disruptivo. De toda forma, estas notícias mostram que apesar do debate inútil de costumes protagonizado nos últimos meses em vários momentos pelo MEC, há alguma tentativa da equipe técnica de sair da inércia propondo algumas mudanças interessantes. Parece que acordaram para a real necessidade de mudança, já que os pífios resultados educacionais estão afetando significativamente a curva de crescimento econômico do país. PS: Logo que sair o plano para as universidades, volto aqui para comentar.

topo ↕

## **GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA**

**Pontuação do Ideb reflete descaso, com indicadores abaixo da média**

**AL APARECE ATRÁS DE PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

REPÓRTER

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que apresenta a nota obtida no ensino fundamental (Anos Iniciais -AI e Finais - AF) e o ensino médio, não esconde o atraso de Alagoas.

Além de nos mantermos abaixo da média nacional e da região ficamos atrás do vizinho Estado de Pernambuco, que em 2015 ficou com 5,0, enquanto Alagoas registrou 4,7 nos anos iniciais.

O mesmo ocorreu com os anos finais quando obtivemos 3,5 contra 4,1 do estado de Pernambuco. Já no ensino médio a distância foi de 1 ponto, quando obtivemos 3,1 e os alunos pernambucanos 4,0, acima da média da região e nacional.

O cenário é ainda pior quando comparado com os resultados obtidos na região Sul, Sudeste e Centro Oeste. Enquanto em 2015 os anos iniciais ficou com 4,7, a média da região Sudeste foi 6,1, a Sul 6,0 e a Centro-Oeste 5.7.

## **ABAIXO DA MÉDIA**

No mesmo período, os anos finais de Alagoas ficou com 3,5, abaixo da média do Sudeste, que foi 4,8e 4,6 na região Sul e 4,7 no Centro Oeste.

O ensino médio das outras regiões também deixou para trás o nosso estado. No mesmo

período 2015 ficamos com 3,1, contra 3,9 do Sudeste e 3,8 da Sul e 3,7 da Centro Oeste.

A análise do Anuário 2018 também expõe quantos municípios atingiram a meta, bem como o percentual, em 2015.

Mesmo sendo um pouco mais expressiva essa informação, para Alagoas, nos mantivemos com números abaixo da média da região.

A exceção é no percentual; nos anos iniciais superamos Pernambuco. Naquele ano, 71,9%, ou seja, 133 cidades pernambucanas atingiram a meta. Em Alagoas foram 76,5% o que corresponde a 78 cidades. Naquele ano, o percentual da região foi 67,3% com o registro de 1.205 cidades, registrando a média do Ideb nacional.

Ao todo, 21 municípios não atingiram a meta, ou 20,6%.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, apenas 15 cidades alagoanas atingiram a meta, o que corresponde 14,7%, sendo inferior a média da região, que foi de 27,7%, da região Sudeste, que foi de 31,9%, e Centro-oeste 52,6%. O percentual do Estado só foi igual ao da Região Norte.

## ESCOLARIDADE

Um fator importante a ser considerado envolve a formação dos professores. Não bastasse isso, aliado a demora na correção do piso salarial da categoria, na progressão de letra, que naturalmente elevaria os salários, se somam as condições que influenciam diretamente na qualidade.

Um educador com boa formação acadêmica, com remuneração que lhe dê condições de sobrevivência, faz com que tenha ainda maior dedicação com os resultados de seu trabalho.

De acordo com o Anuário, no ano de 2016, 22,7% tinha ensino médio, enquanto 0,4% apenas o fundamental. Já a formação técnica Normal/Magistério era de 18,3%, que ficou 0,3% acima da média do Nordeste, da média nacional de 11,1%, mas abaixo da pernambucana, que registrou 20,1%.

Entre os professores que conseguiram chegar à universidade, concluí-la e lecionar na rede pública, a situação do Estado deixa a desejar.

Conforme os números, 55,9% tem licenciatura e 2,7% não possui essa formação, enquanto 26,3% conseguiu fazer uma pós-graduação.

Já os números da região indicam que 62,0% conseguiu formação em licenciatura e 30,3% uma pós graduação. O Estado melhor colocado é a Paraíba, com 66,9% com licenciatura e 35,3% pós-graduados atuando. Dados que refletiram diretamente na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos anos finais e iniciais (ensino fundamental) e médio. Na Paraíba, nos anos iniciais, foi 4,9, finais 3,8 e ensino médio a nota foi 3,4 (2015). No Ceará a nota nos anos iniciais foi 5,9, nos finais 4,8 e no médio 3,7.

[topo](#)

**GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA**



## **Professores cobram mais valorização profissional**

Os números que pesam na leitura na verdade se constituem como um Raio-x ampliado do problema. Cada estado tem suas prioridades, que incluem capacitação, valorização profissional, estrutura, programa e metas. A educadora Edna Lopes, diretora de Assuntos Educacionais do Sinteal e membro do Conselho Estadual de Educação, destaca que valorizar o profissional que na escola, de fato, pode ser decisivo para a elevação dos números gerais da educação, colhidos pela Pesquisa da Pnad Contínua, que serve de referência para o Anuário.

"A valorização pesa sim. Porque é um professor que não tem a valorização garantida. E temos um contexto de escola com trabalhadores, de um modo geral, sem a valorização garantida. Isso faz com que o professor tenha que trabalhar mais, arranjando outras atividades em prefeituras municipais, na rede privada. E é claro que influencia naquilo que ele faz em sala de aula", aponta Edna.

Ela diz não ter dúvidas que um profissional que tenha tempo para pesquisa e estudo, tem mais tempo para se preparar.

"Não tendo isso e vivendo na correria entre duas redes públicas, mais uma privada, que é a realidade da maioria, isso mexe com a questão dos índices, porque não tem tempo para o planejamento com os outros colegas", acrescenta Edna.

O contexto desse fenômeno da multiatividade do educador o afasta da diretriz do espaço público, mas principalmente porque o gestor público não prioriza eliminar essa realidade.

Tanto que para Edna Lopes, aspectos como as condições estruturais da escola também interferem no processo produção dos educadores e de aprendizagem por parte dos alunos.

"Nós temos escolas que são verdadeiros espaços, extremamente insalubres e desconfortáveis para o estudante estarem lá. Isso não atrai e ao mesmo tempo desafia os professores e trabalhadores que eles (alunos) permaneçam nas escolas", enfatiza a educadora.

Conforme analisa, os números apurados pela Pnad e refletido no Anuário, gera preocupação porque vem seguido do empobrecimento da população, que naturalmente vai criar e aumentar as demandas educacionais para o sistema público.

"Com o empobrecimento, a questão da sobrevivência das famílias pesa mais e afasta as pessoas da escola", conclui Edna.

O debate sobre valorização também não avançou e foi praticamente nula, em relação ao que foi proposto no Plano Nacional de Educação, que está chegando ao seu 5º ano de elaboração distante dessa meta.

A Assembleia Legislativa será provocada a discutir o tema numa audiência pública com especialistas e entidades para provocar o poder público, a Secretaria de Educação e as secretarias municipais para um envolvimento maior com a pasta da educação. MR

topo ↕

## O TEMPO - MG - BRASIL

### **Sem dinheiro, federal de Goiás pode fechar**

GOIÂNIA. Com o bloqueio de 30% do orçamento desde abril deste ano pelo governo federal, a Universidade Federal de Goiás (UFG) informou, em um comunicado na última quarta-feira, que não terá verba “suficiente para custear as despesas da instituição até o final do ano”. “Caso a limitação do orçamento persista, a UFG não terá como evitar a paralisação total de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, acarretando graves prejuízos à comunidade acadêmica e, conseqüentemente, à sociedade”, diz parte da nota, sem informar prazos.

Ao Portal G1, o Ministério da Educação (MEC) informou que “embora o contingenciamento não tenha impacto imediato sobre o orçamento das instituições, este Ministério mantém diálogo permanente com os dirigentes das universidades e institutos federais, estando à disposição para intermediar a resolução de questões pontuais concernentes à liberação de limite orçamentário”.

A reitoria da UFG afirmou ainda que, com o bloqueio, já chegou ao fim do primeiro semestre de 2019 com “severas dificuldades para a manutenção das atividades meio, como contratações e aquisições, porém preservando as atividades fins: ensino, pesquisa e extensão”. Para os próximos seis meses, estariam reservados R\$ 39 milhões, metade do orçamento anual previsto em Lei para a UFG em 2019.

topo ↕

## CELULOSE ONLINE - TEMPO REAL

### **Cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel**

### **Cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel**

Pesquisadores da Embrapa Agroenergia (DF) estão usando a glicerina gerada no processo de produção de biodiesel para obter compostos químicos valorizados pela indústria.

O coproduto é usado por microrganismos como fonte de carbono para a produção de ácidos orgânicos e outras substâncias (polióis, dióis e cetonas) que podem ser vendidas para indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas e químicas.

Isso significa que, com o aproveitamento desse coproduto, a indústria poderá lucrar entre dez e 100 vezes mais do que comercializar a glicerina bruta, a depender do composto químico produzido e para qual finalidade.

Trata-se de um destino mais nobre e uma forma de valorizar a glicerina, que costuma ser vendida em sua forma bruta ou purificada, ou ainda queimada nas próprias usinas de biodiesel para gerar energia.

A glicerina é gerada na produção do biodiesel e provém da mistura de um álcool com um óleo vegetal ou gordura animal, reação que é acelerada com a adição de um catalisador químico para formar o combustível.

Dessa reação surge um volume composto aproximadamente de 90% de biodiesel e 10% de glicerina.

Projeto Bioglic

Os trabalhos de pesquisa fizeram parte do projeto Bioglic – Aproveitamento da glicerina coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos visando agregar valor à cadeia produtiva do dendê. Além da Embrapa Agroenergia, participam pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (AM) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2018 foram produzidos mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de biodiesel.

O projeto de pesquisa teve duração de quatro anos e obteve bons resultados ao avaliar glicerinas oriundas do biodiesel fabricado a partir de soja e dendê.

“Conseguimos mostrar que esses processos de bioconversão são viáveis tecnicamente e que é possível produzir compostos químicos de interesse comercial a partir da glicerina bruta com um rendimento igual ou até mesmo superior ao obtido com a glicerina pura”, destaca a pesquisadora da Embrapa Agroenergia Mônica Damaso, que coordenou os trabalhos.

Com o projeto, foi possível selecionar microrganismos que conseguem utilizar a glicerina bruta e convertê-la em diferentes compostos químicos. “Vários microrganismos podem ser utilizados no processo, como bactérias, leveduras ou fungos filamentosos”, informa a pesquisadora.

Em busca de parceiros

Damaso conta que a próxima etapa do projeto envolve a busca de parcerias com a iniciativa privada.

Com isso, os pesquisadores querem aumentar a escala de produção dos compostos químicos para uma etapa em biorreator em bancada.

Segundo Mônica Damaso, posteriormente, pretende-se fazer testes para obtenção desses compostos químicos em escala-piloto, que futuramente possam ser produzidos comercialmente por empresas parceiras.

A pesquisa se fundamentou em três pilares: seleção de microrganismos, métodos analíticos para identificação e quantificação dos compostos e processos de biotransformação da matéria-prima nos compostos químicos.

O primeiro grupo envolve a seleção de microrganismos, sejam aqueles isolados da natureza durante o projeto ou os já pertencentes à coleção da Embrapa Agroenergia.

Eles são avaliados quanto à capacidade de produção dos compostos químicos de interesse a partir da glicerina.

Como uma grande quantidade de compostos é gerada, é fundamental o desenvolvimento de métodos rápidos e sensíveis para identificar esses produtos e quantificar o nível de



produção.

Os pesquisadores conseguiram elaborar um método capaz de aumentar em doze vezes a velocidade de identificação dos compostos.

No início do projeto, apenas 24 amostras eram analisadas por dia.

No fim dos trabalhos já era possível analisar 288. Isso se tornou possível porque o método – que era totalmente manual para as etapas de injeção, calibração e limpeza – tornou-se totalmente automatizado.

Em relação à quantificação dos compostos químicos, foram desenvolvidos dois métodos.

Um possibilita identificar e quantificar até dez ácidos orgânicos e o outro, até 11 polióis em apenas 20 minutos.

“É importante desenvolver novos métodos capazes de processar uma quantidade maior de amostras em menor tempo justamente pela economia de tempo dos equipamentos e diminuição dos resíduos gerados durante o processamento dessas amostras. Além de serem mais rápidos, os métodos criados são mais ecológicos, gerando menor impacto para o meio ambiente”, explica o analista da Embrapa José Antônio Ribeiro.

No processo de produção por biotransformação da glicerina, são estudados os fatores que aumentam o rendimento da produção dos compostos químicos de valor agregado.

“Conseguimos produzir alguns compostos utilizando glicerina bruta, seja a comercial produzida no Brasil, que utiliza 75% de soja, ou também a produzida a partir do dendê, que era a biomassa foco do projeto”, revela Damaso.

topo 

## **FOLHA NOROESTE - TEMPO REAL**

**Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos**

**O evento celebrará o aniversário dos pesquisadores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln**

Referência mundial nos estudos da álgebra comutativa, os professores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln, dos Estados Unidos, serão homenageados na segunda edição do International Meeting in Commutative Algebra and its Related Areas (IMCARA). O evento acontecerá no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, de 22 a 26 de julho.

O encontro tem como objetivo contribuir para a formação de mais pesquisadores nesta área do conhecimento no Brasil e na América Latina, criando uma atmosfera oportuna de cooperação. As atividades acontecerão no auditório Fernão Stella de Rodrigues Germano, no bloco 6 do ICMC. Está prevista a realização de três minicursos, uma sessão de pôsteres e de 12 plenárias, sendo uma delas ministrada pelo homenageado da primeira edição, o professor emérito Aron Simis, da Universidade Federal de Pernambuco.

As inscrições podem ser realizadas até o primeiro dia do evento via este formulário

eletrônico: [icmc.usp.br/e/f750b](http://icmc.usp.br/e/f750b). A taxa de inscrição varia de US\$ 150 (para pesquisadores estrangeiros) até R\$ 85 (para estudantes de graduação brasileiros). Para conferir os valores exatos, acesse o site do evento: [simcara.wixsite.com/2imcara](http://simcara.wixsite.com/2imcara).

Os homenageados – A homenagem é um reconhecimento às pesquisas na área de álgebra comutativa realizadas pelos professores Sylvia e Roger. Os dois têm contribuições significativas para o crescimento do Grupo de Álgebra Comutativa do ICMC. "Por exemplo, recentemente Roger, Sylvia e eu estamos desenvolvendo projetos de pesquisa em conjunto", ressaltou o professor Victor Hugo Jorge Pérez, um dos coordenadores do evento.

Filha e neta de matemáticos, Sylvia é professora emérita da Universidade de Nebraska-Lincoln, autora de 53 artigos e tem mais de 300 citações. Trabalhou na edição de renomados periódicos internacionais e faz parte da publicação Notable Women in Mathematics: A Biographical Dictionary, além de ter presidido a Association for Women in Mathematics entre 1997 e 2000. Com atuação constante em prol da representatividade das mulheres na matemática, ela foi agraciada com o prêmio University of Nebraskas Outstanding Contribution to the Status of Women Award, em 2000.

Também professor emérito da Universidade de Nebraska-Lincoln, Roger é citado em mais de 900 publicações, além de ser autor de 82 artigos e coautor, com seu aluno Graham Leuschke, do livro Cohen-Macaulay Representation, publicado pela American Mathematical Society em 2012. Editor associado do Journal of Commutative Algebra, é colaborador da Simons Foundation, organização voltada para a pesquisa avançada em matemática e ciências básicas.

O Encontro Internacional de Álgebra Comutativa e Áreas Correlatas (IMCARA 2019) tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Matemática (INCTMat) e do departamento de Ciências Matemáticas do Instituto Politécnico de Turim (Politecnico di Torino).

topo ↕

## **PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

**Sidarta Ribeiro : ‘Cientistas brasileiros estão migrando para exterior’**

**Autor de ‘O Oráculo da noite’, lançamento da Flip, neurocientista está preocupado com restrições impostas ao meio acadêmico**

Pesquisador da memória, do sono e dos sonhos, o neurocientista e escritor brasileiro Sidarta Ribeiro participa da Flip neste sábado, às 19h, na mesa Massacará. Ele lança em Paraty o seu livro "O oráculo da noite", em que traça uma história do sonho por uma perspectiva não apenas científica, como também literária, antropológica e psicanalítica. Sidarta dá uma dimensão política à sua pesquisa, ao analisar por que os sonhos deixaram de estar no centro da vida dos povos contemporâneos.

Autor de mais de noventa artigos científicos em periódicos internacionais, diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência (SBPC) e membro do Comitê Diretivo da Escola Latino-Americana de Educação, Ciências Cognitivas e Neurais, Sidarta demonstra preocupação com os rumos da educação do país.

Diante dos anúncios de cortes na educação, como vê o futuro da pesquisa no Brasil? Educação é a base da pesquisa e vem sendo maltratada como nunca. O ensino em níveis fundamental e médio está sucateado e os salários do magistério são péssimos. As universidades estão sob forte restrição orçamentária e a pós-graduação agoniza com o corte de bolsas da **Capes**. Cientistas de todas as idades começam a migrar para o exterior e a drenagem de cérebros volta a preocupar. Não existe país no mundo - ainda mais com as dimensões brasileiras - que tenha desenvolvido a economia sem investir seriamente na educação e na ciência. É evidente que o futuro da pesquisa brasileira está em risco, e portanto o próprio futuro do Brasil está em risco.

Quais ações do governo oferecem mais riscos para a área de educação?

A autonomia universitária está sob ataque, tanto por restrições orçamentárias quanto por ingerências em sua gestão. O decreto presidencial 9794/2019 distorceu o sistema de nomeações de dirigentes universitários ao delegar ao governo federal não apenas a nomeação de reitores, mas também as indicações para cargos de segundo e terceiro escalões. Esse decreto viola a autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Em três instituições - Universidade Federal do Rio (Unirio), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) - o governo nomeou como reitores pessoas derrotadas na consulta feita à comunidade acadêmica, ou que nem mesmo participaram dessa consulta. É um retrocesso histórico que precisa ser revertido.

Durante protestos, pessoas arrancaram faixas em defesa da educação. Qual é a sua avaliação sobre este tipo de reação?

Não é inédito, mas na escala em que tem ocorrido, é novo e muito preocupante. O conflito ideológico no Brasil chegou às raias do absurdo, fazendo que muitas pessoas aceitem teses estapafúrdias desde que sejam vistas como um contraponto a seus adversários. Por causa dessa miopia, muitos apoiadores do governo veem nas escolas e universidades um inimigo a combater, espalhando notícias falsas e destilando ódio contra a melhor ferramenta de que dispomos para desenvolver nossa sociedade: a educação pública de qualidade.

Para os ameríndios, sonhos são ferramentas de diagnóstico e trazer soluções para os problemas. O que eles podem nos ensinar?

A sabedoria ameríndia já nos avisa há muito tempo sobre os enormes riscos que corremos se mantivermos o curso atual da humanidade. Em seu livro “A Queda do Céu”, Davi Kopenawa relata sonhos premonitórios em que o homem branco e suas máquinas engenhosas precipitam o cataclismo ambiental. Desde o início da história, há cerca de 5 mil anos, os sonhos ocuparam o centro da vida social como oráculos probabilísticos capazes de inferir o futuro com base no passado. Foi apenas nos últimos 500 anos, com o desenvolvimento da ciência e do capitalismo mercantil, industrial e financeiro, que deixamos de atribuir função importante aos sonhos.

E como esta perda dos sonhos nos prejudica?

Com a invasão da noite pela luz elétrica e pelas telas que nos cercam, diminuiu o tempo para dormir e decaiu a importância de sonhar. Nossa perda de contato com a realidade onírica provoca uma incapacidade de medir as consequências de nossos atos.

Marchamos sonambulamente para o desastre nessa sociedade de consumo excludente,



mas acredito que o aumento da introspecção e o regresso ao sonho podem nos redimir.

Qual é a importância da Flip no atual momento?

O Brasil perdeu 30% de suas livrarias na última década. Metade das escolas não tem espaço para a leitura e contamos com apenas uma biblioteca pública para cada 30 mil habitantes. Estima-se que 44% dos brasileiros não tenham o hábito da leitura e que 30% nunca compraram um livro em toda a vida. Precisamos nos perguntar a quem interessa que um país tão grande e tão cheio de riquezas naturais se afaste cada vez mais da construção de um pensamento crítico bem fundamentado.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### O drama do analfabetismo

#### **Enquanto o governo se preocupa com marxismo cultural, a batalha real contra o analfabetismo vem sendo perdida**

Enquanto o governo federal se preocupa em combater o chamado “marxismo cultural” nas escolas e universidades do País - “ameaça” que só existe nas cabeças mais aluadas do bolsonarismo -, a batalha real contra o analfabetismo vem sendo fragorosamente perdida. Segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua sobre educação divulgados pelo IBGE, há 11,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais que não conseguem ler ou escrever um texto simples.

O resultado de 2018 aponta uma pequeníssima queda em relação ao ano anterior - 6,8% no ano passado, ante 6,9% de analfabetos em 2017. É superior à meta de 6,5% estipulada para quatro anos atrás pelo Plano Nacional de Educação. Nesse ritmo de queda no número de analfabetos, o Brasil não conseguirá atingir o objetivo de erradicar o analfabetismo em 2024. Uma tragédia social e econômica.

A Pnad Contínua mostra que o desafio ainda é muito maior na Região Nordeste, onde há 13,9% de analfabetos, número quatro vezes maior do que o da Região Sudeste, com 3,5%. Na Região Norte, o percentual de analfabetos é de 8% e nas Regiões Centro-Oeste e Sul, 5,4% e 3,6%, respectivamente.

A chaga do analfabetismo também expõe o abismo que há entre brancos e negros no País, passado mais de século da abolição da escravidão. Entre a população negra, há mais do que o dobro de analfabetos em relação à população branca: 9,1% e 3,9%, respectivamente. Entre os mais velhos, acima dos 60 anos, o analfabetismo alcança 10,3% dos brancos e 27,5% dos pretos ou pardos.

A taxa de analfabetismo no País está relacionada à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. De acordo com a Pnad Contínua, há 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, taxa de analfabetismo de 18,6% para este grupo etário.

Um dado positivo revelado pela Pnad Contínua é o aumento, ainda que tênue, do percentual de crianças entre 6 e 14 anos na escola: de 99,2% em 2016 para 99,3% em 2018. Ou seja, o Brasil atingiu a meta de universalização do ensino básico e a tendência é que a taxa de analfabetismo continue a cair. A grande questão é o ritmo dessa queda e os danos sociais e econômicos que o analfabetismo continuará produzindo até que seja erradicado. “A taxa de analfabetismo vem caindo, a situação melhorou para o Brasil todo. O que se observa é uma questão de idade importante, um componente

demográfico. À medida que os mais velhos falecem, a tendência é o percentual cair ainda mais”, disse Marina Águas, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento (Coren) do IBGE.

Embora quase a totalidade das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos esteja estudando, ainda há um importante descompasso entre idade e etapa de ensino adequada. Entre as crianças de 6 a 10 anos, 96,1% estão na série indicada para a faixa etária. A discrepância é maior entre os jovens de 11 a 14 anos: 86,7% estão na etapa indicada para a faixa etária. São resultados melhores dos que os observados na Pnad Contínua de 2016, mas deixam claro que ainda se trata de um problema a ser resolvido.

Outro aspecto positivo a ser destacado é o aumento do acesso à educação básica, um imperativo constitucional. A taxa cresceu de 45% em 2016 para 47,4% da população de 25 anos ou mais em 2018.

Os dados da Pnad Contínua sobre educação permitem concluir que o País avançou em dois anos, mas muito pouco para um setor determinante para o sucesso de um projeto de crescimento do País. Ainda há muito a ser feito na educação e o governo do presidente Jair Bolsonaro fará melhor ao Brasil se concentrar energias nos problemas reais que reclamam solução, como analfabetismo, desvalorização de professores, abandono e evasão escolar, não em estultices como a declarada guerra ao “marxismo cultural”, seja lá o que isso signifique.

Jair Bolsonaro será o presidente do Brasil no bicentenário da Independência, em 2022. Se quiser, pode corrigir rumos e contribuir para que mais brasileiros sejam independentes por meio da educação.

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro Impasse orçamentário gera insegurança a milhares de bolsistas de pós-graduação**

A agência de incentivo à pesquisa ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para bolsas neste ano. Assim, só tem dinheiro para pagar os cerca de 84 mil pesquisadores nos próximos dois meses.

"A gente paga até setembro. Em outubro, ninguém recebe, porque não posso fazer isso com um dinheiro que não tenho", diz o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, à BBC News Brasil.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual aprovada no ano passado, o CNPq pode gastar neste ano R\$ 784,8 milhões com bolsas, o que é insuficiente para cobrir a despesa total deste ano.

O valor é 22% menor dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado, corrigidos pelo IPCA, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, quando foram promulgadas as leis orçamentárias de cada ano.

Além disso, R\$ 80 milhões da verba de 2019 teve de ser usada para cobrir bolsas do ano passado.

Mas quais são as alternativas para evitar o apagão das bolsas?

Possíveis saídas

Havia uma expectativa em torno dos R\$ 248,9 bilhões que o Congresso autorizou o Executivo a captar por meio de operações de crédito. A líder do governo na Câmara, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou à imprensa que parte dos recursos seria destinada a bolsas do CNPq.

Mas, procurado pela BBC News Brasil, o Ministério da Economia afirmou que "não está sendo destinado orçamento para o CNPq".

Sob pressão dos bolsistas, que planejam protestos, o ministro Marcos Pontes pede que o Congresso libere R\$ 310 milhões para as bolsas. "O tempo está passando", disse em Salvador nesta semana.

Para Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o impasse gera insegurança a milhares de pesquisadores, já que as bolsas de pós-graduação exigem dedicação exclusiva e, portanto, são a única fonte de renda formal.

"Se as bolsas não forem pagas, um pós-graduando tem poucas alternativas para se manter. Alguns podem ter ajuda de familiares, outros vão para o mercado de trabalho informal para sobreviver", diz Calé.

"A bolsa deveria ser vista como uma remuneração de um trabalho fundamental para o país desenvolvimento do país, porque 90% da produção científica brasileira é feita pela pós-graduação."

Produção científica do Brasil vai muito bem, obrigado

A base dados aberta Scimago mostra que o Brasil deu um salto em sua produção científica nas últimas décadas. Em 1996, o Brasil era o 21º entre 214 países no volume de artigos publicados, com 9.169. Em 2018, com 81.742 artigos, ficou em 14º entre 233 países.

Azevedo diz que isso é um resultado do apoio à pesquisa feito em parte pela agência que ele agora comanda e um sinal de que a produção científica brasileira "vai muito bem, obrigado".

"O país, apesar das dificuldades de orçamento, continua produzindo muita ciência e tem um destaque adequado no mundo. Fazemos parte da elite das nações que produzem ciência. Na minha visão, é uma prova que nosso sistema está funcionando", diz o presidente do CNPq.

No entanto, o ranking da Scimago mostra que a produção nacional tem hoje um baixo impacto globalmente e que esta influência caiu significativamente nas últimas décadas.

A forma de medir isso é a média de vezes que os artigos brasileiros foram citados por outros trabalhos científicos. Neste critério, o Brasil é o 172º, com 0,5 citações por artigo, entre 233 países. Em 1996, era o 98º entre 214 países, com 18,45 citações por artigo.



Para Azevedo, isso deve em parte ao fato de que, em certas áreas, as pesquisas brasileiras têm um impacto local.

"Nossa ciência produz impacto. Há publicações brasileiras com um índice elevado de citações. Mas, em muitas áreas, o impacto é mais local, o que leva a um número baixo de citações. São coisas que interessam ao país e não ao mundo como um todo, como alguma coisa ligada à agricultura que tenha um aspecto regional", diz Azevedo.

O CNPq não pode reclamar de contingenciamento

Azevedo foi nomeado para presidir a agência em janeiro deste ano. Até então, era pesquisador do Instituto de Aeronáutica e Espaço e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Ele é engenheiro aeronáutico formado pelo ITA e tem mestrado e doutorado na Universidade Stanford, nos Estados Unidos.

Três meses depois de assumir, o governo federal anunciou um contingenciamento de verbas para diversas pastas. No caso do MCTIC, o bloqueio foi de R\$ 2,13 bilhões, o que representa 42% do seu orçamento neste ano.

O CNPq foi afetado com um bloqueio de R\$ 111 milhões, ou 11% do orçamento de 2019. "De certa forma, o CNPq não pode reclamar, porque o percentual contingenciado foi muito menor do que o total do ministério", afirma.

A forma encontrada para lidar com isso, diz ele, foi prosseguir com as chamadas públicas para projetos candidatos a financiamento, ainda que com valores menores do que os previstos originalmente.

Assim, em tese, todos os projetos serão avaliados e ranqueados, e os que não puderem ser contemplados agora ficarão em uma fila de espera e poderão ser financiados caso os recursos sejam liberados antes do fim do ano.

"É evidente que o contingenciamento não é bom para ninguém, mas esse valor não foi cortado. Gostaria de acreditar, talvez sendo um pouco otimista, que uma parcela significativa desse valor, se não todo, vai ser descontingenciado. Deixamos a porta aberta para executar esse recurso se for o caso", afirma.

Temos um sério problema de falta de servidores

Azevedo fez no mês passado um pedido ao Ministério da Economia para fazer um concurso para preencher 192 vagas no CNPq. Ele explica que a agência tinha 700 funcionários há cerca de cinco anos. Hoje, são cerca de 350. O CNPq não faz concursos desde 2011.

"Temos um problema sério de falta de servidores e apresentei isso na minha primeira reunião com o ministro. Todos os dias, assino uma, duas, três aposentadorias. Precisamos repor quem está se aposentando", diz Azevedo.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou no mês passado que o governo decidiu reduzir os concursos públicos no Executivo e restringi-los a poucas áreas, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. "Fora isso, dificilmente teremos concursos no Brasil nos próximos poucos anos", afirmou Bolsonaro a jornalistas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que seria uma forma de enxugar a máquina pública, já que 40% do funcionalismo federal deve se aposentar nos próximos anos. O ministro também afirmou que houve um "excesso de contratações" no passado.

Diante deste cenário, Azevedo reconhece que seu pedido tem poucas chances de ser atendido, porque "o foco do governo está em outro lugar".

"Minha função é alertar sobre a necessidade da forma correta e com a ênfase necessária, mas não posso obrigar o governo a fazer concurso. Ainda não estamos no ponto de colapso e temos buscado tecnologia para fazer mais com menos gente. Mas deve ter um número a partir do qual a coisa entra em colapso, mas não sei dizer qual é nem quando vai acontecer", afirma.

Bolsas precisam de reajuste, mas orçamento não permite  
Uma demanda antiga dos pesquisadores do CNPq é o aumento do valor dos auxílios. O último reajuste nas bolsas de mestrado, hoje de R\$ 1.500, e de doutorado, de R\$ 2.200, foi feito em 2013.

"Isso anda não gerou evasão na pós-graduação, mas diminuiu a procura pela carreira científica, que deixa de ser atrativa se o pesquisador não consegue garantir seu sustento", diz Flávia Calé, da ANPG.

"Com esse valor, a gente precisa escolher entre pagar o aluguel, pagar para se locomover, pagar nossa alimentação. Isso leva muito pesquisador a buscar um trabalho precário ou a sair do país."

O presidente do CNPq reconhece que o valor é insuficiente. "Em alguns lugares, pode ser o bastante, mas é realmente difícil para um menino que nasceu no interior do Amazonas e hoje está em São Paulo fazendo doutorado viver com esse dinheiro. É uma realidade, ninguém discute isso. É muito difícil viver com esse dinheiro."

Azevedo concorda ser necessário reajustar as bolsas, mas diz que seu orçamento não permite. "Hoje, se eu aumentar o valor da bolsa, vou ter de pagar menos bolsas. O reajuste é um pleito natural, mas preciso ter dinheiro para isso."

Azevedo ressalta que também é funcionário público federal. "O meu salário também não teve reajuste neste período..."

Confrontado com o fato de que sua remuneração é bem superior ao valor das bolsas de pós-graduação, ele responde: "Sem dúvida alguma, só estou dizendo que os salários do governo federal também não estão sendo reajustados. Mas essa é uma discussão que está acima de mim. Tem que perguntar ao ministro da Economia".

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **MPF denuncia filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou**

**Segundo relatório, Mikhail Cancellier recebeu um total de R\$ 7 mil em três meses transferidos de um professor da universidade; advogado diz que denúncia "é uma vergonha"**

SÃO PAULO — O Ministério Público Federal (MPF) de Santa Catarina denunciou 13 pessoas por supostos desvios em verbas federais de cursos de ensino à distância na

UFSC, no âmbito da Operação Ouvidos Mucos. Entre os denunciados está Mikhail Vieira Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da universidade que se suicidou em 2017 após ser preso pela Polícia Federal na mesma operação.

Segundo o MPF, as verbas para programas de ensino à distância que chegavam ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) eram aproveitadas por outros cursos. O órgão destaca o curso de Ciências da Administração, que concentraria o maior volume de recursos disponíveis para o programa.

Os recursos, então, teriam sido apropriados indevidamente por professores.

O relatório final da Polícia Federal informa que o envolvimento de Mikhail Cancellier no esquema se deu por meio de repasses no total de R\$ 7.102 que ele recebeu de Gilberto Moritz, professor na UFSC, assim como Mikhail. O documento considera que o denunciado "não apresentou justificativa para o constatado".

— É uma vergonha. É um assassinato moral do reitor — afirma Edward Carvalho, advogado de Mikhail Cancellier — Disseram que ele (Mikhail) não soube explicar (o motivo dos repasses). É uma inversão de ônus de prova. Que processo penal é esse? Ele é acusado de, em três meses, ter recebido R\$ 7 mil de uma conta de um amigo do pai dele, não era nem da faculdade. E aí ele é denunciado por ter se apropriado de dinheiro público?

— Ele já tinha provado a inocência dele na investigação e agora vai ter que provar de novo durante o processo. Em vez de pararem e refletirem na tragédia que eles causaram, eles insistem no erro. É uma vergonha. Eu não tenho nenhuma outra expectativa senão pela absolvição nesse caso — declara.

A operação Ouvidos Mucos foi realizada pela PF em 14 de setembro de 2017. O objetivo era apurar supostos desvios de verbas que agora levaram à denúncia. O então reitor, Luiz Calor Cancellier de Olivo, pai de Mikhail, e outros seis professores foram presos, mas libertos no dia seguinte. A repercussão do caso se ampliou quando o reitor, acusado de obstruir a investigação, se matou ao se jogar do sétimo andar de um shopping em Florianópolis.

A PF recebeu muitas críticas pelos excessos e pelo tratamento dado aos professores, o que teria levado o reitor a cometer o suicídio. A delegada do caso, Érika Mialik Marena, responsável pelo caso, foi alvo de uma investigação interna, mas a corregedoria concluiu que não houve abusos.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**MEC chama reitores de federais para propor novo modelo de financiamento**  
**Fontes ligadas ao setor afirmam que ministro deve propor que instituições busquem seus próprios recursos, visando a redução da participação do órgão no orçamento**

RIO- O Ministério da Educação convocou reitores e pró-reitores de planejamento das universidades federais do país para uma reunião na próxima semana para apresentar uma proposta para "aumentar a autonomia financeira" das instituições.

A pasta ainda não deu muitos detalhes aos convidados, no entanto, sobre quais serão os



pontos específicos abordados, mas pessoas ligadas ao setor afirmam que o MEC pretende reduzir a participação da pasta no financiamento, estimulando as universidades a captarem fontes alternativas de recurso, como estimular cursos MBA que possam ser cobrados.

Na quinta-feira, ao anunciar o plano do ministério para a Educação Básica, o ministro da educação, Abraham Weintraub, afirmou que lançaria "um projeto para reformular e libertar as universidades federais, para que elas atinjam o mesmo desempenho dos países de ponta, no mundo".

A relação de Weintraub com as instituições federais é ruim desde o início de sua gestão, quando o ministro afirmou em entrevista que cortaria recursos de instituições que, nas suas palavras, promovessem "balbúrdia". A crise se agravou quando o governo anunciou um bloqueio de R\$7,4 bilhões na educação e cerca de 30% do orçamento discricionário das federais foi atingido.

A medida levou milhões de pessoas às ruas em todo o país e deflagrou uma das primeiras grandes crises de popularidade da gestão de Jair Bolsonaro. Após os protestos, o governo chegou a descontingenciar parte da verba, mas não foi detalhado se o recurso liberado iria para as universidades.

topo ↕

## **CONFAP - TEMPO REAL**

### **Expedição Rio Doce com a Fapemig**

O Parque fica na região mineira conhecida como Vale do Aço, a 248 km de Belo Horizonte. Trata-se de uma das maiores áreas contínuas de Mata Atlântica do Brasil, com cerca de 36 mil hectares. Atualmente, encaixa-se na categoria de Unidade de Conservação Ambiental, devido a sua imensa biodiversidade e a seu sistema lacustre, composto por 42 lagoas, em especial a Dom Helvécio. Este é o Parque Estadual do Rio Doce (Perd), que completa 75 anos em 2019, e abriga uma infinidade de pesquisas apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Uma delas, a Mycoendosimbiosis: preservação da biodiversidade de fungos endofíticos e suas plantas hospedeiras presentes em fragmento nativo da Mata Atlântica do estado de Minas Gerais, coordenado por Luiz Henrique Rosa, professor do Departamento de Microbiologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), busca coletar folhas e sementes de espécies vegetais típicas da Mata Atlântica, para realizar um estudo sobre a importância dos fungos na preservação ambiental.

A ideia, de acordo com o pesquisador, surgiu a partir de trabalhos desenvolvidos em parceria com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA-ARS/EUA), que tinha como objetivo encontrar plantas colonizadas por fungos que, extraídos dos tecidos vegetais, são utilizados como "máquinas vivas" produtoras de substâncias herbicidas e pesticidas de baixa toxicidade, em comparação com os agrotóxicos utilizados atualmente. "A proposta é utilizar a rica biodiversidade da Mata Atlântica brasileira como fonte de substâncias úteis para agricultura, menos nocivas ao meio ambiente e, conseqüentemente, aumentar a produção agrícola pelo combate de pragas e diminuir a taxa de desmatamento, demonstrando que a biodiversidade de fungos presentes no bioma pode gerar lucros para a economia do Brasil.", explica.

Outra pesquisa desenvolvida no Parque, Estudo de genética da conservação de espécies

animais bioindicadoras da recuperação ecológica na Bacia do Rio Doce, sob a coordenação do professor Fabrício Rodrigues Santos da UFMG, consiste no estudo de espécies de aves, abelhas, morcegos e tartarugas-marinhas que podem servir como bioindicadoras do processo de restauração ecológica pós-desastre de Mariana, no vale do Rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo (ambiente marinho), associadas a serviços ecossistêmicos como polinização, dispersão de sementes e sensibilidade a contaminantes na água. “Nossa proposta consiste na elaboração de um protocolo diagnóstico que considere as dinâmicas populacionais destas espécies animais de ambientes terrestres e aquáticos afetados pelo rompimento das barragens de Mariana. Serão utilizados dados de diversidade genética e análises de parentesco, demografia e genética populacional para estimar parâmetros importantes para utilizá-los como bioindicadores da qualidade ambiental atual e da futura restauração do Rio Doce.”, explica Santos.

Já o professor Francisco Antônio Barbosa (UFMG), destaca os trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Limnologia, Ecotoxicologia e Ecologia Aquática (Limnea/ICB-UFMG). O Limnea, coordenado por Barbosa, desenvolve pesquisas em distintas áreas ligadas a ecossistemas aquáticos, com ênfase para estudos que envolvam a qualidade da água e conservação da biodiversidade aquática e dos processos ecológicos que a influenciam há mais de 20 anos. “Dentro do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (Peld/Rio Doce), com apoios da FAPEMIG, CNPq e Capes, já foram realizados inúmeros estudos importantes.”, aponta. Um deles mostrou que a espécie de primata exótica está cruzando com a espécie nativa produzindo híbridos e isto, a longo prazo, é uma ameaça à diversidade de primatas da área. “Isto é problemático pois sete espécies existem no local.”, alerta.

O Parque Estadual do Rio Doce é fundamental para a persistência regional das espécies de mamíferos da bacia. De acordo com relatório disponível aqui, existe relato confirmado de ocorrência de pelo menos uma espécie de primata exótico no Perd, o mico-estrela (*Callithrix penicilatta*), que está hibridizando com a espécie nativa (*C. geofroyi*), indicando a perda de diversidade genética. “Merece destaque, também, outro resultado que verificou a extinção local de sete espécies de peixes nativos em consequência da introdução de espécies exóticas de peixes.”, aponta Barbosa.

Ainda, de acordo com Barbosa, o Peld vem trabalhando no Perd e entorno desde 1999 e, dentre outros resultados importantes, está a descrição de três espécies novas para a Ciência, sendo uma de peixe e duas de micro-crustáceos. “Vale também destacar a importância do treinamento e formação de pessoal nos níveis de graduação, Mestrado e Doutorado, além de treinamentos de Pós-doutores. O projeto contempla estudos de vários grupos de organismos, a saber: Archaea/Bacteria, Cianobactérias, micro-algas, microcrustáceos, insetos, peixes, moluscos, plantas superiores, mamíferos, com destaque para felinos, e avaliação de processos ecológicos, tais como ciclagem de matéria orgânica, metabolismo aquático, emissão de gases de efeito estufa, fotodegradação de matéria orgânica e estudos de cenários da ocupação antrópica no entorno do Perd.”, finaliza.

O professor Santos destaca a importância da existência de pesquisas que buscam soluções para eventuais desastres e desequilíbrios ambientais, bem como dos trabalhos desenvolvidos no Limnea, e faz um alerta sobre possíveis ameaças à conservação do Parque. “Ocorre que observamos que, se antes a comunidade ribeirinha utilizava das

**margens do Rio para se alimentar, hoje, como não encontra o alimento** (em função do desastre de Mariana e consequente mortandade de peixes e outros animais ocasionada pelo rejeito da mineração), acaba por entrar nos limites do Parque. Isto é perigoso, pois caçar animais e pescar em área protegida, além de crime ambiental, pode implicar um desequilíbrio ecológico e ameaçar espécies protegidas.”, finaliza.

Viu como as pesquisas que buscam soluções para o meio ambiente degradado, bem como a fiscalização contínua e a criação de políticas públicas que proporcionem alternativas para a comunidade ribeirinha e entorno do Parque são fundamentais para a sua sobrevivência? E para garantir isto tudo tem muita gente envolvida. E quem disse que vida de cientista é fácil? Entre aqui e acompanhe a saga de alguns destes defensores da vida.

Fonte: Comunicação Fapemig.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

**MEC convoca reitores para anunciar “projeto ambicioso de inovação”**

**Reitores temem que o que já chamam informalmente de “pacote Weintraub” inclua tentativa de terminar com gratuidade e cobrar mensalidades**

O Ministério da Educação enviou a todos os reitores de universidades federais do país um convite para uma reunião geral dividida em dois momentos: na próxima terça-feira (16/07/2019), às 16h, na sede da pasta; e, no dia seguinte, quarta (17/07/2019), todos são esperados às 10h no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No assunto, o convite, emitido em nome da Secretaria de Educação Superior (Sesu), registra apenas que será uma “reunião institucional”. O MEC, entretanto, prepara a apresentação de algo muito mais ambicioso do que indica a singela definição contida no convite.

A ideia é revelar aos chefes das instituições de ensino superior o planejamento da pasta para o futuro próximo, o que inclui, segundo fontes ligadas ao ministério, uma “reforma administrativa”, com direito a mudanças estruturais. Tudo, porém, está guardado sob grande sigilo e há apenas sugestões sobre o que virá.

Poucas coisas vazaram desse plano. Uma delas é a apresentação de “formas alternativas de receitas” para as universidades – e por enquanto a expressão é mantida intencionalmente vaga pela equipe do MEC. Universidades consultadas pela reportagem temem que o plano inclua tentativa de por fim à gratuidade e instituir cobrança de mensalidades, o que exigiria mudança na Constituição. Uma nova batalha, nos moldes da reforma da Previdência, por uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

O MEC afirmou que não se manifestaria “sobre especulações”, mas confirmou, contudo, que a estratégia prevê que o que será apresentado “não será imposto”. A promessa é de que, levantado o sigilo sobre as medidas, haverá uma fase de consultas e “diálogo com toda a sociedade” antes da implantação do projeto. E que tudo ocorrerá por adesão voluntária das instituições de ensino superior.

“É um projeto muito grande de inovação, que envolve diversos ministérios, e o que se quer é não ter ruído, por isso estamos mantendo a sete chaves”, afirma, mantendo o



mistério, um auxiliar próximo do ministro Abraham Weintraub.

Com a tensão existente entre o governo federal e as universidades desde a posse de Jair Bolsonaro, reitores temem que o que eles estão chamando de “pacote Weintraub” inclua tentativas de reduzir a autonomia garantida constitucionalmente às instituições de ensino, hoje constituídas como autarquias.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC**

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Moucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada ontem (12), após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.

A Ouvidos Moucos foi deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2017 e prendeu o então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. No mês seguinte, ele se suicidou em Florianópolis. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz, ex-coordenador-geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores (setor responsável pela captação e execução dos projetos de educação a distância), foram denunciados.

Segundo o Ministério Público, na análise das contas bancárias de Gilberto Moritz foram detectadas em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Cancellier, “sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira – repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moritz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail – valor: R\$ 7.102,00)”.

Os investigadores afirmaram que “foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal”. A primeira, segundo o MP, se refere a “ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia”. A segunda seria ligada à locação de veículos, que, informa a Procuradoria, “deve ter denúncia ajuizada em breve”.

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, se deveu à “complexidade dos fatos e a uma sobrecarga” de trabalho.

A reportagem não localizou a defesa dos denunciados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

**Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro**  
**João Luiz de Azevedo, presidente da agência, diz ter um déficit de R\$ 330 milhões para pagar auxílio a estudantes e cientistas e espera que governo federal libere verba extra**

A agência de incentivo à pesquisa ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para bolsas neste ano. Assim, só tem dinheiro para pagar os cerca de 84 mil pesquisadores nos próximos dois meses.

"A gente paga até setembro. Em outubro, ninguém recebe, porque não posso fazer isso com um dinheiro que não tenho", diz o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, à BBC News Brasil.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual aprovada no ano passado, o CNPq pode gastar neste ano R\$ 784,8 milhões com bolsas, o que é insuficiente para cobrir a despesa total deste ano.

O valor é 22% menor dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado, corrigidos pelo IPCA, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, quando foram promulgadas as leis orçamentárias de cada ano.

Além disso, R\$ 80 milhões da verba de 2019 teve de ser usada para cobrir bolsas do ano passado.

Mas quais são as alternativas para evitar o apagão das bolsas?  
Possíveis saídas

Havia uma expectativa em torno dos R\$ 248,9 bilhões que o Congresso autorizou o Executivo a captar por meio de operações de crédito. A líder do governo na Câmara, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou à imprensa que parte dos recursos seria destinada a bolsas do CNPq.

Mas, procurado pela BBC News Brasil, o Ministério da Economia afirmou que "não está sendo destinado orçamento para o CNPq".

Sob pressão dos bolsistas, que planejam protestos, o ministro Marcos Pontes pede que o Congresso libere R\$ 310 milhões para as bolsas. "O tempo está passando", disse em Salvador nesta semana.

Para Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o impasse gera insegurança a milhares de pesquisadores, já que as bolsas de pós-graduação exigem dedicação exclusiva e, portanto, são a única fonte de renda formal.

"Se as bolsas não forem pagas, um pós-graduando tem poucas alternativas para se manter. Alguns podem ter ajuda de familiares, outros vão para o mercado de trabalho informal para sobreviver", diz Calé.

"A bolsa deveria ser vista como uma remuneração de um trabalho fundamental para o país desenvolvimento do país, porque 90% da produção científica brasileira é feita pela pós-graduação."

## Produção científica do Brasil vai muito bem, obrigado

A base dados aberta Scimago mostra que o Brasil deu um salto em sua produção científica nas últimas décadas. Em 1996, o Brasil era o 21º entre 214 países no volume de artigos publicados, com 9.169. Em 2018, com 81.742 artigos, ficou em 14º entre 233 países.

Azevedo diz que isso é um resultado do apoio à pesquisa feito em parte pela agência que ele agora comanda e um sinal de que a produção científica brasileira "vai muito bem, obrigado".

"O país, apesar das dificuldades de orçamento, continua produzindo muita ciência e tem um destaque adequado no mundo. Fazemos parte da elite das nações que produzem ciência. Na minha visão, é uma prova que nosso sistema está funcionando", diz o presidente do CNPq.

No entanto, o ranking da Scimago mostra que a produção nacional tem hoje um baixo impacto globalmente e que esta influência caiu significativamente nas últimas décadas.

A forma de medir isso é a média de vezes que os artigos brasileiros foram citados por outros trabalhos científicos. Neste critério, o Brasil é o 172º, com 0,5 citações por artigo, entre 233 países. Em 1996, era o 98º entre 214 países, com 18,45 citações por artigo.

Para Azevedo, isso deve em parte ao fato de que, em certas áreas, as pesquisas brasileiras têm um impacto local.

"Nossa ciência produz impacto. Há publicações brasileiras com um índice elevado de citações. Mas, em muitas áreas, o impacto é mais local, o que leva a um número baixo de citações. São coisas que interessam ao país e não ao mundo como um todo, como alguma coisa ligada à agricultura que tenha um aspecto regional", diz Azevedo.

Azevedo foi nomeado para presidir a agência em janeiro deste ano. Até então, era pesquisador do Instituto de Aeronáutica e Espaço e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Ele é engenheiro aeronáutico formado pelo ITA e tem mestrado e doutorado na Universidade Stanford, nos Estados Unidos.

Três meses depois de assumir, o governo federal anunciou um contingenciamento de verbas para diversas pastas. No caso do MCTIC, o bloqueio foi de R\$ 2,13 bilhões, o que representa 42% do seu orçamento neste ano.

O CNPq foi afetado com um bloqueio de R\$ 111 milhões, ou 11% do orçamento de 2019. "De certa forma, o CNPq não pode reclamar, porque o percentual contingenciado foi muito menor do que o total do ministério", afirma.

A forma encontrada para lidar com isso, diz ele, foi proeseguir com as chamadas públicas para projetos candidatos a financiamento, ainda que com valores menores do que os previstos originalmente.

Assim, em tese, todos os projetos serão avaliados e ranqueados, e os que não puderem



ser contemplados agora ficarão em uma fila de espera e poderão ser financiados caso os recursos sejam liberados antes do fim do ano.

"É evidente que o contingenciamento não é bom para ninguém, mas esse valor não foi cortado. Gostaria de acreditar, talvez sendo um pouco otimista, que uma parcela significativa desse valor, se não todo, vai ser descontingenciado. Deixamos a porta aberta para executar esse recurso se for o caso", afirma.

Temos um sério problema de falta de servidores

Azevedo fez no mês passado um pedido ao Ministério da Economia para fazer um concurso para preencher 192 vagas no CNPq. Ele explica que a agência tinha 700 funcionários há cerca de cinco anos. Hoje, são cerca de 350. O CNPq não faz concursos desde 2011.

"Temos um problema sério de falta de servidores e apresentei isso na minha primeira reunião com o ministro. Todos os dias, assino uma, duas, três aposentadorias. Precisamos repor quem está se aposentando", diz Azevedo.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou no mês passado que o governo decidiu reduzir os concursos públicos no Executivo e restringí-los a poucas áreas, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. "Fora isso, dificilmente teremos concursos no Brasil nos próximos poucos anos", afirmou Bolsonaro a jornalistas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que seria uma forma de enxugar a máquina pública, já que 40% do funcionalismo federal deve se aposentar nos próximos anos. O ministro também afirmou que houve um "excesso de contratações" no passado.

Diante deste cenário, Azevedo reconhece que seu pedido tem poucas chances de ser atendido, porque "o foco do governo está em outro lugar".

"Minha função é alertar sobre a necessidade da forma correta e com a ênfase necessária, mas não posso obrigar o governo a fazer concurso. Ainda não estamos no ponto de colapso e temos buscado tecnologia para fazer mais com menos gente. Mas deve ter um número a partir do qual a coisa entra em colapso, mas não sei dizer qual é nem quando vai acontecer", afirma.

Bolsas precisam de reajuste, mas orçamento não permite

Uma demanda antiga dos pesquisadores do CNPq é o aumento do valor dos auxílios. O último reajuste nas bolsas de mestrado, hoje de R\$ 1.500, e de doutorado, de R\$ 2.200, foi feito em 2013.

"Isso anda não gerou evasão na pós-graduação, mas diminuiu a procura pela carreira científica, que deixa de ser atrativa se o pesquisador não consegue garantir seu sustento", diz Flávia Calé, da ANPG.

"Com esse valor, a gente precisa escolher entre pagar o aluguel, pagar para se locomover, pagar nossa alimentação. Isso leva muito pesquisador a buscar um trabalho precário ou a sair do país."

O presidente do CNPq reconhece que o valor é insuficiente. "Em alguns lugares, pode

ser o bastante, mas é realmente difícil para um menino que nasceu no interior do Amazonas e hoje está em São Paulo fazendo doutorado viver com esse dinheiro. É uma realidade, ninguém discute isso. É muito difícil viver com esse dinheiro."

Azevedo concorda ser necessário reajustar as bolsas, mas diz que seu orçamento não permite. "Hoje, se eu aumentar o valor da bolsa, vou ter de pagar menos bolsas. O reajuste é um pleito natural, mas preciso ter dinheiro para isso."

Azevedo ressalta que também é funcionário público federal. "O meu salário também não teve reajuste neste período..."

Confrontado com o fato de que sua remuneração é bem superior ao valor das bolsas de pós-graduação, ele responde: "Sem dúvida alguma, só estou dizendo que os salários do governo federal também não estão sendo reajustados. Mas essa é uma discussão que está acima de mim. Tem que perguntar ao ministro da Economia".

BBC Brasil - Todos os direitos reservados - É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC

topo ↕

## TERRA - TEMPO REAL

### Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Mucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada ontem (12), após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.

A Ouvidos Mucos foi deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2017 e prendeu o então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. No mês seguinte, ele se suicidou em Florianópolis. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz, ex-coordenador-geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores (setor responsável pela captação e execução dos projetos de educação a distância), foram denunciados.

Segundo o Ministério Público, na análise das contas bancárias de Gilberto Moritz foram detectadas em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Cancellier, "sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira - repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moritz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail - valor: R\$ 7.102,00)".

Os investigadores afirmaram que "foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal". A primeira, segundo o MP, se refere a "ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância

vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia". A segunda seria ligada à locação de veículos, que, informa a Procuradoria, "deve ter denúncia ajuizada em breve".

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, se deveu à "complexidade dos fatos e a uma sobrecarga" de trabalho.

A reportagem não localizou a defesa dos denunciados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

**Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa a partir de outubro João Luiz de Azevedo, presidente da agência, diz ter um déficit de R\$ 330 milhões para pagar auxílio a estudantes e cientistas e espera que governo federal libere verba extra.**

A agência de incentivo à pesquisa ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para bolsas neste ano. Assim, só tem dinheiro para pagar os cerca de 84 mil pesquisadores nos próximos dois meses.

"A gente paga até setembro. Em outubro, ninguém recebe, porque não posso fazer isso com um dinheiro que não tenho", diz o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, à BBC News Brasil.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual aprovada no ano passado, o CNPq pode gastar neste ano R\$ 784,8 milhões com bolsas, o que é insuficiente para cobrir a despesa total deste ano.

O valor é 22% menor dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado, corrigidos pelo IPCA, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, quando foram promulgadas as leis orçamentárias de cada ano.

Além disso, R\$ 80 milhões da verba de 2019 teve de ser usada para cobrir bolsas do ano passado.

Mas quais são as alternativas para evitar o apagão das bolsas?

Possíveis saídas

Havia uma expectativa em torno dos R\$ 248,9 bilhões que o Congresso autorizou o Executivo a captar por meio de operações de crédito. A líder do governo na Câmara, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou à imprensa que parte dos recursos seria destinada a bolsas do CNPq.

Mas, procurado pela BBC News Brasil, o Ministério da Economia afirmou que "não está sendo destinado orçamento para o CNPq".

Sob pressão dos bolsistas, que planejam protestos, o ministro Marcos Pontes pede que o Congresso libere R\$ 310 milhões para as bolsas. "O tempo está passando", disse em Salvador nesta semana.



Para Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o impasse gera insegurança a milhares de pesquisadores, já que as bolsas de pós-graduação exigem dedicação exclusiva e, portanto, são a única fonte de renda formal.

"Se as bolsas não forem pagas, um pós-graduando tem poucas alternativas para se manter. Alguns podem ter ajuda de familiares, outros vão para o mercado de trabalho informal para sobreviver", diz Calé.

"A bolsa deveria ser vista como uma remuneração de um trabalho fundamental para o país desenvolvimento do país, porque 90% da produção científica brasileira é feita pela pós-graduação."

Produção científica do Brasil vai muito bem, obrigado

A base dados aberta Scimago mostra que o Brasil deu um salto em sua produção científica nas últimas décadas. Em 1996, o Brasil era o 21º entre 214 países no volume de artigos publicados, com 9.169. Em 2018, com 81.742 artigos, ficou em 14º entre 233 países.

Azevedo diz que isso é um resultado do apoio à pesquisa feito em parte pela agência que ele agora comanda e um sinal de que a produção científica brasileira "vai muito bem, obrigado".

"O país, apesar das dificuldades de orçamento, continua produzindo muita ciência e tem um destaque adequado no mundo. Fazemos parte da elite das nações que produzem ciência. Na minha visão, é uma prova que nosso sistema está funcionando", diz o presidente do CNPq.

No entanto, o ranking da Scimago mostra que a produção nacional tem hoje um baixo impacto globalmente e que esta influência caiu significativamente nas últimas décadas.

A forma de medir isso é a média de vezes que os artigos brasileiros foram citados por outros trabalhos científicos. Neste critério, o Brasil é o 172º, com 0,5 citações por artigo, entre 233 países. Em 1996, era o 98º entre 214 países, com 18,45 citações por artigo.

Para Azevedo, isso deve em parte ao fato de que, em certas áreas, as pesquisas brasileiras têm um impacto local.

"Nossa ciência produz impacto. Há publicações brasileiras com um índice elevado de citações. Mas, em muitas áreas, o impacto é mais local, o que leva a um número baixo de citações. São coisas que interessam ao país e não ao mundo como um todo, como alguma coisa ligada à agricultura que tenha um aspecto regional", diz Azevedo.

O CNPq não pode reclamar de contingenciamento

Azevedo foi nomeado para presidir a agência em janeiro deste ano. Até então, era pesquisador do Instituto de Aeronáutica e Espaço e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Ele é engenheiro aeronáutico formado pelo ITA e tem mestrado e doutorado na Universidade Stanford, nos Estados Unidos.

Três meses depois de assumir, o governo federal anunciou um contingenciamento de verbas para diversas pastas. No caso do MCTIC, o bloqueio foi de R\$ 2,13 bilhões, o que representa 42% do seu orçamento neste ano.

O CNPq foi afetado com um bloqueio de R\$ 111 milhões, ou 11% do orçamento de 2019. "De certa forma, o CNPq não pode reclamar, porque o percentual contingenciado foi muito menor do que o total do ministério", afirma.

A forma encontrada para lidar com isso, diz ele, foi proeseguir com as chamadas públicas para projetos candidatos a financiamento, ainda que com valores menores do que os previstos originalmente.

Assim, em tese, todos os projetos serão avaliados e ranqueados, e os que não puderem ser contemplados agora ficarão em uma fila de espera e poderão ser financiados caso os recursos sejam liberados antes do fim do ano.

"É evidente que o contingenciamento não é bom para ninguém, mas esse valor não foi cortado. Gostaria de acreditar, talvez sendo um pouco otimista, que uma parcela significativa desse valor, se não todo, vai ser descontingenciado. Deixamos a porta aberta para executar esse recurso se for o caso", afirma.

Temos um sério problema de falta de servidores

Azevedo fez no mês passado um pedido ao Ministério da Economia para fazer um concurso para preencher 192 vagas no CNPq. Ele explica que a agência tinha 700 funcionários há cerca de cinco anos. Hoje, são cerca de 350. O CNPq não faz concursos desde 2011.

"Temos um problema sério de falta de servidores e apresentei isso na minha primeira reunião com o ministro. Todos os dias, assino uma, duas, três aposentadorias. Precisamos repor quem está se aposentando", diz Azevedo.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou no mês passado que o governo decidiu reduzir os concursos públicos no Executivo e restringí-los a poucas áreas, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. "Fora isso, dificilmente teremos concursos no Brasil nos próximos poucos anos", afirmou Bolsonaro a jornalistas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que seria uma forma de enxugar a máquina pública, já que 40% do funcionalismo federal deve se aposentar nos próximos anos. O ministro também afirmou que houve um "excesso de contratações" no passado.

Diante deste cenário, Azevedo reconhece que seu pedido tem poucas chances de ser atendido, porque "o foco do governo está em outro lugar".

"Minha função é alertar sobre a necessidade da forma correta e com a ênfase necessária, mas não posso obrigar o governo a fazer concurso. Ainda não estamos no ponto de colapso e temos buscado tecnologia para fazer mais com menos gente. Mas deve ter um número a partir do qual a coisa entra em colapso, mas não sei dizer qual é nem quando vai acontecer", afirma.

## **Bolsas precisam de reajuste, mas orçamento não permite**

Uma demanda antiga dos pesquisadores do CNPq é o aumento do valor dos auxílios. O último reajuste nas bolsas de mestrado, hoje de R\$ 1.500, e de doutorado, de R\$ 2.200, foi feito em 2013.

"Isso anda não gerou evasão na pós-graduação, mas diminuiu a procura pela carreira científica, que deixa de ser atrativa se o pesquisador não consegue garantir seu sustento", diz Flávia Calé, da ANPG.

"Com esse valor, a gente precisa escolher entre pagar o aluguel, pagar para se locomover, pagar nossa alimentação. Isso leva muito pesquisador a buscar um trabalho precário ou a sair do país."

O presidente do CNPq reconhece que o valor é insuficiente. "Em alguns lugares, pode ser o bastante, mas é realmente difícil para um menino que nasceu no interior do Amazonas e hoje está em São Paulo fazendo doutorado viver com esse dinheiro. É uma realidade, ninguém discute isso. É muito difícil viver com esse dinheiro."

Azevedo concorda ser necessário reajustar as bolsas, mas diz que seu orçamento não permite. "Hoje, se eu aumentar o valor da bolsa, vou ter de pagar menos bolsas. O reajuste é um pleito natural, mas preciso ter dinheiro para isso."

Azevedo ressalta que também é funcionário público federal. "O meu salário também não teve reajuste neste período..."

Confrontado com o fato de que sua remuneração é bem superior ao valor das bolsas de pós-graduação, ele responde: "Sem dúvida alguma, só estou dizendo que os salários do governo federal também não estão sendo reajustados. Mas essa é uma discussão que está acima de mim. Tem que perguntar ao ministro da Economia".

topo ↕

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **MPF acusa 13 por suposto desvio na UFSC; filho de reitor que se suicidou é denunciado**

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Mucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada ontem (12), após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.

Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz, ex-coordenador-geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores (setor responsável pela captação e execução dos projetos de educação a distância), foram denunciados.

Segundo o Ministério Público, na análise das contas bancárias de Gilberto Moritz foram detectadas em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Cancellier, "sendo



demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira - repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moritz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail - valor: R\$ 7.102,00)".

Os investigadores afirmaram que "foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal". A primeira, segundo o MP, se refere a "ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia". A segunda seria ligada à locação de veículos, que, informa a Procuradoria, "deve ter denúncia ajuizada em breve".

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, se deveu à "complexidade dos fatos e a uma sobrecarga" de trabalho.

A reportagem não localizou a defesa dos denunciados. As informações são do jornal "O Estado de S. Paulo".

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Procuradoria acusa 13 investigados por desvios na UFSC

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Moucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada ontem (12), após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.

A Ouvidos Moucos foi deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2017 e prendeu o então reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. No mês seguinte, ele se suicidou em Florianópolis. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, filho de Luiz Carlos Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz, ex-coordenador-geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores (setor responsável pela captação e execução dos projetos de educação a distância), foram denunciados.

Segundo o Ministério Público, na análise das contas bancárias de Gilberto Moritz foram detectadas em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Cancellier, "sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira - repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moritz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail - valor: R\$ 7.102,00)".

Os investigadores afirmaram que "foram identificadas duas organizações criminosas

distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal". A primeira, segundo o MP, se refere a "ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia". A segunda seria ligada à locação de veículos, que, informa a Procuradoria, "deve ter denúncia ajuizada em breve".

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, se deveu à "complexidade dos fatos e a uma sobrecarga" de trabalho.

A reportagem não localizou a defesa dos denunciados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Por que 84 mil pesquisadores do CNPq podem ficar sem bolsa em outubro

A agência de incentivo à pesquisa ligada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) tem um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para bolsas neste ano. Assim, só tem dinheiro para pagar os cerca de 84 mil pesquisadores nos próximos dois meses.

"A gente paga até setembro. Em outubro, ninguém recebe, porque não posso fazer isso com um dinheiro que não tenho", diz o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, à BBC News Brasil.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual aprovada no ano passado, o CNPq pode gastar neste ano R\$ 784,8 milhões com bolsas, o que é insuficiente para cobrir a despesa total deste ano.

O valor é 22% menor dos que os R\$ 998,1 milhões do ano passado, corrigidos pelo IPCA, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, quando foram promulgadas as leis orçamentárias de cada ano.

Além disso, R\$ 80 milhões da verba de 2019 teve de ser usada para cobrir bolsas do ano passado.

Mas quais são as alternativas para evitar o apagão das bolsas?

#### Possíveis saídas

Havia uma expectativa em torno dos R\$ 248,9 bilhões que o Congresso autorizou o Executivo a captar por meio de operações de crédito. A líder do governo na Câmara, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou à imprensa que parte dos recursos seria destinada a bolsas do CNPq.

Mas, procurado pela BBC News Brasil, o Ministério da Economia afirmou que "não está sendo destinado orçamento para o CNPq".

Sob pressão dos bolsistas, que planejam protestos, o ministro Marcos Pontes pede que o Congresso libere R\$ 310 milhões para as bolsas. "O tempo está passando", disse em Salvador nesta semana.

Para Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o impasse gera insegurança a milhares de pesquisadores, já que as bolsas de pós-graduação exigem dedicação exclusiva e, portanto, são a única fonte de renda formal.

"Se as bolsas não forem pagas, um pós-graduando tem poucas alternativas para se manter. Alguns podem ter ajuda de familiares, outros vão para o mercado de trabalho informal para sobreviver", diz Calé.

"A bolsa deveria ser vista como uma remuneração de um trabalho fundamental para o país desenvolvimento do país, porque 90% da produção científica brasileira é feita pela pós-graduação."

Produção científica do Brasil vai muito bem, obrigado

A base dados aberta Scimago mostra que o Brasil deu um salto em sua produção científica nas últimas décadas. Em 1996, o Brasil era o 21º entre 214 países no volume de artigos publicados, com 9.169. Em 2018, com 81.742 artigos, ficou em 14º entre 233 países.

Azevedo diz que isso é um resultado do apoio à pesquisa feito em parte pela agência que ele agora comanda e um sinal de que a produção científica brasileira "vai muito bem, obrigado".

"O país, apesar das dificuldades de orçamento, continua produzindo muita ciência e tem um destaque adequado no mundo. Fazemos parte da elite das nações que produzem ciência. Na minha visão, é uma prova que nosso sistema está funcionando", diz o presidente do CNPq.

No entanto, o ranking da Scimago mostra que a produção nacional tem hoje um baixo impacto globalmente e que esta influência caiu significativamente nas últimas décadas.

A forma de medir isso é a média de vezes que os artigos brasileiros foram citados por outros trabalhos científicos. Neste critério, o Brasil é o 172º, com 0,5 citações por artigo, entre 233 países. Em 1996, era o 98º entre 214 países, com 18,45 citações por artigo.

Para Azevedo, isso deve em parte ao fato de que, em certas áreas, as pesquisas brasileiras têm um impacto local.

"Nossa ciência produz impacto. Há publicações brasileiras com um índice elevado de citações. Mas, em muitas áreas, o impacto é mais local, o que leva a um número baixo de citações. São coisas que interessam ao país e não ao mundo como um todo, como alguma coisa ligada à agricultura que tenha um aspecto regional", diz Azevedo.

O CNPq não pode reclamar de contingenciamento

Azevedo foi nomeado para presidir a agência em janeiro deste ano. Até então, era pesquisador do Instituto de Aeronáutica e Espaço e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Ele é engenheiro aeronáutico formado pelo ITA e tem mestrado e doutorado na Universidade Stanford, nos Estados Unidos.

Três meses depois de assumir, o governo federal anunciou um contingenciamento de



verbas para diversas pastas. No caso do MCTIC, o bloqueio foi de R\$ 2,13 bilhões, o que representa 42% do seu orçamento neste ano.

O CNPq foi afetado com um bloqueio de R\$ 111 milhões, ou 11% do orçamento de 2019. "De certa forma, o CNPq não pode reclamar, porque o percentual contingenciado foi muito menor do que o total do ministério", afirma.

A forma encontrada para lidar com isso, diz ele, foi proeseguir com as chamadas públicas para projetos candidatos a financiamento, ainda que com valores menores do que os previstos originalmente.

Assim, em tese, todos os projetos serão avaliados e ranqueados, e os que não puderem ser contemplados agora ficarão em uma fila de espera e poderão ser financiados caso os recursos sejam liberados antes do fim do ano.

"É evidente que o contingenciamento não é bom para ninguém, mas esse valor não foi cortado. Gostaria de acreditar, talvez sendo um pouco otimista, que uma parcela significativa desse valor, se não todo, vai ser descontingenciado. Deixamos a porta aberta para executar esse recurso se for o caso", afirma.

Temos um sério problema de falta de servidores

Azevedo fez no mês passado um pedido ao Ministério da Economia para fazer um concurso para preencher 192 vagas no CNPq. Ele explica que a agência tinha 700 funcionários há cerca de cinco anos. Hoje, são cerca de 350. O CNPq não faz concursos desde 2011.

"Temos um problema sério de falta de servidores e apresentei isso na minha primeira reunião com o ministro. Todos os dias, assino uma, duas, três aposentadorias. Precisamos repor quem está se aposentando", diz Azevedo.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou no mês passado que o governo decidiu reduzir os concursos públicos no Executivo e restringí-los a poucas áreas, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. "Fora isso, dificilmente teremos concursos no Brasil nos próximos poucos anos", afirmou Bolsonaro a jornalistas.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que seria uma forma de enxugar a máquina pública, já que 40% do funcionalismo federal deve se aposentar nos próximos anos. O ministro também afirmou que houve um "excesso de contratações" no passado.

Diante deste cenário, Azevedo reconhece que seu pedido tem poucas chances de ser atendido, porque "o foco do governo está em outro lugar".

"Minha função é alertar sobre a necessidade da forma correta e com a ênfase necessária, mas não posso obrigar o governo a fazer concurso. Ainda não estamos no ponto de colapso e temos buscado tecnologia para fazer mais com menos gente. Mas deve ter um número a partir do qual a coisa entra em colapso, mas não sei dizer qual é nem quando vai acontecer", afirma.

Bolsas precisam de reajuste, mas orçamento não permite

Uma demanda antiga dos pesquisadores do CNPq é o aumento do valor dos auxílios. O

último reajuste nas bolsas de mestrado, hoje de R\$ 1.500, e de doutorado, de R\$ 2.200, foi feito em 2013.

"Isso anda não gerou evasão na pós-graduação, mas diminuiu a procura pela carreira científica, que deixa de ser atrativa se o pesquisador não consegue garantir seu sustento", diz Flávia Calé, da ANPG.

"Com esse valor, a gente precisa escolher entre pagar o aluguel, pagar para se locomover, pagar nossa alimentação. Isso leva muito pesquisador a buscar um trabalho precário ou a sair do país."

O presidente do CNPq reconhece que o valor é insuficiente. "Em alguns lugares, pode ser o bastante, mas é realmente difícil para um menino que nasceu no interior do Amazonas e hoje está em São Paulo fazendo doutorado viver com esse dinheiro. É uma realidade, ninguém discute isso. É muito difícil viver com esse dinheiro."

Azevedo concorda ser necessário reajustar as bolsas, mas diz que seu orçamento não permite. "Hoje, se eu aumentar o valor da bolsa, vou ter de pagar menos bolsas. O reajuste é um pleito natural, mas preciso ter dinheiro para isso."

Azevedo ressalta que também é funcionário público federal. "O meu salário também não teve reajuste neste período..."

Confrontado com o fato de que sua remuneração é bem superior ao valor das bolsas de pós-graduação, ele responde: "Sem dúvida alguma, só estou dizendo que os salários do governo federal também não estão sendo reajustados. Mas essa é uma discussão que está acima de mim. Tem que perguntar ao ministro da Economia".

## **A CIDADE ON - TEMPO REAL**

### **Encontro internacional reunirá pesquisadores em São Carlos**

#### **O evento celebrará o aniversário dos pesquisadores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln.**

Referência mundial nos estudos da álgebra comutativa, os professores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln, dos Estados Unidos, serão homenageados na segunda edição do International Meeting in Commutative Algebra and its Related Areas (IMCARA). O evento acontecerá no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, de 22 a 26 de julho.

O encontro tem como objetivo contribuir para a formação de mais pesquisadores nesta área do conhecimento no Brasil e na América Latina, criando uma atmosfera oportuna de cooperação. As atividades acontecerão no auditório Fernão Stella de Rodrigues Germano, no bloco 6 do ICMC. Está prevista a realização de três minicursos, uma sessão de pôsteres e de 12 plenárias, sendo uma delas ministrada pelo homenageado da primeira edição, o professor emérito Aron Simis, da Universidade Federal de Pernambuco.

As inscrições podem ser realizadas até o primeiro dia do evento via este formulário eletrônico: [icmc.usp.br/e/f750b](http://icmc.usp.br/e/f750b). A taxa de inscrição varia de US\$ 150 (para pesquisadores estrangeiros) até R\$ 85 (para estudantes de graduação brasileiros).

Os homenageados A homenagem é um reconhecimento às pesquisas na área de álgebra

comutativa realizadas pelos professores Sylvia e Roger. Os dois têm contribuições significativas para o crescimento do Grupo de Álgebra Comutativa do ICMC. "Por exemplo, recentemente Roger, Sylvia e eu estamos desenvolvendo projetos de pesquisa em conjunto", ressaltou o professor Victor Hugo Jorge Pérez, um dos coordenadores do evento.

Filha e neta de matemáticos, Sylvia é professora emérita da Universidade de Nebraska-Lincoln, autora de 53 artigos e tem mais de 300 citações. Trabalhou na edição de renomados periódicos internacionais e faz parte da publicação Notable Women in Mathematics: A Biographical Dictionary, além de ter presidido a Association for Women in Mathematics entre 1997 e 2000. Com atuação constante em prol da representatividade das mulheres na matemática, ela foi agraciada com o prêmio University of Nebraskas Outstanding Contribution to the Status of Women Award, em 2000.

Também professor emérito da Universidade de Nebraska-Lincoln, Roger é citado em mais de 900 publicações, além de ser autor de 82 artigos e coautor, com seu aluno Graham Leuschke, do livro Cohen-Macaulay Representation, publicado pela American Mathematical Society em 2012. Editor associado do Journal of Commutative Algebra, é colaborador da Simons Foundation, organização voltada para a pesquisa avançada em matemática e ciências básicas.

O Encontro Internacional de Álgebra Comutativa e Áreas Correlatas (IMCARA 2019) tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Matemática (INCTMat) e do departamento de Ciências Matemáticas do Instituto Politécnico de Turim (Politecnico di Torino).

topo 

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

**Procuradoria denuncia filho de ex-reitor da UFSC e mais 12 na Operação Ouvidos Moucos**

**Acusação do Ministério Público Federal em Santa Catarina aponta crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos; esta é a primeira denúncia da polêmica investigação à Justiça**

**Tribunal devolve cadeira de professor na UFSC a investigado da Ouvidos Moucos**

O Ministério Público Federal denunciou 13 investigados na Operação Ouvidos Moucos, que apura suposto desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por crimes de peculato, concussão, lavagem e inserção de dados falsos.

Documento  
DENÚNCIA  
PDF

Esta é a primeira acusação formal decorrente da polêmica investigação. Ela foi apresentada à Justiça no dia 21 de junho e divulgada nesta quinta-feira, 11, após a juíza Janaína Cassol Machado, da 1.ª Vara da Justiça Federal em Florianópolis, quebrar o sigilo judicial imposto à ação penal.



A Ouvidos Moucos foi deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2017 e prendeu o então reitor da UFSC Luiz Carlos Cancellier. Em outubro, Cancellier se suicidou em Florianópolis.

O filho do reitor, Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, e Gilberto de Oliveira Moritz – ex-coordenador Geral do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos de Gestores, o LabGestão (setor responsável pela captação e execução dos projetos Educação a Distância) – foram denunciados. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier é acusado por peculato.

“Pela análise bancária de Gilberto de Oliveira Moritz detectou-se em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira – repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moriz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail – valor: R\$ 7.102,00).

O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia de mais de 100 páginas, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, deveu-se à complexidade dos fatos e a uma sobrecarga histórica do Núcleo de Combate à Corrupção da Procuradoria da República, amenizada no começo de 2019 com a chegada de um novo integrante ao grupo, em razão da regionalização de competências na Justiça Federal e do Ministério Público Federal, permitindo assim concluir esta etapa da análise.

Segundo a Procuradoria, a investigação da Polícia Federal se restringiu ao pagamento de bolsas (com principal foco no curso de Administração) e despesas com locação de veículos com motorista, não se estendendo à totalidade dos recursos executados pela UFSC no ensino a distância.

Os investigadores afirmam que ‘foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal’.

“A primeira se refere a ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia”, informa o Ministério Público Federal.

“A segunda organização criminosa, ligada à locação de veículos, deve ter denúncia ajuizada em breve.”

Entenda a primeira denúncia da Ouvidos Moucos

O Ministério Público Federal informou que sua investigação começou em 30 de março de 2014 a partir de representação que relatava possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais recebidos pela Universidade Federal de Santa Catarina referentes ao Ensino a Distância (EaD), ligado ao curso de licenciatura em Física. A representação foi remetida à Controladoria Geral da União (CGU) em Santa Catarina, sendo elaborado o Relatório de Demandas Externas nº 201407738, que apurou o desvio de verba pública

federal no âmbito do programa de educação a distância no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), inicialmente no curso de Física, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).

Com base nas constatações da CGU a Procuradoria encaminhou o Procedimento Investigatório à Polícia Federal, que instaurou o Inquérito Policial nº 5018469-32.2016.4.04.7200 para investigação inicial do crime de peculato e outros.

As investigações se expandiram e revelaram um esquema criminoso muito mais amplo e arraigado na UFSC, uma vez que as vulnerabilidades nos controles de verbas do EaD eram aproveitadas por outros cursos além do de licenciatura em Física, notadamente o de Ciências da Administração, que concentrava o maior volume de recursos disponíveis para o Programa.

Assim como a CGU, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou paralelamente que o programa UAB da UFSC era parcialmente executado por fundações de apoio e com baixa transparência na realização das despesas, tendo em vista que os valores aplicados pelas Fundações de Apoio (FAP) não podem ser identificados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e as prestações de contas disponibilizadas por essas fundações em seus sítios eletrônicos não demonstram a destinação integral dos recursos geridos.

O objeto de investigação do TCU foi o Contrato 164/2014, tratado como Projeto 178/2014 na Fapeu e que teve como objetivo a prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a execução de despesas de custeio do EaD nos cursos de Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB (recursos de custeio).

#### Organização Criminosa

Referente aos ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados à Administração, composta por Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn.

A atividade ilícita do grupo baseava-se no comando e gestão dos recursos destinados ao Ensino a Distância ligados ao curso de Administração da UFSC, fossem recursos de custeio repassados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e órgãos do governo para implementação de atividades gerais na Instituição, fosse o gerenciamento do pagamento das bolsas a profissionais que trabalhavam nos projetos específicos (coordenadores, professores conteudistas, tutores, etc.).

De acordo com a Procuradoria, ‘a execução da ação criminal passava necessariamente por manter o controle das atividades ligadas ao ensino a distância, principalmente no curso de Administração, pois desta forma o grupo teria a gestão dos recursos de custeio e seria responsável tanto pelo encaminhamento dos projetos como também pela execução financeira do custeio e das bolsas, informando aos órgãos competentes a quem deviam pagá-las’.

“Para manter o domínio dos recursos e efetivar os desvios ocupavam cargos chaves na

UFSC. Foi constatado que entre 2008 e 2016 sempre algum membro do grupo ocupou a direção do Departamento de Ciências da Administração (CAD/UFSC), condição que propiciou sua manutenção no topo dos projetos de educação a distância do curso de Administração”, informa a nota do Ministério Público Federal.

No mesmo período, destaca a denúncia, do total de 60 professores do CAD/UFSC, seis deles (Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes e Eduardo Lobo) receberam de todos os projetos o equivalente a 43% do montante total percebido pelo Departamento.

Esses seis professores receberam mais de R\$ 6 milhões de um total de R\$ 14 milhões pagos aos 60 professores do CAD/UFSC via fundações de apoio da UFSC e via **Capes** (a título de bolsas do Sistema UAB).

“O ensino a distância era a principal fonte de remuneração extra desse grupo de professores, financiado com recursos do Sistema UAB e também de outras fontes federais, como por exemplo o Ministério da Saúde. Os valores por eles percebidos, demonstrados no Relatório Final do Inquérito da Polícia Federal, foram alcançados porque as funções de coordenação, subcoordenação, supervisão e de professores bolsistas dos projetos do Departamento de Administração sempre lhes eram alocadas em detrimento dos demais professores”, registra o Ministério Público Federal.

Segundo a denúncia, com o crescimento do ensino a distância na UFSC foi criado o Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para formação de Gestores (LabGestão), vinculado ao CAD/UFSC e coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz. O grupo se valia das verbas do EaD/UAB para manter o custo de significativa parcela dos recursos humanos ligados ao LabGestão, entre eles Denise Aparecida Bunn e Roberto Moritz da Nova, também denunciados.

“Eles e outros membros da equipe do laboratório (celetistas, contratados), além de apoiar a execução do EaD/UAB eram utilizados como força de trabalho para auxiliar na execução de outros projetos de EaD financiados com recursos públicos e coordenados sob o interesse do grupo denunciado”, aponta a Procuradoria.

Os crimes cometidos pelo esquema, segundo a denúncia

1. Peculato – art. 312 do Código Penal – Concessão e pagamento de bolsas pela **Capes** a pessoas não vinculadas à execução do objeto pactuado no valor total de R\$ 3.197.310,00

O TCU analisou o Contrato 164/2014, que tem como objetivo a prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para execução das despesas de custeio do EaD nos cursos de Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB (recursos de custeio).

Na investigação feita no Processo 023.418/2017-6 foi descrito pelo Tribunal que entre 1/1/2012 e 30/6/2017 a **Capes** pagou 23.279 bolsas, totalizando R\$ 22.054.845,00, concedidas a 1.500 bolsistas para atuarem nas funções de coordenador, professor e tutor de cursos EaD/UAB da UFSC. Do total de bolsas pagas foram constatadas pelo TCU irregularidades em 2.985 bolsas, concedidas a 298 pessoas, totalizando R\$



3.197.310,00, conforme relação constante da planilha consolidadora do Achado do TCU.

O TCU verificou que 958 bolsas foram destinadas a cursos não realizados (Formação da Equipe Multidisciplinar; PACC – Prog. Anual de Capacitação Continuada 2012 e PACC – Prog. Anual de Capacitação Continuada 2013) e não vinculados ao programa UAB (Secadi – Gênero e Diversidade na Escola e Secadi – Formação da Equipe Multidisciplinar), no montante de R\$ 1.048.860,00.

Em outras 2.027 bolsas de professor (formador/pesquisador) e tutor a distância, no montante de R\$ 2.148.450,00, destinadas a cursos realizados e vinculados ao sistema UAB, verificou-se inexistir na base de dados dos sistemas internos da UFSC (controles acadêmicos e plataforma moodle utilizada nos cursos de EaD/UAB) os registros necessários para comprovar que o beneficiário exercera a função correspondente à bolsa recebida.

Os integrantes dessa organização criminosa destinavam bolsas às pessoas que bem entendessem e desviavam os pagamentos desses valores conforme as possibilidades dos cargos e funções por eles exercidos na organização, tendo diversas formas de desviar os benefícios para si próprio ou terceiros.

No Relatório de Análise do Material Apreendido a CGU/SC ressaltou que os pagamentos/recebimentos de bolsas em benefício financeiro de terceiro (repasso de bolsas) e os pagamentos de meia-bolsas e para atividades não típicas de ensino também se mostravam contrários ao disposto nos arts. 9º e 12 da Portaria **Capes** nº 183/2016 (e normativos anteriores), cuja conclusão foi no mesmo sentido do relatório do TCU no Processo 023.418/2017-6, acima citado.

Com base nos levantamentos do TCU e da CGU/SC produzidos na Operação Ouvidos Mucos, constatou-se que os achados de referidos órgãos de controle se corroboravam, ressaltando a CGU: “conclui-se que das 1.601 bolsas irregulares apontadas pelo TCU (bolsas concedidas a pessoas que nunca acessaram/logaram o moodle nos papéis atribuídos a professor e tutor), no montante de R\$ 1.594.540,00, foram identificadas 316 bolsas, no total de R\$ 351.850,00, cujos beneficiários também foram citados em achados da CGU com indícios de recebimento para repasse a terceiros ou como complemento salarial”.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017

2. Peculato – art. 312 do Código Penal – Concessão/Pagamento irregular de bolsas pelas IFES ou Fundações de Apoio

O TCU constatou que de 2015 a 2017, no âmbito do Contrato 164/2014, a Fapeu pagou ilegalmente 1.183 bolsas, totalizando R\$ 1.111.911,07, sendo que os recursos provenientes da **Capes** via descentralização de orçamento de custeio destinado ao Programa UAB não se prestam para subsidiar o pagamento de bolsas, conforme

diretrizes do Programa. Os recursos que financiam contratos entre Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e as suas Fundações de Apoio (FAP) para a execução do UAB (ofertas de cursos de nível superior na modalidade a distância) são provenientes dos Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados pelas Ifes com a **Capes**. São recursos descentralizados que, em função da competência exclusiva da **Capes** e do objeto do programa de trabalho ao qual se vinculam não podem ser aplicados na concessão e pagamento de bolsas UAB, mas apenas em outros gastos de custeio vinculados aos cursos ofertados e previstos no TED. Com base nas regras da **Capes**, são da natureza das atividades correlatas a custeio aquelas destinadas a pagamento de despesas administrativas ordinárias como diárias, passagens, transporte, material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos.

Achados da CGU/SC na Operação Ouvidos Mucos:

a) Pagamentos de bolsas do sistema UAB/**Capes** para a professora Cibele Martins no Projeto Sucupira, coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz, mesmo não tendo sido desenvolvida qualquer atividade afeta ao ensino a distância.

b) Pagamento de cestas natalinas para os contratados do EaD: pagamentos em 2013 com recursos do Projeto 2019/2010 (implantação e oferta do curso de licenciatura em administração), gerido com apoio da Fapeu e coordenado por Rogério da Silva Nunes. Em 2012 foram pagas com recursos do Projeto nº 379/2007 (oferta do 1º e 2º semestres do curso de graduação em Administração, na modalidade a distância), gerido com apoio da Fapeu e coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz; e em 2011 as cestas natalinas foram pagas com verbas do Projeto nº 351/2006 (implantação e execução do curso de graduação à distância em administração para 500 alunos, funcionários do Banco do Brasil e servidores públicos federais, estaduais e municipais), gerido com apoio da Fapeu e então coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz.

c) Rogério da Silva Nunes, na época também coordenador do Núcleo da UAB (Nuab), por meio do memorando nº 96/CADCSE/2016, de 20/10/2016, determinou o pagamento de bolsas fictícias, via Fapeu, para Eduardo Lobo, André Luís da Silva Leite e Taísa Dias, no valor de R\$ 1.108,98 para o primeiro e R\$ 1.100,00 para os outros dois, com o objetivo de ressarcir despesas geradas em 2015 (de R\$ 3.303,98), decorrentes de deslocamentos a pólos (diárias) ocorridas no curso de graduação em Administração (EaD). Como Taísa Dias não aceitou a proposta, Eduardo Lobo e André Luís da Silva Leite receberam uma bolsa cada um, no valor de R\$ 1.651,99, em 6/12/2016, com verbas do Projeto 178/2014 – Núcleo UAB, totalizando o valor acima de R\$ 3.303,98, para posterior desvio para o grupo ou para terceiros.

d) Eduardo Lobo, sem a devida contraprestação, recebeu duas bolsas em 4/5/2012 no valor de R\$ 4.400,00 por meio do projeto “O Saber para Conquistar um Lugar”, gerido com apoio da Feesc e coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz. Posteriormente repassou o valor, em 8/5/2012, a Marcos Baptista Lopez Dalmau, demonstrando a facilidade e a ausência de critérios para distribuição de bolsas.

e) Simulação de Eduardo Lobo e Marilda Todescat, coordenadora do projeto Empreendedorismo nas Rendas de Bilro, financiado pela Petrobrás e gerido com apoio da Fepese. Eduardo Lobo recebeu cinco bolsas e depois as transferiu em 24/7/2015 e

9/9/2015 para Marilda Todescat, demonstrando a simulação de bolsas independentemente da finalidade ou destino dos recursos. Bolsas recebidas: 22/7/2014 (R\$ 2.000,00), 22/7/2014 (R\$ 2.000,00), 5/8/2014 (R\$ 2.000,00), 21/7/2015 (R\$ 2.500,00) e 21/7/2015 (R\$ 2.500,00).

f) Pela análise bancária de Gilberto de Oliveira Moritz detectou-se em 2013 movimentações de recursos para Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier, sendo demonstrada a conexão dos valores repassados com outras movimentações financeiras cronologicamente anteriores entre a Fundação José Arthur Boiteux (Funjab), referentes a recursos de projeto sob a coordenação do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (triangulação financeira – repasse de recursos do projeto coordenado por Cancellier para Gilberto Moriz a título de bolsas por suposta prestação de serviços, sendo poucos dias depois os recursos repassados a Mikhail – valor: R\$ 7.102,00).

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova, Denise Aparecida Bunn e Mikhail Vieira Lorenzi Cancellier.

Período: de 2012 a 2017

3. Peculato – art. 312 do Código Penal – Acumulação indevida de bolsas no Sistema UAB no valor de R\$ 140.670,00

No relatório já mencionado o TCU constatou, a partir de cruzamento de dados do relatório de bolsas UAB pagas pela **Capes** [extraído do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)], com o relatório de bolsas pagas pela Fapeu, no período de 1/2015 a 5/2017, a acumulação irregular de bolsas por quarenta pessoas, que receberam 128 bolsas do sistema UAB diretamente pela **Capes**, concomitantemente com bolsas por meio de projetos/contratos firmados entre a UFSC e a Fapeu, custeados com recursos provenientes da **Capes**, FNDE ou CNPq, totalizando R\$ 140.670,00.

Foram encontrados diversos registros de concessão de mais de uma bolsa para o mesmo beneficiário no mesmo período, além da comprovação de que elas poderiam ser solicitadas e autorizadas até mesmo por quem viria a ser o próprio bolsista beneficiário. Ainda que o bolsista viesse a exercer mais de uma função no âmbito do Sistema UAB, os arts. 9º, §§ 1º, 2º e 3º da resolução CD/FNDE 26/2009 e 5º, caput e parágrafo único, da Portaria/**Capes** 183/2016, vedam a cumulação de bolsas UAB com bolsas que tenham como base a lei 11.273/2006 ou com outras concedidas pela **Capes**, CNPq ou FNDE.

Dados apontados pela CGU/SC mostram exemplos de acumulações irregulares, muitas delas para beneficiar o grupo criminoso denunciado.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017



4. Peculato – art. 312 do Código Penal – bolsas pagas em valor superior ao limite estabelecido

Além de ser ilícito o pagamento de bolsas com recursos destinados ao custeio do Programa UAB na UFSC, foram identificados pelo TCU seis beneficiários que receberam valor mensal superior ao estabelecido no Decreto nº 7.423/2010, resolução CD/FNDE 26/2009 e portaria **Capes**183/2016. Nesse sentido as seguintes bolsas estão em desconformidade com a resolução CD/FNDE 26/2009 e com a portaria **Capes** 183/2016, no que tange ao valor máximo estabelecido para pagamento de bolsas do Programa UAB:

- a) R\$ 2.000,00, pagos mensalmente de março/2015 a setembro/2015 e de fevereiro/2016 a agosto/2016, a Jimena de Mello Heredia, totalizando R\$ 28.000,00;
- b) R\$ 1.850,00, pagos mensalmente de maio/2015 a maio/2016, a Francielli Schuelter, totalizando R\$ 25.900,00;
- c) R\$ 1.600,00 pagos a Daniel Francisco Miranda, em janeiro/2017;
- d) R\$ 1.870,00 pagos a Rafael Feijo Vieira Vecchietti, em março/2015;
- e) R\$ 1.651,99 pagos a Andre Luís da Silva Leite, em dezembro/2016;
- f) R\$ 1.651,99 pagos a Eduardo Lobo, em dezembro/2016.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017

5. Peculato – art. 312 do Código Penal – “Penca de Coordenadores” – concessão de bolsas pelo grupo ao próprio grupo sem contraprestação

Tabelas da denúncia demonstram valores pagos aos professores membros do grupo criminoso entre 2008 e 2016; os recursos pagos via fundações de apoio apontam que a principal fonte de quatro dos seis membros era de fato os projetos envolvendo o ensino a distância, financiados com recursos do Sistema UAB e também de outras fontes federais.

As conclusões desse tópico, pertinente à concessão de bolsas pelo grupo ao próprio grupo, decorrem das análises realizadas pela CGU no Relatório de Análise de Material Apreendido (Rama) referente a itens apreendidos na Funjab durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão. Tais itens se referem a documentos de prestação de contas de projetos geridos com apoio da Funjab, sendo localizadas pela CGU solicitações de pagamentos referentes a serviços que teriam sido prestados a título de “coordenação” no âmbito de dois projetos UAB/UFSC:

Projeto 430/2009 – “Acompanhamento, análise, avaliação e produção de conteúdos para os cursos de Especialização do Programa Nacional de Administração Pública no âmbito do Sistema UAB”. Neste projeto foram solicitados, a título de coordenação, em favor de Alexandre Marino, 12 pagamentos no valor líquido de R\$ 1.068,00; de Gilberto Moritz, 12 pagamentos no valor líquido de R\$ 1.068,00, e de Maurício Pereira, 10 pagamentos no valor líquido de R\$ 1.068,00;

Projeto 467/2012 – Atualização e/ou Reformulação de conteúdos para o Programa de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema UAB. Foram solicitados 17 pagamentos, a título de coordenação, em favor de Alexandre Marino Costa, Gilberto de Oliveira Moritz e Maurício Fernandes Pereira, para cada um dos citados professores, no valor individual de R\$ 1.300,00.

Há também o registro de troca de mensagens entre Maurício Rissi e Roberto Moritz da Nova (este denunciado), em julho de 2008, nas quais mencionam o pagamento habitual de bolsas a uma “penca de coordenadores”, incluindo Alexandre Marino da Costa, Gilberto de Oliveira Moritz e Maurício Fernandes Pereira.

Neste ponto, o modus operandi do grupo consistia no pagamento concomitante de quantias aos professores/coordenadores acima citados, demonstrando que além de estarem mancomunados e integrando um grupo organizado de poder, visavam à distribuição de recursos entre si, em detrimento de outros professores e sem qualquer justificativa técnica e/ou a devida contraprestação (conforme trecho da conversa transcrita: “se sobramos bolsas FNDE não conseguimos pagar mais... e se pagarmos “coordenadores” depois não terá bolsas para pagar Professores, pois as bolsas vieram para professores”).

A denúncia demonstra claramente a aderência da hipótese criminal, em especial a existência da “penca de coordenadores”, os quais não exerciam função efetiva nos projetos, sendo mantido o fluxo contínuo da concessão de bolsas ao grupo em projetos para realização de supostas atividades de “coordenação”, objetivando apenas a distribuição de dinheiro público entre membros do grupo investigado que tinham que justificar o uso das bolsas.

Outra questão que demonstra a desnecessidade de tantos coordenadores se refere ao fato de que o grupo contava com o Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão) da UFSC e toda sua estrutura de recursos humanos, inclusive profissionais que realizavam funções gerenciais e de supervisão, remunerados por diversos projetos.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017

6. Concussão – art. 316 do Código Penal – Cobrança de metade das bolsas

Ao longo de 2015 Roberto Moritz da Nova, área financeira do LabGestão, Rogério da Silva Nunes, coordenador do curso do Departamento de Ciências da Administração (de

31/10/2012 a 9/7/2014) e coordenador da UAB (de 1/6/2016 a 28/3/2017) e Gilberto de Oliveira Moritz, coordenador do LabGestão, exigiram vantagem indevida de diversos professores, consistente na devolução de parte da bolsa que estes tivessem direito em decorrência de serviços prestados. Tem-se comprovadas pelo menos as exigências efetuadas para os professores Martin de La Martiniere Petrol, Elder Semprebon, Cibele Barsalini Martins, Rene Birochi, Fábio Beylouni Lavratti e Juliana Tatiane Vital, no valor de R\$ 650,00 de cada professor, referente à metade das bolsas recebidas pelos professores e relacionadas às atividades por eles prestadas na área do EaD/UFSC.

Essa prática era muito mais comum geralmente com professores em estágio probatório, conforme carreado na investigação, mas somente veio aos autos a demonstração desses seis casos, o que demonstra a gravidade dos ilícitos criminais, reforçando a existência de uma organização criminosa de natureza perene.

Foi analisada a cópia do disco rígido do computador da sala de apoio, apreendido na operação na mesa de Roberto Moritz da Nova, no qual foi encontrada uma planilha eletrônica de controle de pagamento de bolsas financiadas pela **Capes** – UAB/ADM, localizada no usuário “Roberto da Nova”, sendo constatados registros de pagamentos de meia bolsa e também o recebimento de bolsas em benefício de terceiro (repasse de bolsas).

Inexistem motivos legais e plausíveis para o pagamento de meia bolsa, uma vez que, segundo o depoimento da professora Taisa Dias, ex-coordenadora do EaD do curso de Administração, “quando a Universidade pleiteia à **Capes** a inserção de um curso no programa Universidade Aberta do Brasil já precisa demonstrar quantas vagas pretende oferecer, tendo em vista que a **Capes** trabalha com um parâmetro de custo por aluno e um parâmetro para a quantidade de bolsas de professor e tutor. Desta forma, se o curso for aprovado, os recursos a serem repassados serão calculados conforme o número de alunos, cujos valores de bolsas são enviados à Universidade em lotes mensais pela **Capes**”. A **Capes** afirma a inexistência de pendências de pagamentos e passivos de bolsas ou de quaisquer débitos de custeio, ressaltando a ilegalidade no alegado conceito de “fila de bolsas”, informado por diversos professores em depoimentos .

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Rogério da Silva Nunes e Roberto Moritz da Nova

Período: 2015

7. Peculato – art. 312 do Código Penal – apropriação de verbas públicas recebidas por meio de contratos de trabalho com jornadas fictícias

Na estrutura do LabGestão havia dois funcionários principais que se destacavam no apoio aos interesses do grupo denunciado: Denise Aparecida Bunn, peça importante pois mantinha o fluxo de projetos para o núcleo de professores ligados ao LabGestão, além de exercer com o Coordenador Geral Gilberto de Oliveira Moritz a função de comando da equipe técnica do laboratório, recebendo remuneração elevada proveniente de projetos, além de “gratificações” sob forma disfarçada de contratos de trabalho com horários fictícios, e Roberto Moritz da Nova (sobrinho de Gilberto de Oliveira Moritz), braço operacional e financeiro do grupo, que controlava paralelamente as bolsas concedidas irregularmente no âmbito do sistema UAB/UFSC.



Foi verificado que no período de 2009 a 2017 Denise Bunn, cuja função no LabGestão seria a de coordenadora de produção de recursos educacionais, recebeu valores relativos a diversos contratos firmados com as fundações Fapeu, Feesc, Fepese e Funjab, sendo que desde 2011 algumas dessas contratações somadas atingiriam um regime de 60 horas semanais, supostamente executadas nos períodos da manhã, tarde e noite no laboratório. No entanto, esses contratos eram fictícios e pagos ilegalmente com recursos públicos como forma de premiação e gratificação referente a projetos por ela prospectados para o grupo. Como forma de ocultar essa gratificação eram firmados contratos de trabalho adicionais prevendo funções e escalas de trabalho fictícias.

Denise era pessoa-chave no LabGestão e, embora não tivesse autonomia para definir sua remuneração, interagiu como braço operacional, fazendo intercâmbio entre o LabGestão e as fundações, coordenadores de projetos, coordenadores do LabGestão (Gilberto Moritz e Alexandre Marino da Costa) e por eles era definida sua remuneração e gratificações.

Foi constatado também que para ocultar uma “gratificação” concedida por Gilberto Moritz a Denise foi utilizada a pessoa de Leandro Silva Coelho (marido de Denise), que supostamente teria realizado um serviço de técnico em informática, recebendo a importância líquida de R\$ 4.000,01 pela Fepese, lançado à conta do projeto 61/2013 (“O Saber para Conquistar um Lugar”) coordenado por Gilberto Moritz. Pelas conversas de whatsapp encontradas no computador de Denise Aparecida Bunn, constatou-se que seu companheiro Leandro emprestou sua conta pessoal para recebimento do suposto serviço nunca prestado.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Rogério da Silva Nunes e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017

Leandro da Silva Coelho foi denunciado também por peculato.

8. Peculato – art. 312 do Código Penal – constituição da empresa R&A Serviços Gráficos

A empresa R&A Serviços Gráficos, em nome de Andreza de Moraes (esposa de Roberto Moritz da Nova) e registrada no endereço de uma antiga funcionária da Fepese a pedido de Roberto Moritz da Nova (onde nunca funcionou), foi aberta com o objetivo de recebimento de valores públicos, sendo localizadas pela CGU evidências do uso ilegal da pessoa jurídica R&A com a finalidade de apropriar-se de recursos públicos via emissão de notas fiscais por serviços não prestados e também para realizar pagamentos a terceiros, inclusive sem vínculo com o sistema UAB, sendo distribuídos recursos segundo os interesses do grupo com ocultação e dissimulação de transações bancárias.

Pouco mais de um mês depois da abertura formal da empresa, foi cadastrada junto ao Banco do Brasil para liberação de transferência de valores, DOC ou TED, acima do limite diário estabelecido pelo banco, para uma conta-corrente de titularidade de Gilberto de Oliveira Moritz.

As movimentações financeiras identificadas na denúncia constituem provas robustas de que as contas bancárias da empresa R&A Serviços Gráficos e de Andreza de Moraes (pessoa física), companheira de Roberto Moritz da Nova eram utilizadas para receber recursos desviados de bolsas **Capes** e/ou de verbas de custeio, destinando-os como bem entendessem, apropriando-se dos recursos e/ou repassando-os para outrem (com ou sem vínculo com o UAB/UFSC), em uma prática reiterada de peculato, lavagem de dinheiro e fraude à instituição de direito público, no contexto de uma organização criminosa estruturada e ramificada na UFSC, com divisão de tarefas e hierarquia, na qual Roberto Moritz da Nova era operador e beneficiário de fraudes, tanto em contratos de prestação de serviço quanto no recebimento e repasse de bolsas irregularmente.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Dalmau, Maurício Fernandes Pereira, Alexandre Marino Costa, Rogério da Silva Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

Período: de 2012 a 2017

9. Peculato – art. 312 do Código Penal – simulação de bolsas para suposta compra de equipamentos

Foram pagas quatro bolsas simuladas de R\$ 1.300,00 para André Luis da Silva Leite, para Eduardo Lobo e para Gabriela Gonçalves Silveira Fiates, totalizando R\$ 15.600,00, do Projeto 379/2007/Curso de Graduação em Administração (Contrato UFSC 646/2007), coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz, cujo valor total foi repassado à empresa Sergio Longino Grah Epp para a aquisição de 12 computadores para o setor de tutoria do curso de EaD.

Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, André Luis da Silva Leite, Eduardo Lobo e Gabriela Gonçalves Silveira Fiates

Período: 21 de maio de 2013

10. Inserção de dados falsos em sistemas de informações e violação de sigilo funcional – artigos 325, §1º, incisos I e II e §2º c/c artigo 313-A, todos do Código Penal – concessão de senhas e sistema paralelo de controle do pagamento de bolsas

Foi constatada a inserção de dados falsos no sistema de gerenciamento de bolsas da **Capes** objetivando a obtenção de vantagem indevida para os integrantes do grupo criminoso e para terceiros, por meio de permissão ou facilitação mediante fornecimento e empréstimo de senhas por professores, dentre eles Rogério da Silva Nunes e Alexandre Marino da Costa, para Roberto Moritz da Nova.

A senha do Sistema de Gestão de Bolsas refere-se à gestão financeira, por meio da qual se verifica o saldo de bolsas, o período de cadastro e o histórico de pagamento de bolsas e se executam as verbas de bolsas destinadas pela **Capes** aos professores e tutores.

Além de depoimentos dos professores que cederam senhas, a existência de um controle paralelo de pagamento de bolsas gerenciado e alimentado por Roberto Moritz da Nova, braço operacional e financeiro do grupo, e coordenado por Gilberto de Oliveira Moritz, confirmam o acesso ao sistema de concessão de bolsas da **Capes** por pessoa não

autorizada (no caso Roberto Moritz da Nova), sendo encontradas tabelas que registravam o pagamento a terceiros que nunca acessaram o sistema e de meia-bolsa, além de pagamentos a atividades diversas, destacando-se na aba “LabGestão e Outros” na tabela o fato de ao lado do nome de beneficiários de bolsas do UAB/UFSC conter a indicação de “para quem”, comprovando a simulação para ocultar os verdadeiros destinatários dos recursos.

Denunciados: Rogério da Silva Nunes, Alexandre Marino Costa e Roberto Moritz da Nova

Período: 2009 a 2017

11. Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (artigo 1º caput e §4º da Lei nº 9.613/98) – Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Lopez Dalmau, Rogério da Silva Nunes, Alexandre Marinho da Costa, Maurício Fernandes Pereira, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

12. Lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98) – Denunciados: Eduardo Lobo e Leandro Silva Coelho

## COM A PALAVRA, AS DEFESAS

A reportagem está tentando localizar todos os citados. O espaço está aberto para manifestação ([julia.affonso@estadao.com](mailto:julia.affonso@estadao.com))

topo ↕

### AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

#### **MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou**

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - O Ministério Público Federal de Santa Catarina denunciou o professor universitário Mikhail Vieira Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) por participação em um suposto esquema de desvio de verbas federais de programas de educação à distância.

Mikhail, acusado de peculato, é filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC que se suicidou após ser preso pela Polícia Federal no âmbito da Operação Ouvidos Moucos. Em 2 de outubro de 2017, Cancellier se jogou do último andar de um shopping center de Florianópolis. Na ocasião ele não era acusado de desvios, mas sim de obstrução de justiça.

Sua prisão foi determinada pela juíza Janaína Cassol Machado, que saiu de licença um dia após a decisão, que aconteceu em 14 de setembro daquele ano. Um dia depois, a juíza Marjorie Cristina Freiberger, que substituiu Cassol, analisou o caso e decidiu soltá-lo imediatamente. Cassol é quem analisará se aceita a denúncia feita pelo procurador André Bertuol, que assina a acusação contra os professores e outros supostos envolvidos.

A prisão de Cancellier em 2017 foi uma solicitação da delegada Erika Mialik Marena, responsável pela Ouvidos Moucos e que, antes da delegacia de Florianópolis, chefiou a Lava Jato, em Curitiba. Erika saiu do caso após o suicídio do reitor, transferida para Sergipe.



O seu substituto, o delegado Nelson Napp, foi responsável pelo relatório final da operação. Napp disse que Cancellier só não foi indiciado porque havia morrido e aponta seu filho como um dos beneficiados pela suposta quadrilha.

A conclusão de Napp sobre a participação de Mikhail Cancellier em um esquema de corrupção é baseada em transações financeiras que aconteceram entre agosto e outubro de 2013 e que totalizaram R\$ 7 mil.

O professor da UFSC Gilberto Moritz, amigo de Luiz Carlos Cancellier, fez as transferências para a conta de Mikhail naqueles meses. Cancellier não era reitor na ocasião, mas coordenava alguns projetos acadêmicos e Moritz era bolsista em pelo menos um deles. O delegado, então, associou uma coisa à outra.

"Comenta-se que os recursos transferidos para Gilberto Moritz foram oriundos do projeto Especialização Gestão Organizacional e Administração em RH (TJ), coordenado por Luiz Carlos Cancellier, sendo este o ordenador de despesa do referido projeto. Após o recebimento dos recursos, Gilberto Moritz transferiu para Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier (filho do ex-reitor Cancellier) o valor de R\$ 7.102", diz o relatório final da Polícia Federal.

O procurador André Bertuol não apresentou novas provas que incriminassem Mikhail, mas chegou à mesma conclusão do delegado de que ele teria se beneficiado de um suposto esquema.

"Valendo-se das facilidades proporcionadas pela fragilidade das rotinas de controle e transparência da UFSC e Fundações de Apoio, desviou em proveito próprio e alheio valores recebidos da Funjab [Fundação José Arthur Boiteux], ao receber uma bolsa simulada que seu pai, Cancellier, concedeu ao também denunciado Moritz."

Segundo o MPF, Cancellier teria repassado R\$ 7.102 para Moritz por meio da Funjab "a título de bolsas por suposta prestação de serviços". Dias depois, Moritz teria repassado o mesmo valor para Mikhail, o que configuraria uma "simulação de bolsas sem a devida contraprestação".

O procurador não aponta uma prova de que a bolsa foi simulada ou de que o dinheiro era originário dela.

Em depoimento, Mikhail disse não saber os motivos da transferência e afirmou não ter relação acadêmica ou comercial com Moritz. Na época das transações financeiras, ele tinha 25 anos e era ajudado financeiramente pelo pai.

Os fatos investigados pela Polícia Federal aconteceram de 2008 a 2017. Cancellier assumiu o cargo em maio de 2016, mas é o único reitor acusado tanto pela PF quanto pela Procuradoria. Seus antecessores nesse período, Alvaro Toubes Prata (2008 a 2012) e Roselane Neckel (2012 a 2016), não são alvos.

Para o MPF, a "incapacidade de manifestação" do filho de Cancellier sobre as transferências daria robustez à caracterização das manobras ilegais. Para comprovar sua tese, André Bertuol anexa uma ilustração com bonecos identificados como o ex-reitor Cancellier, seu filho Mikhail e Moritz, com três setas ligando os personagens

representando a triangulação financeira.

A delegada Erika Mialik Marena, que foi a responsável pela Ouvidos Mucos, hoje comanda o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), cargo que ocupa a convite do ministro da Justiça, Sergio Moro, com quem trabalhou na Lava Jato.

Em março de 2019 ela também foi nomeada para a função de conselheira no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão que ganhou notoriedade no final de 2018 após detectar movimentação bancária atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) em seu mandato como deputado estadual.

O advogado Edward Carvalho, representante de Mikhail, diz que a denúncia é um ataque à memória do pai.

"Quebraram seu sigilo bancário e o que encontraram foi aquilo, R\$ 7 mil de transferência em três meses. Ele já provou sua inocência durante o inquérito. Infelizmente agora vai ter que provar a inocência numa ação penal", afirma.

O MPF disse à reportagem que não fará manifestações adicionais em relação ao caso.

## ENTENDA O CASO DA UFSC

O que é a Ouvidos Mucos

Uma operação da Polícia Federal que investigava desvios de verba nas bolsas de estudo do programa de educação à distância da UFSC, concedidas pela **Capex** (do governo federal)

14.set.17 - Operação prende seis professores e o reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, por supostamente tentar atrapalhar investigação da corregedoria da UFSC (ele não era suspeito de corrupção). Quem pediu as prisões foi a delegada Erika Marena, ex-coordenadora da Lava Jato

15.set.17 - Juíza determina a soltura dos acusados, mas mantém decisão que os proíbe de frequentar a UFSC

2.out.17 - Cancellier se joga do 7º andar de um shopping de Florianópolis; "minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!", dizia o bilhete encontrado em seu bolso

nov.17 - Com a repercussão da morte, é aberta uma investigação interna na PF para apurar a conduta dos policiais no caso, sobretudo a de Erika Marena. A sindicância concluiu que não houve irregularidades

dez.17 - Erika Marena é transferida ao comando da Superintendência da PF de Sergipe, mas sua promoção só é efetivada em fev.18, por causa das dúvidas sobre sua conduta na Ouvidos Mucos

25.abr.18 - Polícia Federal envia relatório final da operação à Justiça Federal, indiciando 23 pessoas. Entre elas está Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor.

21.jun.2019 - Procurador André Bertuol, do MPF, denuncia Mikhail Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC, listando supostos crimes como peculato, inserção de dados falsos em sistemas de informações e violação de sigilo funcional.

topo ↕

## **DIREITO DESCOMPLICADO - TEMPO REAL**

### **MPF ajuíza ação civil pública por oferta ilegal de mestrado no Bico do Papagaio, região norte do Tocantins**

MPF ajuíza ação civil pública por oferta ilegal de mestrado no Bico do Papagaio, região norte do Tocantins

A Faculdade Integrada do Bico do Papagaio ofereceu, na cidade de Augustinópolis, cursos de mestrado profissional sem a devida autorização da **CAPES**

MPF ajuíza ação civil pública por oferta ilegal de mestrado no Bico do Papagaio, região norte do Tocantins

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Araguaína, apresentou ação civil pública contra a Fundação Educacional do Bico do Papagaio (FUNEB) e a Fundação Superior de Educação e Cultura Eirele, a primeira mantenedora e a segunda administradora da Faculdade Integrada do Bico do Papagaio (FABIC), por oferecerem curso de pós-graduação sem a devida autorização da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão ligado ao Ministério da Educação.

Durante o ano de 2015, a FABIC abriu seleção, efetuou matrícula e recebeu pagamentos para os mestrados profissionais em educação e saúde na cidade de Augustinópolis. Os cursos teriam duração de 30 meses e mensalidades de R\$ 1.200 e 1.400, além de outras taxas. Os cursos foram iniciados e aconteceram até que os alunos descobriram a falta de autorização, momento em que a FABIC os encerrou sem qualquer ressarcimento dos valores pagos pelos estudantes.

Diante dos danos morais e financeiros causados aos alunos, o MPF requer a concessão de tutela antecipada, para que a mantenedora e a administradora da Faculdade Integrada do Bico do Papagaio (FABIC) se abstenham, imediatamente, de lançar de novos editais, de iniciar processos seletivos, de abrir novas turmas ou de fazer funcionar, de qualquer forma, cursos superiores em nível de pós-graduação antes da prévia autorização pelo órgão competente do Ministério da Educação, sob pena de imposição de multa.

Além disso, o MPF requer que a Fundação Educacional do Bico do Papagaio (FUNEB) e o Instituto Superior de Educação e Cultura Eireli sejam condenados, de forma solidária, ao ressarcimento dos danos materiais e morais causados aos alunos.

Veja aqui a íntegra da ação civil pública (nº 1002860-23.2019.4.01.4301)

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Procuradoria recomenda que governo revogue orientação sobre educação domiciliar**



**Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos pediu aos conselheiros tutelares que não enquadrassem adeptos deste tipo de ensino em casos de abandono intelectual. Procuradoria diz que orientação vai contra legislação vigente.**

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão recomendou que a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, revogue imediatamente uma orientação sobre educação domiciliar enviada aos Conselhos Tutelares do país. O cumprimento deve ser imediato. O G1 entrou em contato com o ministério e aguarda posicionamento.

Projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar no Brasil prevê provas anuais e cadastro no MEC

No documento, o ministério pedia aos conselheiros que não enquadrassem crianças e adolescentes adeptos da educação domiciliar como em situação de abandono intelectual e que eles fossem excluídos da lista de evasão escolar.

A educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores assumem o processo de aprendizagem das crianças fora do ambiente escolar, ensinando a elas os conteúdos ou contratando professores particulares para isso.

No entanto, não há regras para a prática. A procuradoria entende que o ofício de Damare vai contra a legislação vigente: a Constituição garante o direito à educação; o Estatuto da Criança e do Adolescente define a obrigação de pais ou responsáveis de matricular o menor na rede de ensino; e a Lei de Diretrizes e Bases estabelece que a educação é escolar.

Para legalizar a educação domiciliar, seria necessário aprovar um projeto de lei sobre o tema.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou ao entendimento que, com a atual legislação, os pais não podem tirar filhos da escola para ensiná-los em casa. A maioria dos ministros admitiu que a prática poderá se tornar válida se for aprovada uma lei que permita avaliar não só o aprendizado, mas também a socialização do estudante educado em casa.

Em abril deste ano, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresentou um projeto de lei para regulamentar o método. O projeto ainda precisa tramitar pelo Congresso para entrar em vigor. Ele prevê provas anuais e cadastro no Ministério da Educação (MEC).

É neste contexto que a recomendação da procuradoria ocorre. A instituição considera que a ordem do ministério aos conselheiros "contraria frontalmente" a decisão do STF e que "atribui efeitos jurídicos a projeto de lei ainda não aprovado".

REVEJA - JORNAL HOJE - Damare Alves diz que educação domiciliar permite pais gerenciarem o conteúdo

Projeto de Lei

O projeto de lei com as regras que pretendem regulamentar a educação domiciliar no Brasil prevê provas anuais de certificação de aprendizagem e cadastro dos estudantes no Ministério da Educação (MEC).

O texto foi apresentado em abril e ainda precisa tramitar no Congresso para entrar em vigor. O objetivo, de acordo com o projeto, é assegurar "a isonomia de direitos entre os estudantes em educação escolar e os estudantes em educação domiciliar". Isso porque, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), as famílias e estudantes relatavam preconceito por serem adeptos desta modalidade.

Confira os principais pontos:

Garante aos pais a liberdade de optar entre a educação escolar ou domiciliar

Exige o cadastro obrigatório dos estudantes em uma plataforma do Ministério da Educação

O MEC fará análise e aprovação do cadastro

Para se cadastrar no MEC, os pais precisam apresentar certidão com antecedentes criminais e a carteira de vacinação atualizada

Os estudantes precisarão fazer provas anuais de avaliação da aprendizagem.

Se as crianças forem reprovadas por dois anos seguidos, ou três anos não consecutivos, os pais perderão o direito de educar os filhos nesta modalidade

É preciso apresentar um plano pedagógico individual proposto por pais ou responsáveis legais

Os pais ou os responsáveis legais deverão manter registro periódico das atividades pedagógicas do estudante

As críticas mais comuns ao método são sobre a possibilidade de a criança ter uma socialização mais restrita e não ter acesso a outras formas de ver o mundo. Outras dizem respeito à proteção dos menores, já que a escola geralmente identifica violências praticadas dentro de casa contra as crianças.

[topo](#)

## **GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL**

### **Alunos descobrem falta de autorização e oferta ilegal de mestrados é alvo de ação no TO**

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Araguaína, apresentou ação civil pública contra a Fundação Educacional do Bico do Papagaio (FUNEB) e o Grupo Superior Educacional Vanguard, a primeira mantenedora e o segundo administradora da Faculdade Integrada do Bico do Papagaio (FABIC), por oferecerem curso de pós-graduação sem a devida autorização da **Capes(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão ligado ao Ministério da Educação.

Durante o ano de 2015, a FABIC abriu seleção, efetuou matrícula e recebeu pagamentos para os mestrados profissionais em educação e saúde na cidade de Augustinópolis. Os cursos teriam duração de 30 meses e mensalidades de R\$ 1.200 e 1.400, além de outras taxas. Os cursos foram iniciados e aconteceram até que os alunos descobriram a falta de autorização, momento em que a FABIC os encerrou sem qualquer ressarcimento dos valores pagos pelos estudantes.

Diante dos danos morais e financeiros causados aos alunos, o MPF requer a concessão de tutela antecipada, para que a mantenedora e a administradora da Faculdade Integrada do Bico do Papagaio (FABIC) se abstenham, imediatamente, de lançar de novos editais, de iniciar processos seletivos, de abrir novas turmas ou de fazer funcionar, de qualquer

forma, cursos superiores em nível de pós-graduação antes da prévia autorização pelo órgão competente do Ministério da Educação, sob pena de imposição de multa.

Além disso, o MPF requer que a Fundação Educacional do Bico do Papagaio (FUNEB) e o Grupo Superior Educacional Vanguard sejam condenados, de forma solidária, ao ressarcimento dos danos materiais e morais causados aos alunos.

Veja aqui a íntegra da ação civil pública (nº 1002860-23.2019.4.01.4301).

topo ↕

## OCP NEWS - TEMPO REAL

### **MPF denuncia professor filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou após operação Ouvidos Mucos**

O Ministério Público Federal em Santa Catarina, divulgou no fim da tarde de quinta-feira (11) a denúncia referente a Operação Ouvidos Mucos, que investiga desvio de recursos públicos destinados aos cursos de ensino a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entre os citados está o professor universitário Mikhail Vieira Cancellier e mais 12 pessoas ligadas à UFSC por envolvimento em um suposto esquema de desvios de verbas federais em programas de educação à distância.

Mikhail é filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC que se matou depois de ser preso pela PF no âmbito da Operação Ouvidos Mucos, em 2017. O procurador da República André Stefani Bertuol, que assina a denúncia, informou que o prazo transcorrido desde a conclusão do inquérito, empregado na análise do caso, deveu-se à complexidade dos fatos e a uma sobrecarga histórica do Núcleo de Combate à Corrupção do MPF em Santa Catarina, amenizada no começo de 2019 com a chegada de um novo integrante ao grupo, em razão da regionalização de competências na Justiça Federal e do Ministério Público Federal, permitindo assim concluir esta etapa da análise.

A investigação da Polícia Federal se restringiu ao pagamento de bolsas (com principal foco no curso de Administração) e despesas com locação de veículos com motorista, não se estendendo à totalidade dos recursos executados pela UFSC no ensino a distância. Foram identificadas duas organizações criminosas distintas, a partir do Relatório Final da Polícia Federal. A primeira se refere a ilícitos criminais no pagamento de bolsas e custeio dos cursos a distância vinculados ao curso de Administração da UFSC, o que motivou a denúncia. A segunda organização criminosa, ligada à locação de veículos, deve ter denúncia ajuizada em breve.

A denúncia na íntegra está disponível no site do MPF.

#### Relembre o caso

A apuração no Ministério Público Federal (MPF) começou em 30/1/2014 a partir de representação que relatava possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais recebidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) referentes ao Ensino a Distância (EaD), ligado ao curso de licenciatura em Física. A representação foi remetida à Controladoria Geral da União (CGU) em Santa Catarina, sendo elaborado o Relatório de Demandas Externas nº 201407738, que apurou o desvio de verba pública federal no âmbito do programa de educação a distância no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), inicialmente no curso de Física, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa



Com base nas constatações da CGU o MPF encaminhou o Procedimento Investigatório à Polícia Federal, que instaurou o Inquérito Policial nº 5018469-32.2016.4.04.7200 para investigação inicial do crime de peculato e outros. As investigações se expandiram e revelaram um esquema criminoso muito mais amplo e arraigado na UFSC, uma vez que as vulnerabilidades nos controles de verbas do EaD eram aproveitadas por outros cursos além do de licenciatura em Física, notadamente o de Ciências da Administração, que concentrava o maior volume de recursos disponíveis para o Programa.

Assim como a CGU, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou paralelamente que o programa UAB da UFSC era parcialmente executado por fundações de apoio e com baixa transparência na realização das despesas, tendo em vista que os valores aplicados pelas Fundações de Apoio (FAP) não podem ser identificados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e as prestações de contas disponibilizadas por essas fundações em seus sítios eletrônicos não demonstram a destinação integral dos recursos geridos. O objeto de investigação do TCU foi o Contrato 164/2014, tratado como Projeto 178/2014 na Fapeu e que teve como objetivo a prestação de serviços de apoio administrativo e financeiro para a execução de despesas de custeio do EaD nos cursos de Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB (recursos de custeio).

Os crimes cometidos por essa organização criminosa, conforme a denúncia do MPF:

1. Peculato – art. 312 do Código Penal – Concessão e pagamento de bolsas pela **Capes** a pessoas não vinculadas à execução do objeto pactuado no valor total de R\$ 3.197.310,00
2. Peculato – art. 312 do Código Penal – Concessão/Pagamento irregular de bolsas pelas IFES ou Fundações de Apoio
3. Peculato – art. 312 do Código Penal – Acumulação indevida de bolsas no Sistema UAB no valor de R\$ 140.670,00
4. Peculato – art. 312 do Código Penal – bolsas pagas em valor superior ao limite estabelecido
5. Peculato - art. 312 do Código Penal - “Penca de Coordenadores” - concessão de bolsas pelo grupo ao próprio grupo sem contraprestação
6. Concussão – art. 316 do Código Penal – Cobrança de metade das bolsas

7. Peculato – art. 312 do Código Penal – apropriação de verbas públicas recebidas por meio de contratos de trabalho com jornadas fictícias

8. Peculato – art. 312 do Código Penal – constituição da empresa R&A Serviços Gráficos

9. Peculato – art. 312 do Código Penal – simulação de bolsas para suposta compra de equipamentos

10. Inserção de dados falsos em sistemas de informações e violação de sigilo funcional – artigos 325, §1º, incisos I e II e §2º c/c artigo 313-A, todos do Código Penal – concessão de senhas e sistema paralelo de controle do pagamento de bolsas

11. Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (artigo 1º caput e §4º da Lei nº 9.613/98) – Denunciados: Gilberto de Oliveira Moritz, Marcos Baptista Lopez Dalmau, Rogério da Silva Nunes, Alexandre Marinho da Costa, Maurício Fernandes Pereira, Roberto Moritz da Nova e Denise Aparecida Bunn

12. Lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98) - Denunciados: Eduardo Lobo e Leandro Silva Coelho

topo ↕

## **PIAÚ NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **IFPI lança editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica**

Estão abertas, até 31 de julho, as inscrições de três editais de estímulo à iniciação científica e à inovação tecnológica no Instituto Federal do Piauí.

Para concorrer à seleção, o pesquisador proponente deve ser professor efetivo do IFPI; possuir o título de doutor, ou perfil equivalente - RSC III (exigência do CNPq), emitido por programa de pós-graduação reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**; não estar afastado ou se encontrar em processo de afastamento de suas atividades, por qualquer motivo; não estar em atraso ou com pendências junto ao CNPq ou editais da PROPI cujos prazos para prestação de contas (processo físico e/ou no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP) já findaram; estar com Currículo Lattes atualizado nos últimos seis meses.

As inscrições serão feitas pela submissão de projeto através do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), no site do IFPI, onde os editais estão disponíveis na íntegra.

Os Programas são financiados com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e gerenciado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Piauí - IFPI.

Confira a lista de editais com inscrições abertas.

Edital nº 99, de 10/07/2019 – PIBIC-EM-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes do Ensino Médio.

Bolsas ofertadas: 7

Edital nº 100, de 10/07/2019 – PIBIC-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

Oferta de bolsas: 9

Edital nº 101, de 10/07/2019 – PIBITI-CNPq

Visa estimular estudantes, do ensino superior, ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

Oferta de bolsas: 4

Ifpi

[topo](#)

## **PORTAL DO AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL**

**Cientistas produzem compostos químicos de alto valor a partir de coproduto do biodiesel**

**Pesquisadores da Embrapa Agroenergia (DF) estão usando a glicerina gerada no processo de produção de biodiesel para obter compostos químicos valorizados pela indústria**

O coproduto é usado por microrganismos como fonte de carbono para a produção de ácidos orgânicos e outras substâncias (polióis, dióis e cetonas) que podem ser vendidas para indústrias farmacêuticas, alimentícias, cosméticas e químicas. Isso significa que, com o aproveitamento desse coproduto, a indústria poderá lucrar entre dez e 100 vezes mais do que comercializar a glicerina bruta, a depender do composto químico produzido e para qual finalidade.



Trata-se de um destino mais nobre e uma forma de valorizar a glicerina, que costuma ser vendida em sua forma bruta ou purificada, ou ainda queimada nas próprias usinas de biodiesel para gerar energia. A glicerina é gerada na produção do biodiesel e provém da mistura de um álcool com um óleo vegetal ou gordura animal, reação que é acelerada com a adição de um catalisador químico para formar o combustível. Dessa reação surge um volume composto aproximadamente de 90% de biodiesel e 10% de glicerina.

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2018 foram produzidos mais de 5,3 milhões de metros cúbicos de biodiesel.

O projeto de pesquisa teve duração de quatro anos e obteve bons resultados ao avaliar gliceras oriundas do biodiesel fabricado a partir de soja e dendê. “Conseguimos mostrar que esses processos de bioconversão são viáveis tecnicamente e que é possível produzir compostos químicos de interesse comercial a partir da glicerina bruta com um rendimento igual ou até mesmo superior ao obtido com a glicerina pura”, destaca a pesquisadora da Embrapa Agroenergia Mônica Damaso, que coordenou os trabalhos. Com o projeto, foi possível selecionar microrganismos que conseguem utilizar a glicerina bruta e convertê-la em diferentes compostos químicos. “Vários microrganismos podem ser utilizados no processo, como bactérias, leveduras ou fungos filamentosos”, informa a pesquisadora.

## Projeto Bioglic

Os trabalhos de pesquisa fizeram parte do projeto Bioglic - Aproveitamento da glicerina coproduto da produção de biodiesel para obtenção de químicos visando agregar valor à cadeia produtiva do dendê. Além da Embrapa Agroenergia, participam pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental (AM) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**

## Em busca de parceiros

Damaso conta que a próxima etapa do projeto envolve a busca de parcerias com a iniciativa privada. Com isso, os pesquisadores querem aumentar a escala de produção dos compostos químicos para uma etapa em biorreator em bancada. Segundo Mônica Damaso, posteriormente, pretende-se fazer testes para obtenção desses compostos químicos em escala-piloto, que futuramente possam ser produzidos comercialmente por empresas parceiras.

A pesquisa se fundamentou em três pilares: seleção de microrganismos, métodos analíticos para identificação e quantificação dos compostos e processos de biotransformação da matéria-prima nos compostos químicos.

O primeiro grupo envolve a seleção de microrganismos, sejam aqueles isolados da natureza durante o projeto ou os já pertencentes à coleção da Embrapa Agroenergia. Eles são avaliados quanto à capacidade de produção dos compostos químicos de interesse a partir da glicerina.

Como uma grande quantidade de compostos é gerada, é fundamental o desenvolvimento de métodos rápidos e sensíveis para identificar esses produtos e quantificar o nível de

produção. Os pesquisadores conseguiram elaborar um método capaz de aumentar em doze vezes a velocidade de identificação dos compostos.

No início do projeto, apenas 24 amostras eram analisadas por dia. No fim dos trabalhos já era possível analisar 288. Isso se tornou possível porque o método - que era totalmente manual para as etapas de injeção, calibração e limpeza - tornou-se totalmente automatizado.

Em relação à quantificação dos compostos químicos, foram desenvolvidos dois métodos. Um possibilita identificar e quantificar até dez ácidos orgânicos e o outro, até 11 polióis em apenas 20 minutos.

“É importante desenvolver novos métodos capazes de processar uma quantidade maior de amostras em menor tempo justamente pela economia de tempo dos equipamentos e diminuição dos resíduos gerados durante o processamento dessas amostras. Além de serem mais rápidos, os métodos criados são mais ecológicos, gerando menor impacto para o meio ambiente”, explica o analista da Embrapa José Antônio Ribeiro.

No processo de produção por biotransformação da glicerina, são estudados os fatores que aumentam o rendimento da produção dos compostos químicos de valor agregado. “Conseguimos produzir alguns compostos utilizando glicerina bruta, seja a comercial produzida no Brasil, que utiliza 75% de soja, ou também a produzida a partir do dendê, que era a biomassa foco do projeto”, revela Damaso.

topo ↕

## **SÃO CARLOS AGORA - tempo real**

### **Encontro internacional reunirá pesquisadores e estudiosos da álgebra comutativa em São Carlos**

Referência mundial nos estudos da álgebra comutativa, os professores Sylvia e Roger Wiegand, da Universidade de Nebraska-Lincoln, dos Estados Unidos, serão homenageados na segunda edição do International Meeting in Commutative Algebra and its Related Areas (IMCARA). O evento acontecerá no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, de 22 a 26 de julho.

O encontro tem como objetivo contribuir para a formação de mais pesquisadores nesta área do conhecimento no Brasil e na América Latina, criando uma atmosfera oportuna de cooperação. As atividades acontecerão no auditório Fernão Stella de Rodrigues Germano, no bloco 6 do ICMC. Está prevista a realização de três minicursos, uma sessão de pôsteres e de 12 plenárias, sendo uma delas ministrada pelo homenageado da primeira edição, o professor emérito Aron Simis, da Universidade Federal de Pernambuco.

As inscrições podem ser realizadas até o primeiro dia do evento via este formulário eletrônico: [icmc.usp.br/e/f750b](http://icmc.usp.br/e/f750b). A taxa de inscrição varia de US\$ 150 (para pesquisadores estrangeiros) até R\$ 85 (para estudantes de graduação brasileiros). Para conferir os valores exatos, acesse o site do evento: [simcara.wixsite.com/2imcara](http://simcara.wixsite.com/2imcara).

**OS HOMENAGEADOS** – A homenagem é um reconhecimento às pesquisas na área de álgebra comutativa realizadas pelos professores Sylvia e Roger. Os dois têm contribuições significativas para o crescimento do Grupo de Álgebra Comutativa do ICMC. “Por exemplo, recentemente Roger, Sylvia e eu estamos desenvolvendo projetos

de pesquisa em conjunto”, ressaltou o professor Victor Hugo Jorge Pérez, um dos coordenadores do evento.

Filha e neta de matemáticos, Sylvia é professora emérita da Universidade de Nebraska-Lincoln, autora de 53 artigos e tem mais de 300 citações. Trabalhou na edição de renomados periódicos internacionais e faz parte da publicação Notable Women in Mathematics: A Biographical Dictionary, além de ter presidido a Association for Women in Mathematics entre 1997 e 2000. Com atuação constante em prol da representatividade das mulheres na matemática, ela foi agraciada com o prêmio University of Nebraska’s Outstanding Contribution to the Status of Women Award, em 2000.

Também professor emérito da Universidade de Nebraska-Lincoln, Roger é citado em mais de 900 publicações, além de ser autor de 82 artigos e coautor, com seu aluno Graham Leuschke, do livro Cohen-Macaulay Representation, publicado pela American Mathematical Society em 2012. Editor associado do Journal of Commutative Algebra, é colaborador da Simons Foundation, organização voltada para a pesquisa avançada em matemática e ciências básicas.

O Encontro Internacional de Álgebra Comutativa e Áreas Correlatas (IMCARA 2019) tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Matemática (INCTMat) e do departamento de Ciências Matemáticas do Instituto Politécnico de Turim (Politecnico di Torino).

topo ↕

## **ZERO HORA - RS - TEMPO REAL**

### **MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou**

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - O Ministério Público Federal de Santa Catarina denunciou o professor universitário Mikhail Vieira Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) por participação em um suposto esquema de desvio de verbas federais de programas de educação à distância.

Mikhail, acusado de peculato, é filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC que se suicidou após ser preso pela Polícia Federal no âmbito da Operação Ouvidos Moucos. Em 2 de outubro de 2017, Cancellier se jogou do último andar de um shopping center de Florianópolis. Na ocasião ele não era acusado de desvios, mas sim de obstrução de justiça.

Sua prisão foi determinada pela juíza Janaína Cassol Machado, que saiu de licença um dia após a decisão, que aconteceu em 14 de setembro daquele ano. Um dia depois, a juíza Marjorie Cristina Freiberger, que substituiu Cassol, analisou o caso e decidiu soltá-lo imediatamente. Cassol é quem analisará se aceita a denúncia feita pelo procurador André Bertuol, que assina a acusação contra os professores e outros supostos envolvidos.

A prisão de Cancellier em 2017 foi uma solicitação da delegada Erika Mialik Marena, responsável pela Ouvidos Moucos e que, antes da delegacia de Florianópolis, chefiou a Lava Jato, em Curitiba. Erika saiu do caso após o suicídio do reitor, transferida para



Sergipe.

O seu substituto, o delegado Nelson Napp, foi responsável pelo relatório final da operação. Napp disse que Cancellier só não foi indiciado porque havia morrido e aponta seu filho como um dos beneficiados pela suposta quadrilha.

A conclusão de Napp sobre a participação de Mikhail Cancellier em um esquema de corrupção é baseada em transações financeiras que aconteceram entre agosto e outubro de 2013 e que totalizaram R\$ 7 mil.

O professor da UFSC Gilberto Moritz, amigo de Luiz Carlos Cancellier, fez as transferências para a conta de Mikhail naqueles meses. Cancellier não era reitor na ocasião, mas coordenava alguns projetos acadêmicos e Moritz era bolsista em pelo menos um deles. O delegado, então, associou uma coisa à outra.

"Comenta-se que os recursos transferidos para Gilberto Moritz foram oriundos do projeto Especialização Gestão Organizacional e Administração em RH (TJ), coordenado por Luiz Carlos Cancellier, sendo este o ordenador de despesa do referido projeto. Após o recebimento dos recursos, Gilberto Moritz transferiu para Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier (filho do ex-reitor Cancellier) o valor de R\$ 7.102", diz o relatório final da Polícia Federal.

O procurador André Bertuol não apresentou novas provas que incriminassem Mikhail, mas chegou à mesma conclusão do delegado de que ele teria se beneficiado de um suposto esquema.

"Valendo-se das facilidades proporcionadas pela fragilidade das rotinas de controle e transparência da UFSC e Fundações de Apoio, desviou em proveito próprio e alheio valores recebidos da Funjab [Fundação José Arthur Boiteux], ao receber uma bolsa simulada que seu pai, Cancellier, concedeu ao também denunciado Moritz."

Segundo o MPF, Cancellier teria repassado R\$ 7.102 para Moritz por meio da Funjab "a título de bolsas por suposta prestação de serviços". Dias depois, Moritz teria repassado o mesmo valor para Mikhail, o que configuraria uma "simulação de bolsas sem a devida contraprestação".

O procurador não aponta uma prova de que a bolsa foi simulada ou de que o dinheiro era originário dela.

Em depoimento, Mikhail disse não saber os motivos da transferência e afirmou não ter relação acadêmica ou comercial com Moritz. Na época das transações financeiras, ele tinha 25 anos e era ajudado financeiramente pelo pai.

Os fatos investigados pela Polícia Federal aconteceram de 2008 a 2017. Cancellier assumiu o cargo em maio de 2016, mas é o único reitor acusado tanto pela PF quanto pela Procuradoria. Seus antecessores nesse período, Alvaro Toubes Prata (2008 a 2012) e Roselane Neckel (2012 a 2016), não são alvos.

Para o MPF, a "incapacidade de manifestação" do filho de Cancellier sobre as transferências daria robustez à caracterização das manobras ilegais. Para comprovar sua

tese, André Bertuol anexa uma ilustração com bonecos identificados como o ex-reitor Cancellier, seu filho Mikhail e Moritz, com três setas ligando os personagens representando a triangulação financeira.

A delegada Erika Mialik Marena, que foi a responsável pela Ouvidos Mucos, hoje comanda o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), cargo que ocupa a convite do ministro da Justiça, Sergio Moro, com quem trabalhou na Lava Jato.

Em março de 2019 ela também foi nomeada para a função de conselheira no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão que ganhou notoriedade no final de 2018 após detectar movimentação bancária atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) em seu mandato como deputado estadual.

O advogado Edward Carvalho, representante de Mikhail, diz que a denúncia é um ataque à memória do pai.

"Quebraram seu sigilo bancário e o que encontraram foi aquilo, R\$ 7 mil de transferência em três meses. Ele já provou sua inocência durante o inquérito. Infelizmente agora vai ter que provar a inocência numa ação penal", afirma.

O MPF disse à reportagem que não fará manifestações adicionais em relação ao caso.

## ENTENDA O CASO DA UFSC

### O que é a Ouvidos Mucos

Uma operação da Polícia Federal que investigava desvios de verba nas bolsas de estudo do programa de educação à distância da UFSC, concedidas pela **Capes** (do governo federal)

14.set.17 - Operação prende seis professores e o reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, por supostamente tentar atrapalhar investigação da corregedoria da UFSC (ele não era suspeito de corrupção). Quem pediu as prisões foi a delegada Erika Marena, ex-coordenadora da Lava Jato

15.set.17 - Juíza determina a soltura dos acusados, mas mantém decisão que os proíbe de frequentar a UFSC

2.out.17 - Cancellier se joga do 7º andar de um shopping de Florianópolis; "minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!", dizia o bilhete encontrado em seu bolso

nov.17 - Com a repercussão da morte, é aberta uma investigação interna na PF para apurar a conduta dos policiais no caso, sobretudo a de Erika Marena. A sindicância concluiu que não houve irregularidades

dez.17 - Erika Marena é transferida ao comando da Superintendência da PF de Sergipe, mas sua promoção só é efetivada em fev.18, por causa das dúvidas sobre sua conduta na

## Ouvidos Mucos

25.abr.18 - Polícia Federal envia relatório final da operação à Justiça Federal, indiciando 23 pessoas. Entre elas está Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor.

21.jun.2019 - Procurador André Bertuol, do MPF, denuncia Mikhail Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC, listando supostos crimes como peculato, inserção de dados falsos em sistemas de informações e violação de sigilo funcional.

### **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO**

#### **O MEC nas mãos de um moleque fanfarrão**

Enquanto as políticas educacionais padecem sob os efeitos da EC 95/16 (novo regime fiscal) e do severo contingenciamento imposto pelo governo Bolsonaro ao orçamento da educação, o ministro Abraham Weintraub segue demonstrando que não tem competência nem tampouco seriedade para exercer a função de Ministro de Estado da Educação. Escolhido por sua larga experiência no mercado financeiro e por sua falta de vergonha na cara para defender o indefensável, Weintraub parece disputar o título de pior ministro da Educação da Nova República com seu antecessor, Véliz Rodríguez. Não podemos dizer sequer que temos um ministro da Educação. Temos no máximo um Youtuber de péssima qualidade, dedicado à verbosidade nas redes sociais para conquistar alguns minutos de fama e mobilizar seus semelhantes.

Os números nos dão a dimensão do tamanho da tragédia que está sendo materializada na área da educação. Inicialmente, o contingenciamento de recursos promovido pelo governo Bolsonaro na educação foi de mais de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões da educação básica, R\$ 2,2 bilhões das universidades federais, R\$ 1 bilhão dos institutos federais de educação, R\$ 175 milhões dos hospitais universitários, R\$ 1,1 bilhão do FIES e R\$ 813 milhões da **CAPES**, conforme demonstra estudo elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições federais de Ensino Superior (Andifes).

Após universidades públicas e institutos federais de educação demonstrarem que não teriam recursos sequer para pagar as contas de água e energia elétrica a partir do segundo semestre, e após milhares de estudantes e educadores ocuparem as praças e avenidas do país em defesa da educação pública, o governo Bolsonaro recuou e usou a reserva orçamentária para recompor R\$ 1,5 bilhão do orçamento da educação, o que é insuficiente para garantir a perenidade das políticas educacionais. Para amenizar essa tragédia, a oposição atuou no sentido de garantir, durante a tramitação do PLN 04/2019, uma suplementação orçamentária de R\$ 1 bilhão para as universidades federais e de R\$ 330 milhões para bolsas de pesquisa, mas essa suplementação também se revela absolutamente insuficiente.

No momento em que o Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado por unanimidade no Congresso Nacional e sancionado sem vetos pela então presidenta Dilma Rousseff, completa 5 anos de vigência, estamos testemunhando ameaças concretas à manutenção das instituições federais de ensino; agressões severas à autonomia universitária; seleção e nomeação de reitores ideologicamente alinhados ao governo federal, em detrimento da democracia interna das instituições de ensino; bloqueio de mais de 6 mil bolsas de pós-graduação da Capes; tentativas de interdição da liberdade de ensino e aprendizagem, com patrulhamento ideológico e perseguição de educadores; instituição de comissão para inspecionar e censurar questões do Enem;



descontinuidade e/ou desidratação orçamentária de programas importantes, da educação básica à educação superior, como o Mais Educação e o Ciência sem Fronteiras; fomento à militarização das escolas de educação básica; incentivo à desescolarização via regulamentação da educação domiciliar; ataques à aposentadoria especial do magistério da educação básica, via reforma da previdência; e o descarte desavergonhado do Plano Nacional de Educação, que deveria nortear as políticas educacionais entre 2014 e 2024.

Simultaneamente, Abraham Weintraub se comporta como um moleque fanfarrão, e nunca como Ministro de Estado da Educação. Ao fazer piada com um grave episódio de tráfico internacional de drogas envolvendo um militar da FAB e um avião da comitiva presidencial à véspera da reunião de cúpula do G-20, de modo a tentar agredir a imagem da ex-presidenta Dilma e do ex-presidente Lula, que tanto fizeram pela educação brasileira, Weintraub revelou mais uma vez seu despreparo e sua insensatez.

Seria razoável que a sociedade brasileira reivindicasse a sua demissão, mas na atual conjuntura sabemos que a demissão de Weintraub, assim como ocorreu com a demissão de Vélaz Rodríguez, não seria acompanhada da nomeação de alguém realmente apto a assumir o comando do Ministério da Educação, uma vez que o responsável pelas nomeações, o presidente Jair Bolsonaro, é justamente aquele que inspira molecagem e fanfarronice.

Resta-nos, portanto, dar continuidade às mobilizações populares que levaram milhões de estudantes e educadores às praças e avenidas do país nos dias 15 e 30 de maio, em defesa da educação pública, gratuita, integral, democrática, desmilitarizada, laica e de qualidade social.

Somente a permanente mobilização da sociedade pode frear o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na área da educação, derrotar a reforma da Previdência, interromper a privatização do patrimônio nacional e abrir caminho para um novo período de avanços e conquistas democráticas.

\* Líder do PT no Senado Federal

topo ↕

## **EXTRA - RJ - BRASIL**

### **MEC vai implantar 108 escolas militares no país**

O governo federal apresentou ontem um plano mais detalhado para a educação do país. De acordo com o “Compromisso Nacional pela Educação Básica”, o Ministério da Educação (MEC) vai implementar 108 escolas “cívico militares” no Brasil até 2023. A proposta traz ainda iniciativas voltadas para a expansão do ensino em tempo integral, do técnico, a possibilidade de construção de creches, e a expansão da conectividade nas escolas brasileiras.

No total, as iniciativas preveem investimentos de cerca de R\$500 milhões já neste ano. Especialistas na área afirmam que há aspectos positivos na proposta, mas criticam o fato de o governo priorizar a implementação de escolas cívico-militares em detrimento de outras questões mais urgentes, como a valorização de professores.

O anúncio foi feito na manhã de ontem, durante a divulgação de um compromisso firmado entre o MEC e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

topo ↗

## JORNAL DO COMÉRCIO - RS - OPINIÃO

### Educação, crescimento e igualdade

As reformas que impulsionarão o crescimento também reduzirão pobreza e desigualdade. A educação tem papel central, por seu impacto na produtividade e na igualdade de oportunidade.

Houve forte aumento das despesas com educação desde o início do século. A despesa não financeira do MEC na função educação mais que triplicou em termos reais, de R\$ 31 bilhões em 2004 para R\$ 111 bilhões em 2018 (em valores de 2018). Um aumento de 7,1% ao ano!

Some-se a isso o subsídio nos financiamentos do Fies, que chegou a R\$ 11,4 bilhões em 2016.

No ensino básico, entre o Fundef em 2000 e o Fundeb em 2018, a despesa por aluno cresceu 129% em termos reais, passando de R\$ 1.700 para R\$ 3.900 (sempre em valores de 2018).

A despeito do aumento dos gastos, os indicadores do Ideb estão estagnados desde 2005, à exceção do 5º ano do fundamental. A despesa do Brasil por aluno (em dólares, considerando a paridade de poder de compra) é maior que a de Chile, México e Turquia. Mas nossos resultados no exame Pisa são bem inferiores aos desses países. Indonésia e Colômbia têm notas similares às nossas, gastando menos.

O dinheiro não está sendo bem aplicado. Precisamos mudar o foco, que hoje está em aumentar insumos (mais dinheiro) para o resultado (melhorar o processo educacional, dadas as verbas existentes).

O espaço para melhorar é enorme. A começar por rever a prioridade que foi dada ao ensino superior. Estudo do Banco Mundial ("Um Ajuste Justo", 2017) mostra que, nas universidades públicas, é possível obter os mesmos resultados atuais com a metade dos gastos.

Esse modelo ineficiente, em vez de reformado, foi fortemente ampliado. Entre 2003 e 2009, foram criadas 13 novas universidades. Dez escolas técnicas foram convertidas em 36 institutos federais, que passaram a também ofertar curso superior. O número de servidores públicos em universidades e institutos federais mais que duplicou: um aumento de 163 mil pessoas!

Não é sustentável. O ensino superior precisa buscar financiamento próprio e gestão eficiente. A prioridade deve se transferir para o ensino básico. Neste também há espaço para melhorar. O já citado estudo do Banco Mundial indica que na rede municipal, com a mesma despesa, os resultados podem melhorar 40% no ensino fundamental e 18% no médio.

Os especialistas já conhecem a agenda: qualificação e incentivos ao bom desempenho de professores, material didático padronizado e currículo mais atraente no ensino médio, entre outros.

Tendo em vista que o ensino básico é descentralizado para estados e municípios, a questão é como incentivá-los a implementar as melhores práticas.

O momento é propício. O Congresso está discutindo o novo Fundeb e um novo pacto federativo. Se as transferências para os estados e municípios passarem a incorporar um prêmio por melhoria de desempenho na educação, as boas experiências que já existem espalhadas pelo país serão copiadas e ampliadas.

A demografia também está favorável. O número de alunos está diminuindo, o que reduz custos. Grande contingente de professores mal formados está prestes a se aposentar, podendo ser substituído por nova geração treinada em novas bases e remunerada por desempenho.

Mas, se os sindicatos insistirem que "meritocracia é palavrão". Se a preferência for apenas por mais dinheiro, sem melhor gestão. Se a sociedade continuar a achar normal que o filho do patrão estude de graça na universidade pública, enquanto o filho da sua empregada doméstica se endivida no Fies... Aí será difícil.

Doutor em economia, autor de "Por que o Brasil cresce pouco?"

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO**

### **MEC quer divulgar boas práticas de professores**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes do País. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes. De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano. Segundo Mariana, para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. "Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não", disse Mariana, que participou de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e só 2,4% dos estudantes querem seguir a carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ESPECIAL**

### **Ensino, pesquisa e inovação atendem aos desafios da moderna gestão cooperativa**

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável das cooperativas por meio de soluções inovadoras e de excelência na aprendizagem e na pesquisa, nasceu a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo- E scoop. Nesse sentido, a história do cooperativismo ensina que a administração ideal das cooperativas se atinge pela educação e formação e, da mesma forma, o desempenho das atividades administrativas exigem sólido conhecimento teórico-prático, visando a atender os desafios da moderna gestão cooperativa. "A educação corporativa vem passando por mudanças drásticas e velozes.

O paradigma do longlife learning, em que a educação profissional é compreendida entre



os 18 e os 80 anos, exige das instituições de ensino cursos focados nas necessidades dos alunos e das instituições”, diz o diretor da Escoop, Mário de Conto. Segundo ele, o papel da faculdade é oferecer programas de ensino diferenciados para as cooperativas e desenvolver pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do cooperativismo. A Escoop atua na graduação, pós-graduação e extensão, especialmente na execução de cursos específicos conforme a demanda das cooperativas. “Um exemplo é o MBA em Auditoria e Contabilidade Cooperativa, um curso especificamente pensado para as demandas dos profissionais que atuam em cooperativas. Outro exemplo, são nossos MBAs em Gestão Estratégica do Agronegócio, que, em suas duas edições, contaram com módulos internacionais na Academia Alemã de Cooperativas. Essas iniciativas demonstram nossa importância ao propor soluções ajustadas às necessidades das cooperativas”, assegura.

O diretor destaca atividades orientadas à inovação nas cooperativas. “Estamos desenvolvendo missões técnicas ao Vale do Silício, nos Estados Unidos, focadas na inovação para os Ramos Saúde, Agropecuário e Crédito. Realizamos a missão do Ramo Saúde em maio e as demais ocorrerão em setembro. Nessa primeira experiência já estamos colhendo muitos resultados e desenhando o papel do Sescoop e da Escoop na aproximação das cooperativas do ecossistema de inovação”, diz. Entre os projetos de 2019 ele revela o início do Mestrado Profissional focado na Gestão de Cooperativas, executado em parceria com a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), e MBAs e cursos de Especialização específicos aos cooperados. “Na área da pesquisa, igualmente, tivemos a aprovação de projetos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e iniciamos com a execução de atividades alinhadas à inovação e à digitalização das cooperativas”, afirma.

topo ↕

## **O ESTADO - MS - BRASIL**

### **MEC pretende implantar 108 escolas cívico-militares**

O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. Essa é uma das ações previstas no Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado ontem (11), em Brasília. Ele reúne ações que estão sendo planejadas para serem implementadas até o fim do atual governo. Além das escolas militares, pretende-se dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022; conectar 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados; e ofertar cursos de ensino a distância para melhorar a formação de professores, até 2020, entre outras ações. O documento foi elaborado pelo MEC em conjunto com estados e municípios representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As ações são voltadas para a Educação Básica, período que compreende desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio. O plano de ação, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, visa dar mais protagonismo aos estados e municípios, seguindo o mote defendido pelo governo de menos Brasília e mais Brasil. “As ideias já existiam, precisava transformar a energia potencial em energia cinética”, disse. Segundo ele, o Brasil tem boas iniciativas e recursos que podem ser direcionados para melhorar a educação do país. A intenção, de acordo com o MEC, é tornar o Brasil referência em educação na América Latina até 2030. “Nós, como brasileiros, em essência, somos tão bons quanto qualquer país no mundo”, disse o ministro.

Escolas cívico-militares

Um dos destaques do Compromisso Nacional pela Educação Básica é a implementação

de escolas cívico-militares, pauta defendida desde a campanha do presidente Jair Bolsonaro. Neste ano, o MEC passou a contar inclusive com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A intenção é, de acordo com o plano apresentado nessa quinta-feira, implementar o modelo em 27 escolas, por ano, uma por unidade da Federação. A medida, segundo o MEC, deve atender a 108 mil alunos. Além das 27 novas escolas por ano, o MEC pretende fortalecer 28 escolas cívico-militares por ano, em conjunto com os demais entes federados, totalizando 112 escolas até 2023, atendendo a aproximadamente 112 mil estudantes. As escolas cívico-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. A meta é aumentar a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC, enquanto a média do Ideb em colégios militares é de 6,99, nos civis é de 4,94. “Os pressupostos são de que [a instalação das escolas] se deem em locais carentes, como foi o Ensino Médio em tempo integral. Se não se coloca em locais que sejam carentes, estará aumentando ainda mais a diferença de conhecimento dessa população”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Ao todo, o governo pretende investir R\$ 40 milhões por ano.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Ouvidos Moucos: conheça os 13 denunciados pelo MPF-SC**

#### **Esquema envolve desvio de dinheiro público destinado a cursos de educação à distância da UFSC. Justiça analisa caso para decidir se aceita denúncia.**

A 1ª Vara Federal de Florianópolis retirou o sigilo da investigação referente à Operação Ouvidos Moucos. Com isso, tornou-se pública a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso. Foram 13 denunciados por crimes como peculato, concussão, que é exigir valor indevido em razão do cargo, e organização criminosa.

A investigação apurou desvios de dinheiro público destinado a cursos de Educação à Distância (EaD) da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os denunciados são:

Roberto Moritz da Nova: auxiliar administrativo, área financeira do LabGestão.

Denunciado por peculato, concussão, violação de sigilo funcional, inserir dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Marilda Todescat: professora universitária. Foi coordenadora do Curso de EaD de Administração da UFSC. Denunciada por peculato e organização criminosa;

Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier: professor universitário. Denunciado por peculato.

Leandro Silva Coelho: analista de suporte. Denunciado por peculato e ocultar valores provenientes de uma infração;

Maurício Fernandes Pereira: servidor público federal. Foi diretor-presidente da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc). Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Gilberto de Oliveira Moritz: coordenador do Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão). Denunciado por peculato, concussão, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

Marcos Baptista Lopez Dalmau: foi coordenador do curso de administração à distância e secretário de ensino à distância. Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;

**Denise Aparecida Bunn: designer instrucional. Trabalhou no LabGestão.** Denunciada por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;  
**Gabriela Gonçalves Silveira Fiates: servidora pública federal.** Denunciada por peculato;  
**Eduardo Lobo: servidor público federal.** Foi subchefe do Departamento de Ciências de Administração. Denunciado por peculato, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;  
**Andre Luis da Silva Leite: servidor público federal.** Denunciado por peculato;  
**Rogério da Silva Nunes: ex-coordenador do curso do Departamento de Ciências da Administração e ex-coordenador da UAB, de 01/06/2016 a 28/03/2017.** Denunciado por peculato, concussão, violação de sigilo funcional, inserir dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração;  
**Alexandre Marinho da Costa: professor universitário.** Foi presidente da Fundação de Estudos e Pesquisa Sócio Econômica (Fepese). Denunciado por peculato, violação de sigilo funcional, inserção de dados falsos em sistema de informações, organização criminosa e ocultar valores provenientes de uma infração.

## Denúncia

Conforme a denúncia, entre 2008 e 2017 Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Pereira, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto Moritz e Denise Bunn se aproveitaram dos cargos que tinham na UFSC e fundações de apoio para desviar recursos do Sistema EaD/UAB.

Os recursos federais eram repassados pela **Capes** à UFSC. Essa verba era administrada pelas fundações de apoio. Era importante para o grupo que os cargos mais altos relacionados à gerência dos recursos federais permanecessem com integrantes da quadrilha.

O grupo é acusado de desviar, entre 2012 e 2017, R\$ 3.197.310 milhões recebidos da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Esse dinheiro teria sido repartido entre os acusados ou destinados a terceiros sob forma de bolsas, sendo muitas por prestação de serviços fictícios ou desviadas para outras finalidades não autorizadas por lei, afirma a MPF-SC.

A denúncia diz que entre janeiro de 2012 a junho de 2017, a **Capes** pagou 23.279 bolsas a 1,5 mil bolsistas para atuarem como coordenadores, professores e tutores de cursos EaD/UAB, totalizando R\$ 22.054.845. Entretanto, foram constatadas irregularidades em 2.985, concedidas a 298 pessoas, somando R\$ 3.197.310. A constatação é do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os nove também são acusados de terem desviado, entre 2012 e 2017, R\$ 1.111.911,07 milhões da **Capes** para fazer pagamento de bolsas ilegais a "grande número de pessoas". Foram concedidas irregularmente 1.183 bolsas.

Além disso, eles são denunciados pelo desvio de R\$ 140.671 mil da **Capes** com pagamentos ilícitos por meio da acumulação indevida de bolsas. Isso ocorreu também entre 2012 e 2017.

Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Pereira, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Roberto Moritz e Denise Bunn também teriam feito pagamento de bolsas superiores ao limite estabelecido e concedido bolsas ao próprio grupo sem



contraprestação, também entre 2012 e 2017.

Roberto Moritz, Rogério Nunes e Gilberto Moritz são acusados ainda de, durante o ano de 2015, terem exigido de "diversos professores" a devolução de parte da bolsas das quais eles teriam direito.

Entre 2012 e 2017, Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Rogério Nunes e Denise Bunn desviaram em proveito próprio valores recebidos da **Capes**, fazendo pagamentos ilegais a contratos de trabalho com jornadas fictícias.

Nesse mesmo período, Gilberto Moritz, Marcos Dalmau, Maurício Fernandes, Alexandre Costa, Rogério Nunes, Eduardo Lobo, Marilda Todescat, Roberto da Nova e Denise Bunn desviaram valores da **Capes** para pagamentos simulados de compras e prestação de serviços.

Além disso, Gilberto Moritz, com a contribuição de André Leite, Eduardo Lobo e Gabriela Fiates, desviaram R\$ 15.600 mil referentes ao pagamento de 12 bolsas de projeto do curso de administração para uma empresa para a compra de 12 computadores para o setor de Tutoria do Curso de EaD em 2013.

Entre 2009 e 2017, Rogério Nunes, Alexandre Costa e Roberto da Nova colocaram dados falsos no sistema de gerenciamento de bolsas para obterem vantagens indevidas para o grupo criminoso e terceiros. Para isso, foram fornecidas as senhas de Nunes e Costa para Roberto da Nova.

Leandro Coelho era companheiro de Denise Bunn. Conversas entre o casal via aplicativo de mensagens evidenciam a gratificação irregular recebida por ela. Para ocultar esse valor, ela usou o nome do companheiro para simular uma prestação de serviço e pagamento. Ele emprestou a própria conta pessoal para receber pelo serviço nunca feito.

Mikhail Lorenzi Cancellier recebeu dinheiro de Gilberto Moritz referentes a projetos coordenados pelo próprio Moritz e pelo ex-reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Conforme a denúncia, o ex-reitor passava a verba para Moritz através de uma fundação. O dinheiro seria para bolsas por prestação de serviço. Dias após receber a quantia, Moritz passava o montante para Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor, para beneficiar a família. Mikhail recebeu nesse esquema R\$ 7.102 mil.

Outro lado

O advogado Adriano Tavares, que defende Marcos Dalmau, afirmou que respeita o MPF, mas entende que a denúncia não se sustenta porque não demonstra nenhuma conduta criminosa e é muito diferente das apurações feitas pelos órgãos de controle. A defesa espera esclarecer os fatos e a inocência do cliente.

Maurício Fernandes Pereira, atualmente secretário municipal de Educação de Florianópolis, disse que não tem dúvida dos atos que praticou, que acredita na justiça e que se manifestará nos autos.

O advogado Marlom Formigheri, que representa Eduardo Lobo, André Luis da Silva Leite, Denise Aparecida Bunn e Leandro Silva Coelho, afirmou que só vai se manifestar no processo.

A defesa de Mikhail de Lorenzi Cancellier, representada pelo advogado Edward Carvalho, informou que a inocência do seu cliente já havia sido provada no inquérito e vai ser provada novamente no processo.

A defesa de Roberto da Nova, feita por Salum Pinto da Luz Advogados Associados, informou que Roberto se declara inocente e que a defesa se manifesta somente no processo.

Alexandro Marinho da Costa afirmou que reconhece a autoridade do Ministério Público, mas que não concorda com a denúncia. "Vou esclarecer os fatos e provar minha inocência no decorrer do processo", disse.

O advogado de Rogério Nunes optou por não se manifestar por nota ou telefone.

A defesa de Marilda Todescat, feita pelo advogado Eduardo Michelin, afirma em nota que "a Professora Marilda se declara inocente das acusações e irá demonstrar sua inocência nos autos do processo".

O G1 tenta contato com as defesas de Gilberto Moritz e Gabriela Fiates.

## Ouvidos Moucos

A Polícia Federal deflagrou a operação em setembro de 2017 para investigar supostas irregularidades em cursos de ensino à distância da UFSC. Sete pessoas foram presas, entre elas Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que na época era reitor da UFSC. Ele teria ignorado as denúncias sobre ilegalidades na universidade e tentado atrapalhar as investigações, feitas pela Corregedoria da instituição.

Cancellier e os outros presos foram soltos no dia seguinte, mas ele ficou proibido de entrar na universidade. Dezoito dias depois, o reitor cometeu suicídio ao se jogar do 5º andar de um shopping de Florianópolis.

## Cancellier

O inquérito da PF não aponta que o então reitor teria se beneficiado do suposto esquema, mas afirma que ele "articulou-se juntamente com os investigados para parar a ação da corregedoria..." e que fazia "(...) investigações internas sobre irregularidades na gestão de recursos do EAD".

A polícia diz ainda que Cancellier "nomeou e manteve em posição de destaque no âmbito do Ensino à Distância o grupo de professores que manteve a política de desvios e direcionamento nos pagamentos das bolsas do EAD e outras fraudes...." e que, portanto, sustentava e respaldava os investigados. O advogado Hélio Brasil, que representava o reitor, contesta todas as acusações.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

## **O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL**

### **UemaSul abre inscrições para seu primeiro Mestrado**

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo para o curso de Mestrado profissional em Letras, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UemaSul), até o dia 23 de agosto de 2019. O curso, que é o primeiro da instituição e único da região na área das Letras, vai ofertar 20 vagas, com o objetivo de proporcionar ao professor da área de Letras, formação científica e cultural, ampla e aprofundada.

Aprovado em abril, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, o Mestrado está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e as diretrizes estratégicas da UemaSul, previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Mestrado é destinado aos profissionais graduados em Letras, e em áreas do conhecimento que tenham afinidade com a temática central da área de concentração, considerando duas linhas de pesquisa: Literatura, Diálogos e Saberes; e Linguagem, Memória e Ensino. “A região não tem mestrado em Letras. Esse mestrado vem para atender uma demanda regional cumprindo a missão da UemaSul, de produzir e difundir conhecimentos, por meio do ensino”, afirmou a Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Alinne da Silva.

Para o professor Gilberto Freire, coordenador do curso, o Mestrado em Letras é uma grande oportunidade para a região. “São décadas e décadas, onde grande parte dos nossos alunos dos cursos de graduação não tinham a oportunidade de poder dar uma caminhada maior na sua trajetória de ensino, e o nosso mestrado vem exatamente para contemplar esses alunos”.

O coordenador falou ainda sobre a conquista do sonho coletivo, que se tornou realidade. “Para a UemaSul é uma grande conquista, em dois anos conseguirmos o mestrado é uma vitória que teve o empenho de todos. Foi uma grande caminhada, uma luta de muitos professores. É a comprovação que sonhar é fundamental, e realizar o sonho é uma das coisas mais gratificantes, principalmente, para todos nós do curso de Letras. Sabemos o quanto foi longa nossa trajetória, mas, sempre com um olhar nessa possibilidade do mestrado e doutorado”.

[topo](#)

## **PIAUI NOTÍCIAS - TEMPO REAL**

### **IFPI lança editais de estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica**

Estão abertas, até 31 de julho, as inscrições de três editais de estímulo à iniciação científica e à inovação tecnológica no Instituto Federal do Piauí.

Para concorrer à seleção, o pesquisador proponente deve ser professor efetivo do IFPI; possuir o título de doutor, ou perfil equivalente - RSC III (exigência do CNPq), emitido por programa de pós-graduação reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**; não estar afastado ou se encontrar em processo de afastamento de suas atividades, por qualquer motivo; não estar em atraso ou com pendências junto ao CNPq ou editais da PROPI cujos prazos para prestação de contas (processo físico e/ou no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP) já findaram; estar com Currículo Lattes atualizado nos últimos seis meses.

As inscrições serão feitas pela submissão de projeto através do Sistema Unificado de



Administração Pública (SUAP), no site do IFPI, onde os editais estão disponíveis na íntegra.

Os Programas são financiados com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e gerenciado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Piauí - IFPI.

Confira a lista de editais com inscrições abertas.

Edital nº 99, de 10/07/2019 – PIBIC-EM-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes do Ensino Médio.

Bolsas ofertadas: 7

Edital nº 100, de 10/07/2019 – PIBIC-CNPq

Voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

Oferta de bolsas: 9

Edital nº 101, de 10/07/2019 – PIBITI-CNPq

Visa estimular estudantes, do ensino superior, ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

Oferta de bolsas: 4

Ifpi

[topo](#)

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **MEC firma compromisso para fortalecer a Educação Básica**

O Ministério da Educação apresentou nesta quinta-feira (11) o compromisso Nacional pela Educação Básica com um conjunto de ações a serem postas em prática até 2022. Entre elas estão acelerar a construção de mais de 4 mil creches, políticas para reduzir a evasão escolar, conectar 6,5 mil escolas rurais à internet e aprimorar a formação de professores.

Está prevista ainda a implementação de 108 escolas cívico-militares, além do fortalecimento do ensino médio integral.

O compromisso é estruturado a partir das etapas da educação básica: ensino infantil, fundamental, médio, profissional e educação de jovens e adultos e traz também eixos ligados ao fortalecimento da gestão escolar. As ações foram construídas em conjunto com entidades que representam os secretários municipais e estaduais de ensino.

“Essa gestão, junto com toda a sociedade brasileira, decidiu priorizar de uma forma muito clara e objetiva a primeira infância, o ensino fundamental, melhorar esse desempenho” disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Ao apresentar as ações, o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Jânio Carlos Endo, disse que “até 2030 o Brasil será referência em Educação Básica na América Latina”.

Confira as principais metas do Compromisso Nacional pela Educação Básica:

Creches - Reestruturar o ProInfância para dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022.

Ensino Fundamental - Revitalizar o programa Novo Mais Educação. As escolas que aderirem à iniciativa terão o mínimo de 5 horas de aula por dia. No integral, a ideia é colocar 35 horas a mais por semana. O intuito é diminuir a evasão escolar e melhorar indicadores educacionais.

Ensino Médio - Estimular o novo ensino médio, aprovado em lei em 2017. Serão 1.200 horas por ano para o estudante atuar nos itinerários formativos, ou seja, no seu campo de interesse. Investir R\$ 230 milhões até o final de 2019 no ensino médio em tempo integral.

Internet - Conectar, por meio do programa Inovação Educação Conectada, 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga. A iniciativa é para colégios com mais de 200 alunos. Serão investidos R\$ 120 milhões até o fim de 2019. O MEC irá repassar ainda R\$ 114 milhões para fomentar a internet em 32 mil colégios urbanos.

Aulas interativas – Universidades federais vão desenvolver games voltados para os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Serão investidos R\$ 3 milhões até o final de 2019.

EJA - A educação de jovens e adultos será articulada à educação profissional e tecnológica, além de ser conectada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Formação de professores – Ofertar formação para professores por meio de cursos à distância. A proposta é que professores, que não são formados nas áreas que atuam, possam receber a formação, além de qualificar melhor os demais profissionais.

Escolas cívico-militares - Implementar, até 2023, 108 escolas cívico-militares cada uma das unidades da federação.

[topo](#)

## AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

### Setenta e quatro ônibus escolares serão entregues a municípios de SC

#### Alunos de 64 municípios do estado serão beneficiados

O Governo Federal anuncia a entrega, nesta segunda-feira (15), em Florianópolis, de 74 ônibus escolares destinados a 64 municípios. Os novos veículos farão o transporte de alunos entre suas casas e as escolas da rede pública municipal de ensino onde estudam. Os veículos foram adquiridos com recursos do programa Caminho da Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os veículos integram um pacote de aquisições que totaliza 116 ônibus, destinados a 93 cidades, um investimento de R\$ 22 milhões. Os ônibus atenderão a 40 mil estudantes, em um universo de 280 mil alunos das redes públicas de ensino que dependem do transporte nos municípios catarinenses. Os outros 42 ônibus do mesmo contrato serão entregues até 31 de agosto.

O Caminho da Escola busca garantir acesso seguro das crianças da educação básica às

escolas por meio do apoio à aquisição de veículos escolares. “São milhares de ônibus entregues por ano pelo FNDE”, garantiu o presidente do FNDE, Carlos Alberto Decotelli, em entrevista ao programa Brasil em Pauta, da TV Brasil. “Mas temos uma preocupação que o transporte escolar seja compartilhado pela responsabilidade dos prefeitos, dos gestores municipais, porque a manutenção é essencial”, ressaltou.

## Transporte Escolar

O FNDE gerencia dois programas na área de transporte escolar: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). Enquanto o primeiro tem modalidades para aquisição de veículos escolares padronizados, o segundo transfere recursos para gastos de custeio como consertos mecânicos, combustível e terceirização do serviço de transporte escolar.

Apenas no primeiro semestre deste ano, o FNDE transferiu R\$ 264 milhões a entes federados cujos alunos moram em áreas rurais. O dinheiro deve ser destinado à manutenção e custeio dos serviços de transporte escolar. A transferência foi feita pelo Pnate, que repassa recursos em dez parcelas a cada ano.

O FNDE também apoia a aquisição de barcos escolares para fazer o transporte dos estudantes na região amazônica.

## Merenda Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) apoia a oferta de merenda escolar. Com recursos do Pnae, são servidas diariamente 50 milhões de refeições e, atualmente, 24,7% dos produtos vem da agricultura familiar. A meta é chegar a 30%, na média nacional. “Delegações de países vem ao FNDE para aprender como o Brasil consegue ter a melhor qualidade na entrega da alimentação escolar”, disse Carlos Alberto Decotelli.

## Fundeb

Em relação ao novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em discussão no Congresso Nacional, o presidente do FNDE disse que o fundo trabalha para construir um panorama detalhado da realidade da educação básica.

A medida é importante para a eficiência da aplicabilidade dos recursos do Fundeb. “Vale a pena pensarmos em um novo Fundeb sem ter corresponsabilidade de exigir desempenho? Porque alguns municípios são tão eficientes e outros não?”, questionou.

Pela legislação vigente, o Fundeb tem validade até o final de 2020. Para tornar o fundo permanente, propostas de emenda à Constituição estão em discussão.

Com atualização de informações.

[topo](#)

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Governo orienta conselho tutelar a não enquadrar homeschooling como evasão Procuradoria recomendou suspensão do ato por não existir lei que regule o ensino domiciliar**

Mesmo sem haver uma lei que regule o ensino domiciliar no país, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PSL)



encaminhou um ofício para os conselhos tutelares em que pede que casos de crianças e adolescentes que estudem em casa não sejam considerados evasão escolar.

O MPF (Ministério Público Federal), contudo, recomendou a suspensão do ato nesta quinta-feira (11).

O homeschooling ainda não é regulamentado. O governo encaminhou um projeto de lei sobre o tema para o Congresso em abril deste ano.

No ofício, encaminhado no fim de maio, a pasta comandada pela ministra Damares Alves orienta que os casos não sejam considerados como abandono intelectual enquanto o projeto estiver em tramitação. Também pede aos conselhos tutelares que procedimentos em apuração sejam interrompidos até uma eventual aprovação.

Não há previsão para que a matéria seja apreciada. O projeto aguarda a criação de uma comissão especial para sua análise na Câmara. Também é impossível dar como certa sua aprovação.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do MPF, encaminhou recomendação à pasta para que o ato seja suspenso imediatamente. O órgão considera que "nenhuma norma do ordenamento jurídico pátrio que define a obrigação dos responsáveis legais de zelar pelo bem-estar do educando foi revogada, principalmente aquela que determina a obrigatoriedade de promover a matrícula".

De acordo com o MPF, o ofício confronta decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). A corte considerou que o ensino domiciliar não é inconstitucional, mas barrou a prática por não haver legislação a respeito.

"[A ordem] atribui efeitos jurídicos a projeto de lei ainda não aprovado pelo Congresso Nacional, sendo que sua aprovação é evento futuro e incerto, que depende de amplo debate", diz recomendação, assinada pela procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, e pelo coordenador do grupo de trabalho de educação em direitos humanos da procuradoria, Felipe de Moura Palha e Silva.

Os conselhos tutelares são órgãos constituídos em todos os municípios para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O homeschooling é uma histórica agenda de grupos religiosos e foi alçado como prioridade dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro.

A ideia inicial era encaminhar ao Congresso uma medida provisória, que permite tramitação acelerada mas tem prazo para expirar. Com a dificuldade de o governo formar uma base de apoio no parlamento, o Ministério da Família mudou de ideia e enviou um projeto de lei.

O texto prevê cadastro de alunos e avaliações anuais realizadas pelo MEC (Ministério da Educação). Caso o aluno seja reprovado por dois anos consecutivos, perderá o direito de estudar nesse modelo.

Segundo o projeto de lei, a opção pela educação domiciliar será efetuada por meio de plataforma virtual do MEC. As famílias terão que apresentar documentos como

antecedentes criminais, caderneta de vacinação atualizada e um plano pedagógico individual, proposto pelos pais ou pelos responsáveis legais.

O governo citou na mensagem ao Congresso, em fevereiro, que a medida afetaria 31 mil famílias —nota anterior da gestão falava em 5.000 famílias. O Brasil tem mais de 48 milhões de estudantes.

Questionado, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informou, na noite de quinta (11), que ainda não havia recebido a notificação do MPF.

[topo](#)

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **MPF denuncia sem provas filho de ex-reitor da UFSC que se suicidou Filho de Luiz Cancellier é acusado de peculato; advogado de Mikhail fala em ataque à memória do pai**

O Ministério Público Federal de Santa Catarina denunciou o professor universitário Mikhail Vieira Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) por participação em um suposto esquema de desvio de verbas federais de programas de educação à distância.

Mikhail, acusado de peculato, é filho de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, ex-reitor da UFSC que se suicidou após ser preso pela Polícia Federal no âmbito da Operação Ouvidos Moucos. Em 2 de outubro de 2017, Cancellier se jogou do último andar de um shopping center de Florianópolis. Na ocasião ele não era acusado de desvios, mas sim de obstrução de justiça.

Sua prisão foi determinada pela juíza Janaína Cassol Machado, que saiu de licença um dia após a decisão, que aconteceu em 14 de setembro daquele ano. Um dia depois, a juíza Marjorie Cristina Freiberger, que substituía Cassol, analisou o caso e decidiu soltá-lo imediatamente. Cassol é quem analisará se aceita a denúncia feita pelo procurador André Bertuol, que assina a acusação contra os professores e outros supostos envolvidos.

A prisão de Cancellier em 2017 foi uma solicitação da delegada Erika Mialik Marena, responsável pela Ouvidos Moucos e que antes da delegacia de Florianópolis chefiou a Lava Jato, em Curitiba. Erika saiu do caso após o suicídio do reitor, transferida para Sergipe.

O seu substituto, o delegado Nelson Napp, foi responsável pelo relatório final da operação. Napp disse que Cancellier só não foi indiciado porque havia morrido e aponta seu filho como um dos beneficiados pela suposta quadrilha.

A conclusão de Napp sobre a participação de Mikhail Cancellier em um esquema de corrupção é baseada em transações financeiras que aconteceram entre agosto e outubro de 2013 e que totalizaram R\$ 7 mil.

O professor da UFSC Gilberto Moritz, amigo de Luiz Carlos Cancellier, fez as transferências para a conta de Mikhail naqueles meses. Cancellier não era reitor na ocasião, mas coordenava alguns projetos acadêmicos e Moritz era bolsista em pelo menos um deles. O delegado, então, associou uma coisa à outra.

“Comenta-se que os recursos transferidos para Gilberto Moritz foram oriundos do projeto Especialização Gestão Organizacional e Administração em RH (TJ), coordenado por Luiz Carlos Cancellier, sendo este o ordenador de despesa do referido projeto. Após o recebimento dos recursos, Gilberto Moritz transferiu para Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier filho do ex-reitor Cancellier) o valor de R\$ 7.102”, diz o relatório final da Polícia Federal.

O procurador André Bertuol não apresentou novas provas que incriminassem Mikhail, mas chegou à mesma conclusão do delegado de que ele teria se beneficiado de um suposto esquema.

"Valendo-se das facilidades proporcionadas pela fragilidade das rotinas de controle e transparência da UFSC e Fundações de Apoio, desviou em proveito próprio e alheio valores recebidos da Funjab [Fundação José Arthur Boiteux], ao receber uma bolsa simulada que seu pai, Cancellier, concedeu ao também denunciado Moritz."

Segundo o MPF, Cancellier teria repassado R\$ 7.102 para Moritz por meio da Funjab "a título de bolsas por suposta prestação de serviços". Dias depois, Moritz teria repassado o mesmo valor para Mikhail, o que configuraria uma "simulação de bolsas sem a devida contraprestação".

O procurador não aponta uma prova de que a bolsa foi simulada ou de que o dinheiro era originário dela.

Em depoimento, Mikhail disse não saber os motivos da transferência e afirmou não ter relação acadêmica ou comercial com Moritz. Na época das transações financeiras ele tinha 25 anos e era ajudado financeiramente pelo pai.

Os fatos investigados pela Polícia Federal aconteceram de 2008 a 2017. Cancellier assumiu o cargo em maio de 2016, mas é o único reitor acusado tanto pela PF quanto pela Procuradoria. Seus antecessores nesse período, Alvaro Toubes Prata (2008 a 2012) e Roselane Neckel (2012 a 2016), não são alvos.

Para o MPF, a "incapacidade de manifestação" do filho de Cancellier sobre as transferências daria robustez à caracterização das manobras ilegais. Para comprovar sua tese, André Bertuol anexa uma ilustração com bonecos identificados como o ex-reitor Cancellier, seu filho Mikhail e Moritz, com três setas ligando os personagens representando a triangulação financeira.

A delegada Erika Mialik Marena, que foi a responsável pela Ouvidos Mucos, hoje comanda o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), cargo que ocupa a convite do ministro da Justiça, Sergio Moro, com quem trabalhou na Lava Jato.

Em março de 2019 ela também foi nomeada para a função de conselheira no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão que ganhou notoriedade no final de 2018 após detectar movimentação bancária atípica de Fabrício Queiroz, ex-assessor de senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) em seu mandato como deputado estadual.



O advogado Edward Carvalho, representante de Mikhail, diz que a denúncia é um ataque à memória do pai.

"Quebraram seu sigilo bancário e o que encontraram foi aquilo, R\$ 7 mil de transferência em três meses. Ele já provou sua inocência durante o inquérito. Infelizmente agora vai ter que provar a inocência numa ação penal", afirma.

O MPF disse à reportagem que não fará manifestações adicionais em relação ao caso. Entenda o caso da UFSC

O que é a Ouvidos Mucos

Uma operação da Polícia Federal que investigava desvios de verba nas bolsas de estudo do programa de educação à distância da UFSC, concedidas pela **Capes** (do governo federal)

14.set.17 Operação prende seis professores e o reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, por supostamente tentar atrapalhar investigação da corregedoria da UFSC (ele não era suspeito de corrupção). Quem pediu as prisões foi a delegada Erika Marena, ex-coordenadora da Lava Jato

15.set.17 Juíza determina a soltura dos acusados, mas mantém decisão que os proibia de frequentar a UFSC

2.out.17 Cancellier se joga do 7º andar de um shopping de Florianópolis; “minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!”, dizia o bilhete encontrado em seu bolso

nov.17 Com a repercussão da morte, é aberta uma investigação interna na PF para apurar a conduta dos policiais no caso, sobretudo a de Erika Marena. A sindicância concluiu que não houve irregularidades

dez.17 Erika Marena é transferida ao comando da Superintendência da PF de Sergipe, mas sua promoção só é efetivada em fev.18, por causa das dúvidas sobre sua conduta na Ouvidos Mucos

25.abr.18 Polícia Federal envia relatório final da operação à Justiça Federal, indiciando 23 pessoas. Entre elas está Mikhail Cancellier, filho do ex-reitor.

21.jun.2019 Procurador André Bertuol, do MPF, denuncia Mikhail Cancellier e outras 12 pessoas ligadas à UFSC, listando supostos crimes como peculato, inserção de dados falsos em sistemas de informações e violação de sigilo funcional.

[topo](#)

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Plano de educação básica do MEC prevê 108 escolas militares até 2023**

### **Militares da reserva deverão atuar como tutores nas novas unidades; iniciativa também envolve mais creches e acesso à internet**

O MEC (Ministério da Educação) pretende implementar 108 escolas militares até 2023. A ideia é que, a cada ano, haja 27 novas unidades do modelo, uma por unidade da federação.

Chamadas de escolas cívico-militares pelo MEC, o modelo prevê a atuação de equipe de militares da reserva no papel de tutores —diferente das escolas militares, que são totalmente geridas pelo Exército.

"O pressuposto é que sejam em locais carentes para não [aumentar a desigualdade]", disse o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Macedo. As escolas militares agradam o presidente Jair Bolsonaro (PSL).

De acordo com Macedo, o projeto prevê um gasto de R\$ 40 milhões por ano. Também haverá apoio para qualificação de unidades que já integram a modalidade.

Das atuais 203 escolas de gestão compartilhada com militares, o MEC vai ajudar 112 até 2023. As novas unidades serão criadas por adesão dos estados.

O objetivo é promover parcerias com a PM, com os bombeiros ou com o Exército. Escolas militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina.

Por outro lado, educadores se opõem à militarização da educação e à priorização de investimentos no modelo. Reportagem da Folha mostrou que as escolas militares e institutos federais com o mesmo perfil de alunos têm desempenho similar.

O MEC lançou na manhã desta quinta-feira (11) o chamado Compromisso Nacional pela Educação Básica, que é um plano estratégico para a etapa. O planejamento foi construído a partir de conversas com o Consed e Undime, entidades que representam os secretários estaduais e municipais de educação.

No documento, estão previstas a continuidade de políticas de governos anteriores e que estavam esvaziadas desde o começo do ano, como o apoio às escolas de tempo integral, ao reforço de conectividade de internet de escolas e investimentos em creches.

Ações sobre alfabetização não foram contempladas na apresentação, apesar de o tema ter sido apontado como a primeira prioridade do governo.

O governo promete reestruturar o Proinfância, que prevê recursos federais para construção de creches municipais, de forma a acelerar a conclusão de 4 mil creches até 2022. De acordo com a pasta, há 4.981 prédios em execução pelo país.

O MEC não informou o orçamento da iniciativa. Ainda haverá uma avaliação mais detalhada sobre o status das obras para a definição do orçamento, segundo a pasta.

Em apoio ao ensino médio integral, o MEC vai transferir aos estados R\$ 230 milhões ainda neste ano. A iniciativa busca a adequação das escolas ao novo ensino médio, que flexibiliza a grade curricular, e à Base Nacional Comum Curricular (que prevê o que os alunos devem aprender).

Está previsto um projeto-piloto para 3,5 mil escolas para 2020. O plano é chegar a 17 mil escolas, em prazo indefinido.

Ainda foi anunciada a retomada do programa Novo Mais Educação, de ampliação de

horas de aula no ensino fundamental. Mas o orçamento e número de escolas não foram detalhados.

O MEC pretende investir R\$ 120 milhões para conectar à internet banda larga 6,5 mil escolas rurais até o fim do ano. Outros R\$ 114 milhões serão usados para escolas urbanas com o mesmo objetivo, o que deve atingir 32 mil escolas.

A pasta promete finalizar até 2020 reformular a formação de professores. O plano é estabelecer linhas de formação para docentes por meio de cursos e a distância.

A ideia é finalizar também a base curricular de formação de professores, que será um novo parâmetro. Uma proposta fora encaminhada ao CNE (Conselho Nacional de Educação) pelo governo Michel Temer (MDB) no fim do ano passado, mas em fevereiro a atual gestão recolheu o documento para reavaliação.

Apesar de não trazer novidades sobre o conteúdo e formato das ações com relação a governos anteriores, o secretário de Educação Básica afirmou que o esforço, agora, será maior na articulação com as redes.

"Não existe mágica e o diagnóstico está dado. Por que alguns entes conseguem fazer [um bom trabalho] e outros não? [A resposta é] trabalho, persistência, divulgação de boas praticas, apoio ao municípios", diz Jânio Macedo. "A gente quer unir os nossos esforços".

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participou apenas da abertura do encontro com a imprensa.

Na fala inicial ele ressaltou o planejamento feito em parceria com Consed e Undime. "Não é que nós que apresentamos, foi um trabalho feito em conjunto, validado com todos, independente de partido, independente de ideologia".

O presidente da Undime, Alessio Costa Lima, falou sobre a importância da chegada de mais recursos para os gestores.

"O momento não é fácil para quem é gestor municipal, pra quem faz a gestão da educação nos municípios, sobretudo nos municípios de menor porte. A gente tem a intenção de fazer, sabe o que fazer, mas nem sempre tem as condições financeiras para implementar as políticas no padrão que a população requer", diz.

topo ↕

**AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Educadores analisam plano do MEC para educação básica e criticam proposta de escolas cívico-militares**

**Órgão quer construir 108 unidades escolares desse tipo até 2023**

BRASÍLIA E RIO- Pouco mais de seis meses após o início do atual mandato, o governo federal apresentou ontem o seu plano de investimentos para a educação básica. O Ministério da Educação ( MEC ) pretende implementar 108 escolas "cívico-militares", em todos os estados, até 2023. A proposta traz ainda iniciativas voltadas à expansão do ensino em tempo integral e do ensino técnico; a possibilidade de construção de creches; e o investimento em conectividade nas escolas.



O Compromisso Nacional pela Educação Básica prevê investimentos de ao menos R\$ 500 milhões já neste ano. As medidas anunciadas acenam às principais promessas de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral.

Especialistas na área afirmam que há aspectos positivos na proposta, mas criticam o fato de o governo priorizar a implementação de escolas cívico-militares em detrimento de outras questões mais urgentes, como a valorização de professores .

O ministro da Educação , Abraham Weintraub, voltou ontem a defender maior foco na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Tradicionalmente, o Brasil gasta mais com educação superior, etapa que foi alvo de recentes cortes do MEC. Além de priorizar escolas cívico-militares, Weintraub também disse que quer colocar 1,7 milhão de crianças nas creches.

— A meta mais óbvia é universalizar a pré-escola, que não está universalizada, o que é um absurdo. E chegar a 50% das crianças em creches. Temos um programa bem avançado. Acredito que conseguiremos atingir isso no ano que vem — planeja o ministro.

‘Urgentes e atrasadas’

Para a educadora Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Política da Fundação Getulio Vargas (Ceip-FGV), propostas para a área eram urgentes e chegam atrasadas devido a discussões “ideológicas secundárias” na pasta. Ainda assim, afirma, é positivo que o governo tenha apresentado um projeto:

— É importante que o governo tenha mantido o diálogo com o Plano Nacional de Educação , como em relação à inclusão de crianças na creche; e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — diz Cláudia Costin. — O problemático é a proposta das escolas cívico-militares. Estamos na quarta revolução industrial, vamos competir com robôs e robotizar mais as crianças e os adolescentes. Isso pode parecer interessante no curto prazo, para conseguir disciplina na escola, mas as escolas de tempo integral em Pernambuco estão conseguindo resultados melhores sem fazer isso. Não acho que construir 108 escolas cívico-militares seja um bom uso de um dinheiro já escasso.

Na opinião dela, o MEC poderia concentrar esses esforços em valorizar os docentes:

— Falta dinheiro para dar um salário mais atrativo ao professor. A atratividade é muito baixa, então acabamos não trazendo talentos para profissão.

## Escolas militares

A construção de 108 escolas cívico-militares, como o governo prefere chamá-las, atingirá, segundo o Ministério da Educação, 108 mil alunos. O órgão reserva o termo “escola militar” a unidades em que não há compartilhamento da administração com civis — nas que estão sob administração do MEC, uma equipe de militares da reserva faz o papel de tutores. Os colégios das Forças Armadas não entram no orçamento do MEC, e sua eventual expansão é de responsabilidade do Ministério da Defesa.

Além da construção de novas unidades, das 203 escolas já existentes, o MEC pretende fortalecer, com recursos, 112 até 2023. Segundo a pasta, serão R\$ 40 milhões anuais gastos com as escolas novas e as “fortalecidas”.

O MEC afirma que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é superior nos colégios militares: 6,99, ante 4,94 dos civis. Especialistas dizem que isso acontece devido à concentração de investimentos e à seleção de alunos. A educadora Luciene Tognetta, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp, acrescenta que a implementação do modelo contraria tendência mundial:

— É preciso a construção da educação para autonomia dos sujeitos e não para obediência e pelos castigos e punições. Pesquisas mostram que esse modelo é menos eficaz do que uma educação pautada pela liberdade. Contradiz inclusive a lei antibullying, que trabalha com cultura da paz, e a cultura da paz não se faz com a militarização, e sim com aprendizagem pela convivência.

4 mil creches até 2022

O MEC informou que o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) terá mudanças para acelerar a conclusão de obras inacabadas. Dados do ministério mostram que há 4.047 concluídas, e outras 4.981 ainda não finalizadas. A meta da pasta é dar celeridade à conclusão de cerca de 4 mil unidades até 2022.

Segundo o secretário de Educação Básica, Jânio Macedo, o primeiro passo será identificar como está a situação de cada uma:

— O que a gente precisa fazer primeiro é esse diagnóstico, quanto vou precisar de recursos, essas creches estão funcionando, e por que não estão funcionando? — defendeu Macedo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que o país chegue ao patamar de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche até 2024. Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o índice é de 34,2%.

— A creche é um direito que as crianças têm, e acessá-la ajuda o desenvolvimento, sobretudo daquelas cujos pais não são escolarizados. É preciso destacar que esse não pode ser apenas um espaço onde as famílias deixam suas crianças para ir trabalhar, mas precisa ser um ambiente para educá-las e desenvolvê-las— observa a educadora Cleuza Repulho, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Acesso à internet

O compromisso apresentado ontem também prevê conectar 6,5 mil escolas rurais em todos os estados por meio de banda larga via satélite. O órgão pretende investir R\$ 120 milhões até o fim do ano para promover a conectividade nessas unidades. De acordo com a pasta, isso beneficiará 1,7 milhão de alunos.

Pelo plano, as escolas urbanas também serão contempladas com internet. Nesse caso, o MEC repassará R\$ 114 milhões para colocar internet em 32 mil colégios. A decisão da pasta acontece na esteira do anúncio, na semana passada, de que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será totalmente digital até 2026. Outro ponto é o fomento de cursos à distância para os professores da educação básica que não são graduados na área em que lecionam.

Na opinião de Rodrigo Baggio, presidente da ONG Recode, que mantém 689 centros de empoderamento digital em todos os estados do país, a medida é importante, mas não pode se restringir à implantação de redes de internet.

— Um dos grandes desafios da política pública de inclusão digital é ficar só no primeiro passo. No Brasil, 25% dos jovens das escolas públicas não têm acesso à internet, isso é um absurdo. A iniciativa de conectar escolas é importante desde que acompanhada de uma formação continuada dos educadores. O professor é fundamental no processo de habilidade digital, mas ele precisa ser formado — defende.

Ensino integral

O governo também pretende ampliar o ensino integral em todo o país. Além da proposta de reativar o programa Novo Mais Educação e aumentar o horário de aulas no ensino fundamental, o MEC deve disponibilizar R\$ 230 milhões até o final do ano para incentivar o tempo integral no ensino médio e retomar políticas do governo anterior. A medida converge com a proposta da Reforma do Ensino Médio, sancionada em 2017. Atualmente, os estudantes dessa etapa têm 800 horas por ano. A meta é progredir na expansão da carga até chegar a 1.400 horas anuais.

A proposta da atual gestão é chegar a “1.200 horas por ano para o estudante atuar nos itinerários formativos”. A ideia é fazer um projeto piloto com 3,5 mil escolas até 2020, chegando, no futuro, a 17 mil escolas.

Nesse contexto, está nos planos do MEC aumentar a taxa de alunos no ensino técnico para 30%. A modalidade atende, hoje, a apenas 8% dos alunos do ensino médio. As disciplinas obrigatórias continuarão sendo dadas seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, mas, no contraturno, o aluno poderá frequentar as áreas de interesse.

— O desafio é grande, porque tanto o ensino técnico quanto a educação em tempo integral demandam infraestrutura e tecnologia para desenvolver as competências adequadas. Esse salto tem que vir acompanhado de investimento, inclusive para qualificação de professores — pondera Mônica Gardelli Franco, superintendente do Cenpec Educação.

topo ↕

## **AMAZONAS 1 - TEMPO REAL**

### **MEC quer divulgar ‘boas práticas’ para professores trabalharem**

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as “boas práticas” com os demais docentes o país. A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes. A informação foi divulgada nesta terça-feira, 9, pela Agência Brasil.

Segundo o MEC, a mudança na metodologia do trabalho do docente tem o objetivo de melhorar indicadores da Educação (Secom)

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da



Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes. “Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não”, disse Mariana, que participou hoje (9) de debate sobre a formação dos professores no Brasil, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil. Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

#### Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos. O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. “Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica. Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho.”

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. “Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capex [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas”. A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

#### Base de formação

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para “ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões,

que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções. “No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução”, adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTe), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

### O MEC nas mãos de um moleque fanfarrão

Humberto Costa

Líder do PT no Senado Federal

Enquanto as políticas educacionais padecem sob os efeitos da EC 95/16 (novo regime fiscal) e do severo contingenciamento imposto pelo governo Bolsonaro ao orçamento da educação, o ministro Abraham Weintraub segue demonstrando que não tem competência nem tampouco seriedade para exercer a função de Ministro de Estado da Educação.

Escolhido por sua larga experiência no mercado financeiro e por sua falta de vergonha na cara para defender o indefensável, Weintraub parece disputar o título de pior ministro da Educação da Nova República com seu antecessor, Vélez Rodríguez. Não podemos dizer sequer que temos um ministro da Educação. Temos no máximo um Youtuber de péssima qualidade, dedicado à verborragia nas redes sociais para conquistar alguns minutos de fama e mobilizar seus semelhantes.

Os números nos dão a dimensão do tamanho da tragédia que está sendo materializada na área da educação. Inicialmente, o contingenciamento de recursos promovido pelo governo Bolsonaro na educação foi de mais de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões da educação básica, R\$ 2,2 bilhões das universidades federais, R\$ 1 bilhão dos institutos federais de educação, R\$ 175 milhões dos hospitais universitários, R\$ 1,1 bilhão do FIES e R\$ 813 milhões da CAPES, conforme demonstra estudo elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições federais de Ensino Superior

(Andifes).

Após universidades públicas e institutos federais de educação demonstrarem que não teriam recursos sequer para pagar as contas de água e energia elétrica a partir do segundo semestre, e após milhares de estudantes e educadores ocuparem as praças e avenidas do país em defesa da educação pública, o governo Bolsonaro recuou e usou a reserva orçamentária para recompor R\$ 1,5 bilhão do orçamento da educação, o que é insuficiente para garantir a perenidade das políticas educacionais.

Para amenizar essa tragédia, a oposição atuou no sentido de garantir, durante a tramitação do PLN 04/2019, uma suplementação orçamentária de R\$ 1 bilhão para as universidades federais e de R\$ 330 milhões para bolsas de pesquisa, mas essa suplementação também se revela absolutamente insuficiente.

No momento em que o Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado por unanimidade no Congresso Nacional e sancionado sem vetos pela então presidenta Dilma Rousseff, completa 5 anos de vigência, estamos testemunhando ameaças concretas à manutenção das instituições federais de ensino; agressões severas à autonomia universitária; seleção e nomeação de reitores ideologicamente alinhados ao governo federal, em detrimento da democracia interna das instituições de ensino; bloqueio de mais de 6 mil bolsas de pós-graduação da CapesS; tentativas de interdição da liberdade de ensino e aprendizagem, com patrulhamento ideológico e perseguição de educadores; instituição de comissão para inspecionar e censurar questões do Enem; descontinuidade e/ou desidratação orçamentária de programas importantes, da educação básica à educação superior, como o Mais Educação e o Ciência sem Fronteiras; fomento à militarização das escolas de educação básica; incentivo à desescolarização via regulamentação da educação domiciliar; ataques à aposentadoria especial do magistério da educação básica, via reforma da previdência; e o descarte desavergonhado do Plano Nacional de Educação, que deveria nortear as políticas educacionais entre 2014 e 2024.

Simultaneamente, Abraham Weintraub se comporta como um moleque fanfarrão, e nunca como Ministro de Estado da Educação. Ao fazer piada com um grave episódio de tráfico internacional de drogas envolvendo um militar da FAB e um avião da comitiva presidencial à véspera da reunião de cúpula do G-20, de modo a tentar agredir a imagem da ex-presidenta Dilma e do ex-presidente Lula, que tanto fizeram pela educação brasileira, Weintraub revelou mais uma vez seu despreparo e sua insensatez.

Seria razoável que a sociedade brasileira reivindicasse a sua demissão, mas na atual conjuntura sabemos que a demissão de Weintraub, assim como ocorreu com a demissão de Véliz Rodríguez, não seria acompanhada da nomeação de alguém realmente apto a assumir o comando do Ministério da Educação, uma vez que o responsável pelas nomeações, o presidente Jair Bolsonaro, é justamente aquele que inspira molecagem e fanfarronice.

Resta-nos, portanto, dar continuidade às mobilizações populares que levaram milhões de estudantes e educadores às praças e avenidas do país nos dias 15 e 30 de maio, em defesa da educação pública, gratuita, integral, democrática, desmilitarizada, laica e de qualidade social. Somente a permanente mobilização da sociedade pode frear o desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na área da educação, derrotar a reforma



da Previdência, interromper a privatização do patrimônio nacional e abrir caminho para um novo período de avanços e conquistas democráticas.

topo ↕

## DIÁRIO DIGITAL - TEMPO REAL

### UFMS sediará maior evento científico da América Latina

### Ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes é um dos conferencistas; haverá mais de 250 atividades

De 21 a 27 de julho a 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) reunirá na UFMS em Campo Grande cerca de 15 mil pessoas de todo o Brasil. O maior evento científico da América Latina é aberto ao público, com inscrições gratuitas que podem ser feitas no site <https://sbpc.ufms.br/>.

Com o tema “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento”, o objetivo é difundir os avanços da ciência e promover o debate sobre políticas públicas de Ciência e Tecnologia (C&T). As atividades são voltadas a pessoas de todas as idades.

Mais de 250 atividades estão na programação, incluindo conferências, palestras, rodas de conversa, encontros, oficinas e minicursos de todas as áreas do conhecimento. Entre elas estão realizações que abordam temáticas Afro e Indígena, Inovação e Educação, além da SBPC Jovem, que reúne exposição de pôsteres no Integra UFMS, Fetec-MS, Mostra de Ciências, Sessão de pôsteres SBPC, Avenida da Ciência e Caminhões da Ciência.

Entre os conferencistas estão o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Marcos Pontes; o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) Anderson Ribeiro Correia**; o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) João Luiz Filgueiras de Azevedo; e o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) Reinaldo Centoducatte, além de pesquisadores de instituições de educação, ciência e tecnologia de todo o Brasil.

Para a SBPC Jovem estão programadas exposições interativas, mostras de acervos de museus locais e nacionais e de atividades científicas, e, ainda, apresentações de pesquisas e projetos de extensão realizados por jovens cientistas. A SBPC contará também com a ExpoT&C, uma mostra de ciência e tecnologia que reúne centenas de expositores entre eles universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento, entidades governamentais, setor empresarial e outras organizações interessadas em apresentar novas tecnologias, produtos e serviços.

A sessão de pôsteres tradicional da SBPC trará apresentações de trabalhos científicos e tecnológicos, experiências e/ou práticas de ensino-aprendizagem e a Jornada Nacional de Iniciação Científica (JNIC), que congrega alunos indicados e vencedores de mostras e prêmios científicos nacionais. Nesta edição de 2019 o MCTIC irá realizar na UFMS a Avenida da Ciência, um espaço onde estarão expostas de maneira acessível toda a produção científica de instituições vinculadas ao Ministério, como a Agência Espacial Brasileira, os centros de Pesquisas Físicas, de Tecnologia Mineral e de Tecnologia Eletrônica Avançada, entre outros.

Na SBPC Cultural haverá apresentação de atividades artísticas regionais e discussões sobre temas artísticos e culturais e, encerrando o evento, será realizada mais uma edição do Dia da Família na Ciência, dedicado à integração entre cultura, ciência e recreação para crianças, jovens e seus familiares.

Conheça a programação completa e o mapa das atividades da 71ª SBPC no site <https://sbpc.ufms.br/visite-nos/>

Preparação - Em 70 anos de existência, é a primeira vez que o Mato Grosso do Sul será palco desta grande festa da ciência e sediar um evento desta magnitude proporcionou um envolvimento da UFMS com todos os setores da cidade e do Estado.

Parcerias foram firmadas com diversas instituições para o enriquecimento da programação. “Receber a maior festa da ciência só foi possível porque é um evento coletivo, realizado com o apoio e a participação de parceiros estratégicos para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul”, disse o reitor Marcelo Turine, também presidente do CRIE-MS (Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior) do estado.

Na UFMS, adequações na infraestrutura da Cidade Universitária promoveram reformas e revitalizações para o melhor aproveitamento dos usuários antes, durante e depois do evento. Além da pintura externa e interna de diversas unidades, as vias e os estacionamentos foram recapeados e receberam sinalizações vertical e horizontal. O estacionamento central foi totalmente renovado com a readequação da localização das vagas, atualização das características de acessibilidade, renovação paisagística e espaço para apoio a grandes eventos como a SBPC. O corredor central também foi revitalizado com a concretagem, instalação de piso tátil, remoção dos quiosques e instalação de novos bancos e estruturas para convivência.

Totens de sinalização também foram afixados em frente a cada unidade e também totens informativos digitais serão instalados em pontos estratégicos durante o evento.

A UFMS está de portas abertas à participação de toda a sociedade no maior evento científico da América Latina, a 71ª Reunião Anual da SBPC. A abertura será no dia 21 de julho, às 18h no Teatro Glaucê Rocha.

O credenciamento da imprensa para a cobertura da SBPC já está aberto. Mais informações podem ser obtidas neste link.

topo ↕

## DIÁRIO DIGITAL - TEMPO REAL

### MEC pretende implantar no país 108 escolas cívico-militares até 2023

O Ministério da Educação (MEC) pretende implementar 108 escolas cívico-militares até 2023. Essa é uma das ações previstas no Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado hoje (11), em Brasília. Ele reúne ações que estão sendo planejadas para serem implementadas até o fim do atual governo.

Além das escolas militares, pretende-se dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022; conectar 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados; e ofertar cursos de ensino a distância para melhorar a formação de professores, até 2020, entre outras ações.

O documento foi elaborado pelo MEC em conjunto com estados e municípios representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). As ações são voltadas para a educação básica, período que compreende desde o ensino infantil até o ensino médio.

O plano de ação, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, visa dar mais protagonismo aos estados e municípios, seguindo o mote defendido pelo governo de menos Brasília e mais Brasil. “As ideias já existiam, precisava transformar a energia potencial em energia cinética”, disse. Segundo ele, o Brasil tem boas iniciativas e recursos que podem ser direcionados para melhorar a educação do país.

A intenção, de acordo com o MEC, é tornar o Brasil referência em educação na América Latina até 2030. “Nós, como brasileiros, em essência, somos tão bons quanto qualquer país no mundo”, disse o ministro.

## Escolas cívico-militares

Um dos destaques do Compromisso Nacional pela Educação Básica é a implementação de escolas cívico-militares, pauta defendida desde a campanha do presidente Jair Bolsonaro.

Neste ano, o MEC passou a contar inclusive com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. A intenção é, de acordo com o plano apresentado nesta quinta-feira, implementar o modelo em 27 escolas, por ano, uma por unidade da federação. A medida, segundo o MEC, deve atender a 108 mil alunos.

Além das 27 novas escolas por ano, o MEC pretende fortalecer 28 escolas cívico-militares por ano, em conjunto com os demais entes federados, totalizando 112 escolas até 2023, atendendo a aproximadamente 112 mil estudantes.

As escolas cívico-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. A meta é aumentar a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o MEC, enquanto a média do Ideb em colégios militares é 6,99, nos civis é 4,94.

“Os pressupostos é que [a instalação das escolas] se dê em locais carentes, como foi o ensino médio em tempo integral. Se não se coloca em locais que sejam carentes, estará aumentando ainda mais a diferença de conhecimento dessa população”, afirmou o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Ao todo, o governo pretende investir R\$ 40 milhões por ano no projeto de escolas cívico-militares.

## Principais metas do Compromisso Nacional pela Educação Básica

Creches - Reestruturar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) para dar celeridade à conclusão de mais de 4 mil creches até 2022.

Ensino integral - Revitalizar o programa Novo Mais Educação. As escolas que aderirem terão o mínimo de 5 horas de aula por dia. No integral, a ideia é ampliar para 7 horas



por dia. A meta é diminuir a evasão e melhorar indicadores educacionais.

Ensino Médio - Estimular o Novo Ensino Médio, aprovado em lei em 2017. Investir R\$ 230 milhões até o final de 2019 no ensino médio em tempo integral. Está previsto para 2020 um programa piloto em 3,5 mil instituições de ensino. No novo ensino médio, os estudantes poderão escolher um itinerário formativo para complementar a formação básica ofertada a todos os estudantes. Eles poderão escolher entre a formação em linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e sociais, além da formação técnica e profissional.

Internet - Conectar, por meio do programa Inovação Educação Conectada, 6,5 mil escolas rurais por meio de satélite em banda larga em todos os estados. Serão investidos R\$ 120 milhões até o fim de 2019. Aproximadamente 1,7 milhão de estudantes serão beneficiados. O MEC irá repassar ainda R\$ 114 milhões para fomentar a internet em 32 mil colégios urbanos. A intenção é beneficiar 17 milhões de alunos.

Aulas interativas - A Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolverão games voltados para os anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Serão investidos R\$ 3 milhões até o final de 2019;

EJA - A educação de jovens e adultos será articulada à educação profissional e tecnológica, além de ser conectada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do Brasil.

Formação de professores - Até 2020, estabelecer trilhas de formação para professores por meio de cursos a distância, com disponibilização de materiais de apoio e de recursos. A proposta é que professores que não são formados nas áreas que atuam possam receber a formação, além de qualificar melhor todos os demais profissionais.

Escolas cívico-militares - Implementar, até 2023, 108 escolas cívico-militares, 27 por ano, em cada uma das unidades da federação.

[topo](#)

## **G1 - TEMPO REAL**

**Aberto período de solicitações de bolsa permanência do governo federal para estudantes de RR**

**Valor do auxílio é de R\$ 900 com objetivo de contribuir para a permanência e a diplomação de estudantes indígenas ou quilombolas.**

As inscrições para o Programa de Bolsa Permanência, do governo federal, estão abertas até 30 de agosto. O programa é destinado aos estudantes indígenas ou quilombolas matriculados em cursos superiores presenciais ofertados por instituições federais.

Inscrições, aqui.

O recurso, cujo valor é de R\$ 900, é pago diretamente aos estudantes por meio de um cartão de benefício. O objetivo é contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados.

De acordo com a diretora de Graduação do Campus Boa Vista (CBV), professora Ana

Aparecida Moura, a concessão da bolsa representa um recurso decisivo para os estudantes para que conclua suas graduações.

"A maioria dos alunos indígenas não dispõem de recursos para sequer sair de suas comunidades, e a bolsa os ajuda a se manter no curso", pontuou.

Atualmente, no CBV, um total de 13 acadêmicos recebem a bolsa, como é o caso da acadêmica do 5.º módulo do curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar Renata Cristina Lucena Moraes, da Comunidade Maracanã, Município do Uiramutã.

"Eu até poderia conseguir estudar sem receber a bolsa, mas confesso que seria muito difícil. Acredito que esse incentivo deveria beneficiar um número maior de pessoas, não só os indígenas e quilombolas mas também outras minorias", disse Renata.

As instituições federais de ensino superior terão até 30 de setembro de 2019 para analisar e autorizar os cadastros de inscrição considerados aptos nos termos da Portaria MEC 389, de 9 de maio de 2013.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Pesquisa desenvolvida na UFPB descobre inseticida mais eficiente contra mosquito da dengue**

**Substância desenvolvida a partir do extrato do sisal mata larva do mosquito em até 24 horas, aponta pesquisadora. Estudo financiado pelo CNPQ está a dois anos de conclusão.**

Uma pesquisa desenvolvida no Departamento de Biologia Celular e Molecular da UFPB desenvolveu uma substância mais eficiente para matar o mosquito *Aedes aegypti*, conhecido como mosquito da dengue, a partir do líquido extraído do sisal. A pesquisadora que coordenou a pesquisa, Fabíola Cruz, explicou que os resultados foram patenteados e a expectativa é de que dentro de dois anos.

Conforme o trabalho iniciado em 2012 por Fabíola Cruz, quando a pesquisa ainda era sua tese de doutorado, o líquido extraído da planta cultivada na região do semiárido paraibano mata a larva do mosquito da dengue em até 24 horas.

A pesquisadora, que também coordenadora do Laboratório de Biotecnologia Aplicada a Parasitas e Vetores (Lapavet) da UFPB, explicou que a substância foi testada em todas as fases da vida do inseto.

"O suco mata as larvas em menos de 24 h e quanto maior a concentração do suco misturado em água, mais rápido é o efeito. Então nós depositamos a primeira patente em 2013 e expandimos o estudo para as outras fases de vida do mosquito (ovo, larva, pupa e adulto). O extrato do sisal tem efeito em todas as fases, mas a de pupa é a que tem menos efeito", explicou.

Ainda de acordo com Fabíola Cruz, a eficácia da substância foi comprovada por meio de testes feitos tanto como inseticida, com aplicação direta sobre o inseto, quanto como iscas, usado armadilhas para atrair o vetor das doenças da dengue, chikungunya e vírus da zika.

" Fizemos estudo a nível celular também e vimos que o sisal causa a morte das células do mosquito", explicou a pesquisadora.

Após o primeiros testes, o Lapavet conseguiu junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em 2016, o financiamento de R\$ 30 mil para dar sequência aos testes feitos pelo projeto. “Em 2018 depositamos a segunda patente, agora com o sisal melhorado geneticamente. Atualmente trabalhamos com o extrato em pó (liofilizado) porque isso facilita o armazenamento e o manuseio”, comentou Fabíola.

Os testes atuais do projeto estão voltados para toxicidade do extrato de sisal, para confirmar que ele vai poder ser utilizado de maneira segura pela população. Foram comprovados o efeito da extrato de sisal em sua fase líquida, em spray sobre as superfícies onde o mosquito pousa e na forma de isca de alimentação para o mosquito.

“O nome do projeto é ‘Desenvolvimento de bioinseticida feito com o suco do sisal, para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya’. A pesquisa está em fase final, ainda restam uns dois anos”, avaliou Fabíola Cruz.

Descoberta por acaso

A pesquisa começou a partir de um contato feito pela Embrapa Algodão de Campina Grande com Fabíola Cruz em 2012. A Embrapa Algodão mantém parcerias com várias associações de agricultores e recebiam informações a partir da Associação de Produtores de Sisal de Pocinhos

De acordo com a pesquisadora, na produção da fibra do sisal, o “suco” que sobra da extração não tinha nenhuma utilidade comercial e era descartado. Foi quando a Embrapa Algodão entrou em contato com o Lapavet e encaminhou a substância para que fosse investigada o potencial biotecnológico.

“Eu comecei a testar em larvas de mosquito da dengue (*Aedes aegypti*) e o efeito foi surpreendente. O suco mata as larvas em menos de 24 h e quanto maior a concentração do suco misturado em água, mais rápido é o efeito”, explicou. A primeira patente foi depositada em 2013 e logo em seguida a substância foi testada em outras fases da vida do mosquito.

[topo](#)

## **G1 - TEMPO REAL**

**UFG diz não ter verba para pagar despesas até o fim do ano e pode paralisar todas as atividades**

**Universidade divulga nota informando que analisa cortes de serviços, caso governo federal não desbloqueie os 30% do orçamento.**

Com o bloqueio de 30% do orçamento desde abril deste ano pelo governo federal, a Universidade Federal de Goiás (UFG) informou, em um comunicado nesta quarta-feira (11), que não terá verba “suficiente para custear as despesas da instituição até o final do ano”.

“Caso a limitação do orçamento persista, a UFG não terá como evitar a paralisação total de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, acarretando graves prejuízos à comunidade acadêmica e, conseqüentemente, à sociedade”, traz parte da nota, sem informar prazos.

O G1 entrou em contato por e-mail com o Ministério da Educação (MEC) para saber se



há previsão para o desbloqueio ou outra alternativa para manter a universidade e aguarda o retorno. Em nota divulgada, quando ocorreu a mudança orçamentária, o MEC informou que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico (veja a nota abaixo a nota na íntegra).

A reitoria afirmou ainda que, com o bloqueio, já chegou ao fim do primeiro semestre de 2019 com “severas dificuldades para a manutenção das atividades meio, como contratações e aquisições, porém preservando as atividades fins: ensino, pesquisa e extensão”.

“Iniciamos o segundo semestre com bastante preocupação, visto não haver ainda qualquer sinalização por parte do Ministério da Educação quanto ao desbloqueio no orçamento das universidades”, comunicou a UFG.

Para os próximos seis meses, segundo a instituição, estariam reservados cerca de R\$ 39 milhões, metade do orçamento anual de custeio previsto em Lei para a UFG em 2019.

“Desse montante, aproximadamente R\$ 27 milhões destinados ao custeio estão bloqueados, representando um déficit de 69% do orçamento previsto para o pagamento de serviços essenciais, como energia, água, segurança e limpeza, além do pagamento de parte das bolsas de ensino, pesquisa e extensão a alunos de graduação e de pós-graduação”, relatou a reitoria da universidade.

Considerando que o orçamento disponível, de acordo com a universidade, novas medidas de racionamento e redução de serviços estão sendo analisadas e implementadas.

Em maio deste ano, o Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO) abriu três investigações para apurar se os cortes das verbas e extinção de cargos das instituições de ensino federais no estado vão prejudicar o direito à educação dos alunos. A UFG é uma das incluídas na investigação. O G1 solicitou ao MPF uma atualização sobre as apurações e aguarda o retorno.

#### Nota do MEC

“O Ministério da Educação informa que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019 e Portaria 144, de 2 de maio de 2019. O bloqueio foi de 30% para todas as instituições.

Nesse sentido, cabe esclarecer que do orçamento anual de despesas da Educação, 149 bilhões de reais, R\$ 23,6 bilhões são despesas não obrigatórias, dos quais R\$ 7,4 bilhões foram contingenciados por este Decreto. O bloqueio decorre da necessidade de o Governo Federal se adequar ao disposto na LRF, meta de resultado primário e teto de gastos.

O bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas.

Além disso, o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a reforma da previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem, pois, podem afetar as receitas e despesas da União.

Cabe, ainda, destacar que, até o momento, todas as universidades e institutos já tiveram 40% do seu orçamento liberado para empenho, não sendo possível informar quais áreas serão afetadas e nem em quanto. Ressaltamos que nenhum recurso da assistência estudantil e de pessoal foi bloqueado.

O valor de bloqueio da Universidade Federal de Goiás foi de R\$ 28,2 milhões; Do Instituto Federal Goiano foi de R\$ 18,06 milhões; E do Instituto Federal de Goiás de R\$ 15,7 milhões.

Por fim, o MEC estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho. O maior objetivo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país."

Veja outras notícias da região no G1 Goiás.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Pré-selecionados do Fies do segundo semestre de 2019 devem concluir inscrição até esta sexta**

**De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos. Entre eles, 50 mil terão juro zero.**

Os estudantes pré-selecionados para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2019 devem concluir a inscrição no site do programa (<http://fies.mec.gov.br/>) até esta sexta (12). A chamada da lista de espera será aberta entre 15 de julho e 23 de agosto.

O Fies é um programa de financiamento do governo federal para estudantes cursarem o ensino superior em universidades particulares.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 150 mil contratos. Entre eles, 50 mil terão juro zero.

O Fies é aberto para quem fez o Enem a partir de 2010, teve nota igual ou maior que 450 nas cinco provas, não zerou na redação e tem renda familiar mensal per capita de até 3 salários mínimos, para o financiamento do Fies; e entre três e cinco salários mínimos, para o P-Fies.

topo ↕

## JORNAL BOA VISTA - TEMPO REAL

**Administração da FAE conquista nota 4 em avaliação do MEC**

O curso de Administração da Faculdade Anglicana de Erechim (FAE) recebeu nota 4 na avaliação do Ministério da Educação (MEC), em uma escala em que a nota máxima é 5. O indicativo de que o curso é "bom", foi construído por meio de avaliação conduzida por uma comissão, formada por dois profissionais da área, que visitaram a FAE no mês de maio.

Para a definição do conceito do curso, foram analisadas três dimensões: corpo docente, infraestrutura e projeto pedagógico. Cada uma das categorias analisadas avalia em

média 20 indicadores, que devem atender às Diretrizes Nacionais de Curso e demais parâmetros que regem as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

Ao explicar a complexidade do processo, o coordenador do curso, professor Cassiano Tiago Lumi, enfatiza que, ao final, um dos pontos ressaltados pelos avaliadores foi o sentimento acolhimento vivenciado na instituição. “A aproximação da coordenação, professores e setores administrativos com os alunos foi destacada tanto na nossa reunião final quanto no relatório elaborado pelos avaliadores. Outro ponto de destaque que tivemos foi o fato de termos um corpo docente vinculado há bastante tempo ao curso, com vasto conhecimento sobre os processos”, destaca o coordenador.

Egressa do curso, Rocheli Paula Otowicz hoje é aluna do MBA Executivo em Administração de Empresas e, tanto a proximidade dos professores quanto a qualidade fizeram com que a administradora escolhesse a FAE novamente. “O curso foi excelente. Professores qualificados que conciliaram a teoria com a prática, e isso torna mais fácil o aprendizado! A FAE é diferente. O ambiente é legal, gostei da metodologia da Faculdade. E agora, fazendo o MBA, estou realizada”, conta a ex-aluna.

O curso de Administração da FAE foi autorizado pelo MEC no ano de 2003. As aulas dos 8 semestres, no turno da noite, prepararam os profissionais para a área da Administração com visão global, multidisciplinar, prática e científica, tanto para empreendedores, como para intra-empresários. Ao mesmo tempo, o curso instrumentaliza os acadêmicos com embasamento técnico e tecnológico, atualizados, para o desenvolvimento da ação administrativa em empresas, com ênfase na abordagem holística de organização.

[topo](#)

## **METRO-DF - BRASIL**

### **MEC promete criar 108 colégios militares e concluir 4 mil creches**

O MEC (Ministério da Educação) lançou na quinta (11) uma carta-compromisso para melhorar a educação básica. Entre as medidas que foram anunciadas estão a construção de 108 escolas cívico-militares. A ampliação do número de colégios militares – promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL) – é uma das poucas metas com orçamento definido.

Segundo o MEC, serão inauguradas 27 escolas do tipo por ano (uma em cada unidade da federação), com investimento anual de R\$ 40 milhões para que se atinja em 2023 o total prometido. O plano prevê a abertura, até 2022, de 4 mil creches projetadas pelos outros governos, mas que não foram concluídas ou que já estão prontas e ainda não entraram em funcionamento.

O ministério planejou para o programa sete eixos estruturantes que falam também em incentivar o ensino médio integral (com investimento de R\$ 230 milhões neste ano) e conectar 6,5 mil escolas rurais com mais de 200 estudantes por meio de satélites em banda larga.

A ideia, segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, é fazer com que o país se torne referência em educação na América Latina até 2030. “Precisamos viabilizar as boas ideias e experiências de sucesso que a gente já encontra no Brasil todo. A gente não tem alternativa a não ser avançar”, disse.

[topo](#)



## PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**MEC quer reduzir meta de investir pelo menos 10% do PIB na educação**

**Objetivo estipulado pelo Plano Nacional de Educação é o investimento anual de pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou nesta quinta-feira (11), que irá buscar o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), mas que pretende reduzir a meta de investir, até 2024, pelo menos o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano em educação pública.

“Subir o que é gasto significa que a gente vai aumentar os impostos do Brasil em 10%. Isso a gente muda no PNE, já falou, já fez a solicitação, ou vai caminhar para isso que eu sou contra, aumentar imposto”, defendeu. “[O PNE] tem que ser respeitado. Mas o dinheiro pagador também tem que ser respeitado”, acrescentou.

O PNE, sancionado por lei em 2014, estabelece metas e estratégias para melhorar a educação desde o ensino infantil até a pós-graduação e deve ser integralmente cumprido até 2024. “A gente vai tentar atender as metas, respeitando o plano”, disse Weintraub. Ele destacou a meta de universalizar a pré-escola e de garantir que 50% das crianças de até 3 anos estejam matriculadas em creches.

De acordo com o relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), divulgado no ano passado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas pelo país, em 2014 para 5,5% do PIB em 2015 – últimos dados disponíveis. Considerando apenas os gastos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo PNE é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019. De acordo com o relatório, para a meta de 2019 ser atingida, será necessário o incremento de aproximadamente R\$ 120 bilhões nos recursos para educação pública.

“Com maior eficiência do gasto, não há a necessidade de ampliar para 10% do PIB”, defendeu também o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo. Para alterar a porcentagem de investimento prevista na lei é necessário um novo projeto de lei, que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. A pasta não detalhou como fará essa mudança.

### Fundeb

O MEC apresentou o Compromisso Nacional pela Educação Básica, documento apresentado nesta quinta, que reúne ações que estão sendo planejadas pela pasta para serem implementadas até o final deste mandato, desde a creche até o ensino médio.

Weintraub ressaltou que os recursos disponíveis são finitos e que é necessário fazer escolhas. Ele defendeu a ampliação de recursos para a educação básica por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

“Vamos aumentar recurso e vamos mandar para quem está necessitando. Os municípios mais pobres. Então, é reformular o Fundeb, colocar mais recurso para educação básica e fundamental e redirecionar para quem mais precisa”, disse, mas ressaltou que é necessário cobrar desempenho. “Acabar com isso de mandar dinheiro a fundo perdido, o dinheiro é do pagador de imposto, tem que ter respeito.”

O Fundeb é atualmente uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país. Corresponde a aproximadamente 63% dos recursos para financiamento da educação básica pública no Brasil, de acordo com o MEC.

O fundo, no entanto, ficará vigente apenas até 2020. O Congresso Nacional discute propostas para tornar o Fundeb permanente.

No mês passado, o MEC apresentou a proposta do governo para o Fundeb. A pasta propõe aumentar a contribuição da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 15% em seis anos. Atualmente, a União contribui com 10%.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MEC quer criar 103 escolas cívico-militares até 2023**

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quinta-feira, 11, uma carta-compromisso para melhorar a educação básica do País. Feita em parceria com Conselho Nacional de Secretários de Educação e União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o texto traz sete eixos estruturantes, que passam por creches, mudanças no ensino médio e formação de docentes. Entre as metas, está a ampliação das escolas cívico-militares, promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. O objetivo é criar 108 unidades, 27 por ano, até 2023, em regiões consideradas mais carentes.

A iniciativa, uma das poucas do programa com recursos definidos, custará R\$ 40 milhões anuais. A justificativa para aplicação desses recursos para um grupo limitado de unidades é de, com isso, tentar aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O desempenho de alunos em escolas militares é superior do que o de civis (6,99 ante 4,94).

O compromisso lançado também prevê o estímulo ao ensino médio integral. Para este ano, a ideia é destinar R\$ 230 milhões. Nesse modelo, o estudante cumpre as disciplinas obrigatórias, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e no horário restante, participa de cursos de outras áreas, de seu maior interesse. No cardápio estão linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, formação técnica e profissional.

Ao detalhar o documento, o secretário de Educação Básica do MEC, Jânio Carlos Endo Macedo, admitiu que a maior parcela dos itens do compromisso já constava em programas criados em gestões anteriores. Para ele, a conquista de melhores indicadores nesses programas será obtida a partir da replicação de experiências bem-sucedidas em algumas regiões e a realocação de recursos do próprio ministério. “Os recursos estão aqui dentro. Vou olhar o que tenho, ver o que precisa”, completou. “Será trabalho, trabalho.”

Embora seja considerado um dos pontos-chave do governo Bolsonaro, não há intenção,

neste momento, de ampliação das creches. A ideia apresentada é de concluir as unidades que foram iniciadas e não foram finalizadas e verificar se, nas obras já acabadas, as atividades já começaram. Pela meta apresentada, a ideia é terminar 4 mil unidades até 2022. Desse total, 50% já estão prontos. O MEC não apresentou, contudo, o prazo para que esse diagnóstico das obras paradas ou das unidades ainda fora de funcionamento seja apresentado.

Outro eixo do documento é ampliar o programa Novo Mais Educação, que prevê para escolas cadastradas o mínimo de cinco horas de aula por dia. Para o MEC, a medida poderia auxiliar na redução da evasão escolar, que foi de 25,9% em 2016 e 23,6%, em 2017.

Há também a previsão de se investir R\$ 120 milhões até o fim deste ano em outro eixo do compromisso, conectar 6,5 mil escolas rurais em banda larga para colégios com mais de 200 alunos. Pelas contas da pasta, seriam beneficiados 1,7 milhão de estudantes. O grupo destacou ainda a importância de se melhorar a formação dos professores de educação básica, com cursos a distância.

Presidente da Undime, Aléssio Costa Lima avalia que o documento identifica as prioridades da educação. E aproveitou para reclamar por recursos. “Para quem faz a gestão nos municípios, sobretudo nos de menor porte, de fato é um momento delicado. Temos a intenção de fazer, sabemos o que precisa ser feito, mas nem sempre temos as condições, sobretudo financeiras para implementar as políticas que a gente julga ser necessário”, disse o Lima, para mais tarde complementar. “Os recursos são finitos, e a vida é fazer escolhas.”

Weintraub defende redução de meta

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a redução da meta orçamentária do Plano Nacional da Educação (PNE). Pela regra atual, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) tem de ser investido no setor até 2024, um valor que o ministro questiona. “Ou a gente muda o PNE ou a gente aumenta o imposto, o que sou contra”, disse.

A garantia de 10% foi uma das principais bandeiras do movimento estudantil e previa um aumento escalonado dos percentuais. Sem os recursos garantidos, avaliam especialistas, fica difícil alcançar as demais metas do plano, que entrou em vigor em 2014.

O ministro também afirmou que recursos para a área são sempre bem-vindos, mas é preciso ter metas de desempenho e citou a proposta encaminhada pelo governo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de forma que cada município receba R\$ 4.500 e uma reformulação que permita que municípios pobres, independentemente de integrarem Estados ricos ou não, tenham incentivos. “Não é jogar mais dinheiro. Não é chegar e bater na mesa pedindo mais dinheiro. Esse dinheiro é sagrado, e é preciso ter critérios de desempenho”, disse o ministro.